# Serviço Social, Trabalho e Políticas Sociais

## DEBATES CONTEMPORÂNEOS

ORGANIZADORAS: **Luziele Tapajós, Keli Regina Dal Prá, Edilane Bertelli e Antonia Demetrio**

**UFSC - FLORIANÓPOLIS**
**2018**

@ Os trabalhos apresentados neste livro são de inteira responsabilidade de seus autores, incluindo opiniões, revisão ortográfica e gramatical

Catalogação na fonte pela Biblioteca Universitária da
Universidade Federal de Santa Catarina

S491 Serviço social, trabalho e políticas sociais [recurso eletrônico] : debates contemporâneos / organizadora, Luziele Tapajós ... [et al.]. – Dados eletrônicos. – Florianópolis : Editora UFSC, 2018.
218 p. : tabs.

Inclui bibliografia.
Trabalhos Menção Honrosa do Eixo Serviço Social: fundamentos, formação e trabalho profissional, do II Seminário Nacional de Serviço Social, Trabalho e Política Social, ocorrido entre os dias 23 e 25 de outubro de 2017, na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).
ISBN 978-85-45535-32-4 (e-book)

1. Serviço social. 2. Políticas sociais. 3. Trabalho. I. Tapajós, Luziele Maria de Souza.

CDU: 36

Elaborado por Dênira Remedi – CRB 14/1396

APOIO

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL

CURSO DE GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL

Organizadoras:

Luziele Tapajós, Keli Regina Dal Prá, Edilane Bertelli, Antonia Demetrio

# Serviço Social, Trabalho e Políticas Sociais

## DEBATES CONTEMPORÂNEOS

1ª edição

FLORIANÓPOLIS

UFSC

2018

**Universidade Federal de Santa Catarina**

**Centro Socioeconômico**

**Departamento de Serviço Social**

Chefe do Departamento Profª. Drª. Liliane Moser

Subchefe do Departamento Profª. Drª. Maria Regina de Avila Moreira

**Coordenação do Curso de Graduação em Serviço Social**

Coordenadora do Curso Profª. Drª. Dilceane Carraro

Vice-Coordenadora do Curso Profª. Drª. Edilane Bertelli

**Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social**

Coordenadora do Programa Profª. Drª. Beatriz Augusto de Paiva

Vice-Coordenadora do Programa

Profª. Drª. Mariana Pfeifer Machado | Profa. Dra. Vânia Manfroi

**Comissão Organizadora II Seminário**

Prof.a Dra. Carla Rosane Bressan (Coordenadora)

Prof. a Dra. Edilane Bertelli

Prof. a Dra. Keli Regina Dal Prá

Prof. a Dra. Luziele Maria Tapajós

Prof. Dr. Ricardo Lara

Prof. a Dra. Sirlândia Schappo

Prof. a Dra. Tânia Regina Krüger

A.S. Antonia Demétrio

A.S. Florencia Rakos

A.S. Kamilla Campos Vieira

A.S. Mirela Chagas

Acadêmica Danielly Larice M. Ferreira (DSS-UFSC)

# SUMÁRIO

Apresentação 8

Programação do Evento 10

TRABALHOS MENÇÃO HONROSA

## Eixo Trabalho e Questão Social 13

**A pobreza no contexto da sociabilidade capitalista** 14
*Priscila de Morais Rufino*

**Para além da aparência: desafio de deciframento da categoria violência no exercício profissional do assistente social** 26
*Renata Nunes Portela*

**A ampliação do trabalho intelectual e o setor de serviços na conjuntura da reestruturação produtiva** 39
*Juliana Carla da Silva Gois*

**Descartabilidade humana no capitalismo: repercussões para a intervenção profissional do assistente social** 52
*Luciana Gomes de Lima Jacques, Andressa Bernardon, Vanelise de Paula Aloraldo*

**Mudanças multidimencionais no mundo do trabalho: uma breve reflexão sobre suas consequências** 64
*Thaise Torsani Lemos Machado, Thamara Larissa Torres de Santana e Vanessa Martins Galhardo Lopes*

TRABALHOS MENÇÃO HONROSA

## Eixo Política Social e Serviço Social 75

**Movimento social de moradia e política social de habitação: a participação das mulheres na luta pelo direito à moradia** 76
*Alan de Loiola Alves e Luciene Oliveira de Souza*

**A lógica mercantil na política social do ensino superior brasileiro** 88
*Ellen Caroline Pereira e Simone Sobral Sampaio*

**A crise da assistência estudantil consentida** 98
*Clara Martins do Nascimento*

**Refletindo a concepção de educadores sobre os direitos da infância e adolescência** 109
*Carla Rosane Bressan e Antonia Demetrio*

**Serviço social e atenção às mulheres em situação de violência sexual: experiência de um hospital geral** 122
*Judizeli Baigorria, Maria do Rosário de Lima Oliveira, Roseane Rosana da Silva e Cristiane Aparecida Borghezan Sobieranski*

TRABALHOS MENÇÃO HONROSA

## Eixo Serviço Social: Fundamentos, Formação e Trabalho Profissional

135

**Análise da produção de conhecimento no serviço social sobre a questão socioambiental** 136
*Leticia Soares Nunes*

**O serviço social brasileiro e os desdobramentos da crise socioambiental** 150
*Lindsey Oliva Fontana Schmitz e Tuany Lohn Cardoso*

**A ideologia em sua perspectiva categorial e o serviço social brasileiro: um debate necessário para a sustentação da intervenção profissional** 162
*Leandro Nunes e Aline Justino*

**A formação da/o docente na pós-graduação stricto sensu em serviço social** 179
*Sabrina Aparecida de Freitas*

**Caracterização das bacharéis em serviço social da UFPR e a correlação educação superior e inserção profissional** 192
*Adriana Lucinda de Oliveira e Emerson Joucoski –*

**O/A assistente social na construção de espaços escolares ausentes de violência institucional perpetrada pelo currículo** 203
*Divanir Candido Veloso Fagundes e Jaqueline Damiani Ricardo José*

# Apresentação

O II Seminário Nacional de Serviço Social, Trabalho e Política Social foi promovido pelo Departamento de Serviço Social (DSS), Curso de Graduação em Serviço Social e Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PPGSS) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e objetivou a troca de experiências e resultados de pesquisas e extensão entre pesquisadores, profissionais, estudantes de graduação e pós-graduação e núcleos de pesquisa em Serviço Social e áreas afins de instituições de ciência e tecnologia. Objetivou, ainda, socializar, divulgar e dar visibilidade à produção de conhecimento no âmbito do Serviço Social e demais áreas do conhecimento sobre o tema Trabalho e Política Social.

A conjuntura atual vem instigando a reflexão acerca do Serviço Social, do trabalho e das políticas sociais, particularmente, nas questões relacionadas à crise do capitalismo mundial e os rebatimentos na geopolítica dos governos da América Latina que gravitam entre um capitalismo de Estado e um reformismo extremamente conservador.

Neste sentido, o II Seminário Nacional oportunizou o debate sobre algumas questões específicas: no que se refere à política social, o interesse da análise versou sobre a questão do Estado e da luta de classes, bem como sobre o neodesenvolvimentismo e suas implicações nos avanços do capital sobre os direitos dos trabalhadores. Em relação ao tema do trabalho, o debate ocorreu em torno das relações sociais no mundo do trabalho contemporâneo, suas implicações nas políticas sociais e vice-versa, articulando-o ao trabalho do assistente social no âmbito da sociedade capitalista, as quais têm como substratos a propriedade privada dos meios e instrumentos de produção e a exploração do trabalho assalariado. Tais determinantes são imprescindíveis para apreender o ser e o vir a ser do Serviço Social nesses processos de produção e reprodução da vida social. As trajetórias do Curso de Serviço Social (com 58 anos de história) e do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social – PPGSS (mestrado implantado em 2001 e doutorado em 2011) na Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, são indicativas da formação de assistentes sociais, da qualificação de docentes e pesquisadores em Serviço Social e nas áreas afins, e da produção de conhecimento nesse campo científico, voltadas à reflexão e à intervenção profissional crítica no âmbito das políticas sociais.

Essas questões e contextos motivaram e mobilizaram a realização do II Seminário Nacional, cuja primeira edição ocorreu em outubro de 2015, no intuito de torná-lo referência na produção e difusão do conhecimento no campo do Serviço Social, do trabalho e da política social. O formato do Seminário permitiu a reflexão e troca de saberes produzidos, os encontros de e entre sujeitos, seja na socialização do conhecimento científico oriundos de experiências de pesquisa, de extensão e de intervenção profissional, seja na constituição ou implementação de parceria e/ou redes de pesquisa.

Foi registrado o recebimento de 344 trabalhos e, destes, 240 foram aprovados para apresentação na modalidade de comunicação oral. Estes trabalhos estão disponibilizados sob a forma de anais online, no site do seminário: http://seminarionacional.paginas.ufsc.br ou https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/179858 (Número ISBN: 978-85-64093-50-8) cujo conteúdo e forma dos artigos são de responsabilidade dos autores.

A presente publicação traz informações sobre o II Seminário e apresenta os trabalhos que receberam menção honrosa, por haverem se destacado na avaliação.

Organizadoras

# Programação do evento

## 23/10/2017 - SEGUNDA-FEIRA

Credenciamento: 16h30min às 20h30min

Abertura: 18h30min

Palestra de abertura: 19h00min

Tema: A conjuntura brasileira e a regressão dos direitos sociais

Palestrantes:

Dr. Rodrigo Castelo Branco Santos – Professor da Escola de Serviço Social UNIRIO.

Dra. Sara Aparecida Granemann – Professora da Escola de Serviço Social da UFRJ

Local: Auditório da Reitoria da Universidade Federal de Santa Catarina

## 24/10/2017 - TERÇA-FEIRA

Mesa redonda (09h00min às 12h00min)

Tema: Trabalho e lutas de classes no capitalismo contemporâneo: repercussões nas
políticas sociais

Palestrantes:

Dr. Paulo Marques Alves – Professor de Sociologia pelo Instituto Universitário de
Lisboa ISCTE-IUL

Dra. Angela Santana do Amaral – Professora de Serviço Social da UFPE

Dra. Beatriz Augusto de Paiva – Professora de Serviço Social da UFSC

Local: Auditório da Reitoria da Universidade Federal de Santa Catarina

Tarde: Apresentação de trabalhos (14h00min às 17h30min)

Local: salas de aula do Centro Socioeconômico - UFSC

## 25/10/2017 - QUARTA-FEIRA

Mesa redonda (09h00min às 12h00min)
Tema: Formação, exercício profissional e implicações ao projeto ético-político do
Serviço Social
Palestrantes: Dra. Berenice Couto – Professora da FSS/PUCRS
Dra. Maria Regina de Ávila Moreira – Professora de Serviço Social da UFSC
Dr. José Fernando Siqueira – Professor de Serviço Social da UNESP/Franca/SP
Local: Auditório da Reitoria da Universidade Federal de Santa Catarina

Tarde: Apresentação de trabalhos (14h00min às 17h30min)
Local: salas de aula do Centro Socioeconômico - UFSC

Palestra de Encerramento (18h30min):
Tema: Estado, políticas sociais e repercussões no Serviço Social
Palestrantes:
Dra. Ana Elizabete Fiuza Simões da Mota – Professora de Serviço Social da UFPE
Dr. Renato Francisco dos Santos Paula – Professor de Serviço Social da UFG
Local: Auditório da Reitoria da Universidade Federal de Santa Catarina

## TRABALHOS MENÇÃO HONROSA

Foram admitidos trabalhos com o debate acerca do trabalho e ser social; produção e reprodução da vida social; relações de trabalho; trabalho e seus aspectos econômicos, políticos e culturais; pobreza e desigualdade social; questão social na vida cotidiana; especificidades regionais e as expressões da questão social nos países da América Latina; trabalho do assistente social.

# EIXO TRABALHO E QUESTÃO SOCIAL

# A pobreza no contexto da sociabilidade capitalista

Priscila de Morais Rufino[1]

## RESUMO

Esse trabalho faz uma síntese da abordagem marxiana e liberal sobre a pobreza. A primeira, no sentido de nos aproximar da apreensão da problemática geradora da pobreza no contexto da sociedade capitalista, através de um estudo de base teórica crítica, considerando as transições históricas e sua materialidade na sociabilidade vigente. A segunda perspectiva, no sentido de apreender como esta sociedade compreende e reproduz a ideologia da pobreza como algo alheio, que sempre existiu e sempre continuará a existir, como uma condição natural e a-histórica.

**PALAVRAS CHAVES:** Pobreza; perspectiva marxiana; perspectiva liberal.



1 Graduada em Serviço Social pela Universidade Federal de Alagoas. Mestranda em Serviço Social pela Universidade Federal de Alagoas.

# INTRODUÇÃO

Este texto tem como objetivo tecer algumas considerações sobre a pobreza como expressão da questão social, fazendo um breve levantamento sobre seu fundamento histórico e suas dimensões, articulado-as com os princípios da sociabilidade capitalista, sob o olhar da direção teórica marxiana, que procura explicar a pobreza em sua gênese.

O presente trabalho também faz uma análise da direção teórica liberal/neoliberal que se encontram sustentadas por um aparato de leis e direitos que as legitimam, por meio do Estado, enquanto estrutura fundamental para o "gerenciamento" das relações sociais no modelo de sociabilidade capitalista. Ainda nesse trabalho iremos examinar alguns dados relevantes referentes à pobreza, postos por instituições de grande relevância política, ideológica, econômica e social como o Opera Mundi, ONU e Banco Mundial.

A realização desse estudo se deu através de pesquisa de caráter bibliográfica e empírica. A exposição do trabalho está estruturada em três itens. Para discussão inicial, referente à pobreza segundo a perspectiva marxiana, recorremos às obras de Marx (2010), Netto (2006), Lessa e Tonet (2011), Montaño (2012) e Pimentel (2012). No tocante à pobreza segundo o pensamento liberal/neoliberal, fez-se uso dos estudos de Behring e Boschetti (2011) e Siqueira (2013). No terceiro e último item, tratamos sobre dados recentes sobre a pobreza, por meio de uma análise de um recorte dessa realidade.

# 1. A POBREZA SEGUNDO A PERSPECTIVA MARXIANA

A pobreza é um fenômeno que permeia a sociedade antes do seu fundamento como sociedade de classes. Sendo assim, a pobreza não é fruto apenas da sociedade capitalista, esta passa a existir a partir das primeiras formas de exploração do homem pelo homem, no processo de transição da sociedade primitiva para as sociedades de classe. Como nos mostra Lessa e Tonet:

> Com o aparecimento da agricultura e pecuária, os homens puderam, pela primeira vez, produzir mais do que necessitavam para sobreviver, ou seja, surgiu um excedente da produção.

> A existência desse excedente tornou economicamente possível a exploração do homem pelo homem. [...] Com o surgimento da exploração do homem pelo homem, pela primeira vez as contradições sociais se tornaram antagônicas, isto é, impossíveis de serem conciliadas (LESSA; TONET, 2011, p. 53).

Nas sociedades pré-capitalistas a pobreza era resultado da escassez de produção, e não haviam forças produtivas suficientemente desenvolvidas para produzir os bens necessários de forma excedente. Tudo o que se produzia era o essencial para atender às necessidades coletivas. Assim: "Nas sociedades primitivas, os indivíduos, por mais que divergissem, tinham no fundo o mesmo interesse: garantir a sobrevivência de si e do bando ao qual pertenciam" (LESSA; TONET, 2011, p. 53). Assim, como coloca Montaño:

> Em sociedades pré-capitalistas a pobreza é o resultado (para além da desigualdade na distribuição da riqueza) do insuficiente desenvolvimento da produção de bens de consumo, ou seja, da escassez de produtos (MONTAÑO, 2012, p. 279).

É no modo de produção capitalista que esse fenômeno apresenta uma "qualidade nova" (PIMENTEL, 2012, p. 154), qual seja, a pauperização da classe trabalhadora, como um fenômeno recorrente do processo de industrialização que teve origem na Inglaterra, no final do século XVIII.

> Na percepção dos "observadores da época, independente da sua posição ideopolítica", ficou claro que essa pobreza que surgia no interior da dinâmica capitalista e seus desdobramentos se tratava de um fenômeno novo, nunca visto na história, gerando uma inquietação muito grande entre eles (PIMENTEL, 2012, p. 15).

Desse modo, continua a autora:

> [...] O surgimento de amplas camadas populacionais relegadas à esfera da pobreza na sequência do processo de industrialização inquietava pensadores e ativistas políticos, que requisitavam soluções para os problemas daí decorrentes. Surgem, então, muitos questionamentos em torno de qual a resposta mais adequada para o seu enfrentamento (PIMENTEL, 2012, p. 15).

É a partir do advento do modo de produção capitalista que ocorre o desenvolvimento das forças produtivas, comandada pelo sistema do capital, agora na esfera da produção. A relação capital e trabalho nessa sociabilidade, ou seja, a exploração da classe trabalhadora pelo capitalista em seu processo de extração da mais-valia, dá origem a um tipo de pobreza nunca visto anteriormente. É nesse contexto que a pobreza se agrava e ganha maiores proporções. Portanto,

> No modo de produção capitalista a pobreza (pauperização absoluta ou relativa) é o resultado da acumulação privada do capital, mediante a exploração (da mais-valia), na relação entre capital e trabalho, entre os donos dos meios de produção e os donos de mera força de trabalho, exploradores e explorados, produtores diretos da riqueza e usurpadores do trabalho alheio. (MARX apud MONTAÑO, 2012, p. 279).

Contrariamente às sociedades pré-capitalistas, no modo de produção capitalista não são as precárias condições de desenvolvimento das forças produtivas que gestam a pobreza de amplos setores sociais, mas o próprio desenvolvimento e acumulação privada da riqueza que gera a desigualdade e a pobreza. Na lógica desse sistema, quanto mais se desenvolvem as forças produtivas, maior será a acumulação ampliada de capital e, consequentemente, maior será a pobreza.

A ordem socialmente determinada parece estabelecer ideologicamente a pobreza como um fenômeno essencialmente ligado apenas à carência monetária, fenômeno esse que deve ser “combatido” através da intensificação do uso de mecanismos estatais, a exemplo dos programas de transferência

de renda. Ao passo em que o Estado "combate" a pobreza, ele a mantém. Segundo Iamamoto e Carvalho (1996, p. 104), um dos resultados que se obtém através de muitos desses serviços sociais "é a institucionalização, pelo Estado, da pobreza, transformando o que era um "problema social" em uma questão sob controle", pois este precisa conservar a lógica de funcionamento da ordem social vigente, onde se encontra o fundamento da pobreza enquanto expressão primeira da questão social.[2]

> Quando o Estado admite a existência de problemas sociais ele os procura ou em leis da natureza, que nenhuma força humana pode comandar, ou na vida privada, que é independente dele, ou na ineficiência da administração que depende dele (MARX, 2010, p. 23).

As políticas sociais representam o Estado no gerenciamento da pobreza, sem tomar medidas estruturais, mas apenas mantê-la em "níveis amenos", desenvolvendo programas focalizados e emergenciais. "Como não pode atinar com as causas fundamentais desses males, só resta ao Estado tomar medidas paliativas. Em resumo, o Estado, é insuperavelmente impotente face aos problemas sociais" (MARX, 2010, p. 23).

A pobreza é um produto necessário ao capitalismo, que acumula riqueza ao mesmo passo que produz e reproduz a pobreza. Segundo Netto (2006, p. 142): "desenvolvimento capitalista é, necessariamente e irredutivelmente, produção exponenciada de riqueza e produção reiterada da pobreza". A riqueza produzida na sociedade do capital não gera sua distribuição, mas sua acumulação nas mãos de poucos que se apropriam desta, mediante a exploração dos que não a possuem. Por isso, para Netto (2006), é falsa a tese segundo a qual o crescimento econômico é a única condição necessária para enfrentar, combater e reduzir o pauperismo que decorre da acumulação capitalista.

2 No entendimento de Pimentel, "a questão social é constituída por três dimensões essenciais que se articulam entre si. São elas: 1. Suas raízes materiais e seu fundamento teórico, contidos na Lei Geral da Acumulação Capitalista; 2. Sua dimensão política, que diz respeito à organização e a luta dos trabalhadores; 3. A intervenção do Estado, que depende da fase do desenvolvimento capitalista que este experimenta" (2013, p. 2).

Ainda sobre a questão social, Braz e Netto (2012, p. 152), pontuam que o surgimento da questão social se deu na terceira década do século XIX, no processo de desenvolvimento urbano-industrial do capitalismo, quando este começava a consolidar as bases de sua acumulação.

## 2. A POBREZA SEGUNDO A PERSPECTIVA LIBERAL/NEOLIBERAL

A pobreza segundo o pensamento liberal de Adam Smith é entendida por meio do atraso econômico. Logo, este seria um problema indiretamente passível de se eliminar, levando em consideração o seguinte pensamento: "É o crescimento da produção de todos os setores econômicos, decorrente da divisão do trabalho, que produz numa sociedade bem governada, essa opulência universal, que se estendem as camadas inferiores da população" (SMITH apud SIQUEIRA, 2013, p.47).

Smith presumia que o progresso econômico de um capitalismo dinâmico com livre concorrência promoveria a eliminação da pobreza com a geração de empregos e renda, assim o padrão de vida dos trabalhadores subiria com o aumento progressivo das taxas salariais e da produtividade do trabalho. A riqueza e a pobreza na fase do liberalismo clássico, conforme a percepção de Adam Smith, remetem a uma questão de liberdade ou escolha. Nesse sentido, compete ao indivíduo, por meio de suas capacidades e esforços restritos, os bons ou os maus resultados referentes à sua ascensão econômica e social. "Trata-se de uma sociedade fundada no mérito de cada um em potenciar suas capacidades supostamente naturais" (BEHRING; BOSCHETTI, 2011, p. 60).

A pobreza, no liberalismo democrata de Keynes, se caracteriza pela incapacidade para o consumo, levando a uma queda da demanda efetiva do mercado que, por sua vez, é resultante de escolhas individuais. Diferente do liberalismo clássico de Smith, que culpabiliza o indivíduo por sua condição de pobreza, o liberalismo de Keynes parece responsabilizar o sistema pelo enfrentamento da pobreza. Tudo leva a crer que seu interesse era a reprodução do sistema capitalista, com uma proposta de Estado que alterou a leitura liberal clássica, um Estado que ocupa o papel de reestabelecer o equilíbrio econômico, estimulando a própria economia, de modo a se tornar um Estado intervencionista.

> Keynes não apresenta, assim, uma teoria sobre o Estado, mas uma proposta sobre o papel do Estado para "salvar o capitalismo" de suas deficiências naturais. Ele concebe o Estado como um instrumento a serviço da economia, do equilíbrio econômico

> entre oferta e demanda, da superação da crise. Para ele, quando a demanda efetiva é elevada, assiste-se a um *boom* e à inflação; porém, quando ela é reduzida, há a recessão e a deflação (redução dos preços). Portanto, em contexto de baixa demanda (como num período de uma crise), o objetivo do Estado é estimular a produção e a demanda efetiva (o gasto público e o consumo), suprindo o déficit de investimento privado com a ampliação do investimento público e promovendo a demanda efetiva com o estímulo ao "pleno emprego" (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2011, p. 56).

A pobreza e a miséria, a partir da concepção keynesiana, passam a ser vistas como um problema decorrente da ação do mercado, um descompasso na relação oferta e demanda de bens e serviços. Para enfrentar esse problema de distribuição, segundo o pensamento de Keynes, o Estado deveria passar a intervir no sentido de criar condições para a produção e o consumo, incentivando a contenção do desemprego ou a transferência de renda que seria feita via políticas sociais e seguridade social. Promoveu-se o casamento que duraria trinta anos, entre o Estado de Bem-Estar Social e o modelo econômico vigente, os quais organizariam parte da produção e a redistribuição mediante políticas sociais e econômicas.

Hayek inaugura uma nova interpretação nesse campo de estudo, sendo a sua contribuição conhecida como neoliberalismo. Conforme o seu pensamento, a pobreza é fundamentada nos princípios liberais, logo, torna a ser vista como questão de responsabilidade individual, sendo a desigualdade necessária, pois serve para impulsionar o desenvolvimento. Hayek classifica o pobre como o sujeito que fracassa na livre concorrência do mercado.

> O que fazer com os pobres? Hayek dirá: "existem perdedores; eles são pobres porque são perdedores e é claro que o Estado não pode ser insensível a isso". O que dizer então das bolsas? Dar bolsas... Bolsas e não direito social organizado em torno do trabalho. Bolsa para aliviar o sofrimento, para aliviar a pobreza. [...] Assim eles classificam: "aqui nós

> temos a faixa dos extremamente pobres... estes ganham a bolsa X". Vocês sabem do que eu estou falando. Bolsa assistência e não mais seguridade social. É dessa forma que são estruturadas as políticas dos anos 1980 e 1990 em diante (SIQUEIRA, 2013, p. 78 e 79).

A apreensão da pobreza, nesse contexto, supõe a manutenção de uma intervenção mínima do Estado na área social, com ações focalizadas e precárias, com programas de combate à miséria e à fome, financiados em parte pela sociedade civil e pela classe trabalhadora através de rendas obtidas a partir das reformas previdenciárias, tributos fiscais e arrocho salarial.

O pensamento neoliberal concebe a pobreza mais uma vez como um problema individual-pessoal, devolvendo à filantropia a responsabilidade pela intervenção social à própria sociedade civil, ao terceiro setor, reforçando a autoajuda, a solidariedade, a filantropia e o benefício, substituindo o direito constitucional dos indivíduos enquanto cidadãos, impedindo-os de obter uma resposta do Estado.

A estratégia neoliberal orienta-se numa tripla ação. Por um lado, a ação estatal, as políticas sociais do Estado, orientadas para a população mais pobre (cidadão usuário); ações focalizadas, precarizadas, regionalizadas e passíveis de clientelismo. Por outro lado, a ação mercantil desenvolvida pela empresa capitalista, dirigida à população consumidora, com capacidade de compra, tornando os serviços sociais mercadorias lucrativas. Finalmente, a ação do chamado "terceiro setor", ou da chamada "sociedade civil", orientada para a população não atendida nos casos anteriores, desenvolvendo uma intervenção filantrópica (MONTAÑO, 2002, p.186)

A pobreza na perspectiva neoliberal também se vincula à esfera da distribuição nessa perspectiva, contrariando o pensamento Keynesiano, que concebe a pobreza como vinculada a um *déficit* de oferta de bens e serviços, como um problema de escassez. Para o neoliberalismo, o problema está em uma deficiência da oferta no mercado, necessitando assim de um processo de desenvolvimento econômico prévio. Desse modo, o Estado deveria aprimorar sua capacidade de arrecadação para alcançar tal propósito, em lugar de estimular o consumo, como anteriormente no modelo adotado pelos monopólios. O Estado, agora deveria estimular o capital a investir, garantindo e preservando os ganhos, principalmente em contexto de crise para estabilizar a economia

e manter os lucros. Paralelamente a isso, a intervenção social passa a ser focalizada e precária no âmbito estatal que responsabiliza a ação voluntária de indivíduos e organizações da sociedade civil por ações que competem legalmente ao próprio Estado.

## 3. DADOS RECENTES SOBRE A POBREZA: Uma análise de um recorte da realidade

Os indicadores da pobreza são sempre objetos polêmicos, segundo Netto (2006), pois costumam apresentar resultados muito diversos, servindo como meios de mistificação política e ideológica. A pobreza e a desigualdade, segundo o autor, estão intimamente vinculadas: a exploração é constituinte da dinâmica econômica do modo de produção capitalista. Na atualidade, dados do Opera Mundi revelam que cerca de 2,2 bilhões de pessoas no mundo vivem atualmente, ou se encontram a ponto de estar, em situação de pobreza, segundo o relatório anual do PNUD[3] apresentado recentemente. A cifra representa mais de um terço da população global.

O Relatório de Desenvolvimento Humano da ONU, em 2014, dá a entender que há uma "persistência de vulnerabilidades" que minam a melhora das condições de vida em nível global, e formula recomendações políticas para conseguir um desenvolvimento humano sustentável. Ainda de acordo com o documento, cerca de 1,5 bilhão de pessoas sofre de "pobreza multidimensional" em 91 países em desenvolvimento, ou seja, passam por privações nas áreas de saúde, educação e padrões básicos de vida. O PNUD atribui essa persistência da pobreza às crises financeiras, oscilações dos preços da comida, desastres naturais e conflitos violentos e defende o acesso universal a serviços básicos de proteção social, tanto nos países ricos como naqueles em vias de desenvolvimento, com objetivo de aumentar a resistência dos grupos de população mais vulneráveis perante fatores negativos externos.

Contrariando os dados em nível mundiais acima citados, dados do Banco Mundial revelam que a pobreza, no Brasil, caiu substancialmente, de 26,7% da população em 2003 para 12,6% em 2011. A extrema pobreza (pessoas vivendo com US$ 1,25 por dia) também diminuiu: de 11,2% em 2003 para 5,4% em 2011. Entre 2001 e 2011, a taxa de crescimento da renda dos 40% mais pobres foi de 6,2% ao ano. Isso permitiu que a desigualdade de renda (me-



3 Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento.

dida pelo coeficiente de Gini),[4] chegasse a 0,519 em 2011. Esse foi o índice mais baixo em 50 anos. Apesar dessas "conquistas" apontadas pelo Banco Mundial, a desigualdade se mantém em níveis relativamente altos no país.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme a perspectiva marxiana, que orienta esse trabalho, a pobreza jamais pode ser analisada separadamente da riqueza, por se tratar de uma unidade contraditória de opostos. Para a tradição marxista, a riqueza é uma categoria fundamental para a análise da pobreza, pois, segundo essa perspectiva, a concentração da riqueza gera a exploração, o que se constitui elemento fundante da pobreza.

Segundo Siqueira (2013), para Marx a pobreza não é apenas um aspecto marginal ou um problema de ordem natural, trata-se de um elemento central e fundante da acumulação capitalista. Para entender a pobreza na sociedade capitalista, segundo essa perspectiva, é necessário conhecer as determinações impostas historicamente pelas contradições próprias desse modelo de sociedade. Essas determinações constituem a realidade na qual os sujeitos empobrecidos se encontram. A pobreza que se constitui no núcleo da sociedade capitalista precisa ser apreendida para além de suas expressões e impactos sociais, geralmente naturalizados e postos fora de uma totalidade. O entendimento da pobreza deve ir além de seus conceitos e enfrentamento morais e psicologizantes que, na realidade, tendem a fragmentar, reproduzir e gerenciar o problema, mistificando a sua origem basilar no contexto dessa sociabilidade.

Entende-se que quanto maior é o crescimento econômico ou acumulação de capitais, maior será o contingente de trabalhadores e a capacidade produtiva de seu trabalho, logo, é crescente também o exército industrial[5] de reserva, que cresce ao mesmo passo em que se produz e reproduz a riqueza

4 O índice de Gini é comumente utilizado para calcular a desigualdade de distribuição de renda, mas pode ser usada para qualquer distribuição. Ele consiste em um número entre 0 e 1, onde 0 corresponde à completa igualdade de renda ou rendimento (onde todos têm a mesma renda) e 1 corresponde à completa desigualdade no qual uma pessoa tem toda a renda, e as demais não têm nada ou muito pouco.

5 Entende-se que: "Constitui um exército industrial de reserva, um contingente disponível, que pertence ao capital de modo tão absoluto como se tivesse sido criado e se mantivesse às suas custas. Oferece-lhe o material humano, disposto a ser sempre explorado, à medida que o exijam suas necessidades variáveis de exploração e, além disso, independente dos limites que o aumento real da população lhe possa opor" (MARX apud IAMAMOTO; CARVALHO, 1996, p. 60).

social. Segundo Siqueira (2013), o entendimento da pobreza implica necessariamente o estudo da acumulação. Sem considerar os processos que fundam a acumulação, não se pode caracterizar corretamente os fundamentos da pobreza. Assim, os estudos que desconsideram essa relação (pobreza/acumulação) fazem parte de uma análise apenas descritiva da pobreza, sem ir aos seus fundamentos.

Por fim, é importante a compreensão de que a pobreza não findará neste modelo de sociedade, pois é este mesmo modelo que trata de produzir e reproduzir a pobreza e suas diversas refrações. Não será o enfrentamento da pobreza via políticas sociais e públicas que acabará com essa expressão primeira da questão social. Segundo Netto, (2011), a ultrapassagem da pobreza só será possível em condições em que se suprima a sociedade capitalista.

## REFERÊNCIAS


BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social:** Fundamentos e História. 9ª Ed. São Paulo: Cortez, 2011.

IAMAMOTO, Marilda Vilela; CARVALHO, Raul. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil:** esboço de uma interpretação histórico-metodológica. São Paulo, Cortez, 1996.

LESSA, Sérgio; TONET, Ivo. **Introdução a Filosofia de Marx.** 2ª Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

MONTAÑO, Carlos; DURIGUETTO, Maria Lúcia. **Estado, Classe e Movimento Social.** 3ª Ed. São Paulo: Cortez, 2011.

MONTAÑO, Carlos. **Terceiro setor e a questão social;** crítica ao padrão emergente de intervenção social. São Paulo: Cortez, 2002.

_____. **Pobreza, "questão social" e seu enfrentamento.** IN: Revista Serviço Social & Sociedade (110). São Paulo: Cortez, 2012.

MARX, Karl. **Glosas Criticas Marginais ao Artigo "O rei da Prússia e a reforma social" de um prussiano.** Trad.: Ivo Tonet. São Paulo: Expressão popular, 2010.

NETTO, José Paulo. **Desigualdade, Pobreza e Serviço Social.** IN: Revista da Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (19). Rio de Janeiro: revista em Pauta, 2007.

_____. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social.** 8ª Ed. São Paulo: Cortez, 2011.

PIMENTEL, Edlene. **Uma "Nova Questão Social"?** Raízes materiais e humano-sociais do pauperismo de ontem e de hoje. 2ª Ed. São Paulo: Instituto Luckács, 2012.

SIQUEIRA, Luana. **Pobreza e Serviço Social:** diferentes concepções e compromissos políticos. 1ª Ed. São Paulo: Cortez, 2013.

## Endereços eletrônicos:

**Brasil: aspectos gerais.** Disponível em: http://www.worldbank.org/pt/country/brazil/overview

**Relatório da ONU aponta que 2,2 bilhões de pessoas vivem em situação de pobreza no mundo.** Redação. São Paulo - 24/07/2014**.** Disponível em:

http://operamundi.uol.com.br/conteudo/noticias/37154/relatorio+da+onu+aponta+que+22+bilhoes+de+pessoas+vivem+em+situacao+de+pobreza+no+mundo.shtml

# Para além da aparência: o desafio de deciframento da categoria violência no exercício profissional do assistente social

Renata Nunes

## RESUMO

O presente artigo objetiva apontar considerações sobre a categoria violência buscando apreendê-la para além da aparência com que se manifesta na realidade. Considera-se que a violência está imbricada ao modo pelo qual os homens produzem e reproduzem suas condições sociais de existência em dada sociabilidade. O contexto contemporâneo desafia-nos no enfrentamento das mais variadas manifestações da violência (da mais particular, a mais universal). O Serviço Social, enquanto especialização do trabalho, ao depara-se com as expressões da "questão social", entre elas, as diferentes manifestações da violência, não pode prescindir do descortinamento de sua forma fenomênica. Assim, faz-se necessário ultrapassar a aparência da realidade para assim construir mediações e (re)posicionar a ação profissional na construção de alternativas que possam contribuir para o enfrentamento das mais diversas manifestações da violência.

**PALAVRAS-CHAVE:** Violência; Questão Social; Serviço Social.

# 1. INTRODUÇÃO

A aproximação com essa categoria, do ponto de vista de uma perspectiva crítica, requer um esforço na superação de concepções que se limitam a tomar as expressões desse fenômeno social como fatos isolados, desconexos do complexo social e descolados de determinado contexto histórico (sempre dinâmico e contraditório). Um dos desafios colocados ao exercício profissional do assistente social consiste em apreender os nexos determinantes que envolvem diferentes expressões da "questão social", entre elas, as diversas manifestações da violência. Assim, ao deparar-se com expressões da violência no exercício da profissão, exige-se do assistente social atividade prático-teórica que busque ultrapassar concepções que tomam as diferentes manifestações da violência de forma naturalizada e/ou autonomizadas de fatores políticos, sociais, econômicos, culturais, presentes em determinada sociabilidade.

# 2. APROXIMAÇÃO COM A CATEGORIA VIOLÊNCIA

Como um dos temas mais relevantes da atualidade, a violência manifesta-se sob diferentes formas e dimensões, desafiando estudiosos e profissionais no seu deciframento. Como uma questão complexa, e vista sob diferenciadas perspectivas teóricas, a violência expressa o modo pelo qual os homens produzem e reproduzem as condições sociais de existência. Expressando-se tanto nas relações de classe e como também em relações interpessoais, a violência incide sobre o campo singular e coletivo dos sujeitos sociais.

Marilena Chauí (1998), no texto Ética e Violência, nos oferece também elementos fundamentais para estudo aqui proposto. A autora (1998, p. 3), apresenta etimologicamente, o termo violência que vem do latim vis, *força*, e significa:

> "1) tudo o que age usando a força para ir contra a natureza de algum ser (é desnaturar); 2) todo ato de força contra a espontaneidade, a vontade e a liberdade de alguém (é coagir, constranger, torturar, brutalizar); 3) todo ato de violação da natureza de alguém ou de alguma coisa valorizada positivamente por uma sociedade (é violar); 4) todo ato de transgressão contra aquelas coisas e ações que

> alguém ou uma sociedade define como justas e como um direito; 5) conseqüentemente, violência é um ato de brutalidade, sevícia e abuso físico e/ou psíquico contra alguém e caracteriza relações intersubjetivas e sociais definidas pela opressão, intimidação, pelo medo e pelo terror. A violência se opõe à ética porque trata seres racionais e sensíveis, dotados de linguagem e de liberdade como se fossem coisas, isto é, irracionais, insensíveis, mudos, inertes ou passivos. Na medida em que a ética é inseparável da figura do sujeito racional, voluntário, livre e responsável, tratá-lo como se fosse desprovido de razão, vontade, liberdade e responsabilidade é tratá-lo não como humano e sim como coisa [...].

O conceito apresentado por Chauí (1998) traz a referência do "ser ético", entendido como um ser sensível, dotado de linguagem, de racionalidade, de liberdade e de responsabilidade, sendo capaz de expressar vontade, de realizar escolhas, de criar. Essa referência do "ser ético", que nos remete à humanidade, torna-se fundamental na análise aqui proposta, na medida em que nos ajuda a elucidar a dimensão em que o ser humano pode ser afetado em sua essência pela violência.

Na busca de pensar a violência que afeta o homem, enquanto ser ético, ser social, recorremos ainda a outro autor que nos auxilia no presente debate. Vazquez (1977), ao falar sobre a violência na práxis social, aponta que a ação violenta é a ação física que exerce sobre indivíduos concretos, dotados de consciência e de corpo. Tal ação se exerce diretamente sobre o corpo, que é o objeto primeiro e direto da violência, contudo, não interessa apenas a alteração ou destruição do corpo como tal, mas o corpo de um ser consciente, afetado em sua consciência pelo ato violento. Outro elemento importante apresentado por Chauí (1998) refere-se à violação desse ser, ou seja, a tentativa de conversão dos sujeitos éticos em coisas, em meros corpos, ou objetos. Tais violações são por vezes materializadas através da tortura, da coação, da intimidação, do constrangimento, da brutalidade, da crueldade, entre outras formas. Nessas relações onde a violência opera, o ser humano deixa de ser visto como sujeito, portador de razão, de liberdade e de responsabilidade, passando a ser reificado.

A partir de tais considerações podemos constatar que diversas expressões da violência fazem parte do complexo social, sendo (re) configuradas em dadas condições, portanto, devendo ser compreendida a partir de seu caráter sócio-histórico. Para Domenach (1981apud Mynaio, 2003) a violência em seu aspecto ontológico, não pode ser dissociada da condição humana, não podendo ser dissociada da sociedade que a produz em sua especificidade interna e em sua particularidade histórica. Ademais, pensar na violência enquanto ação que tem como objeto o homem na condição de ser social e consciente nos remete a necessidade fazer alusão ao que se define por ser social. Nesse sentido, Marx (1985, p.10) aponta que o indivíduo é um ser social, na medida em que a vida individual e a vida genérica do homem não são distintas. Assim, o autor sinaliza:

> O homem - por mais que seja indivíduo particular, é justamente a sua particularidade que faz dele um indivíduo e um ser social e individual efetivo – é na mesma medida, a totalidade, a totalidade ideal, o modo de existência do subjetivo da sociedade pensada e sentida para si, do mesmo modo que também na efetividade ele existe tanto como intuição e gozo efetivo do modo de existência social, quanto como uma totalidade de exteriorização de vida humana.

Dessa forma, Marx apresenta nos Manuscritos econômicos-filosóficos (1844), a unidade entre o indivíduo particular e sua existência social, apontando que a exteriorização da sua vida (do homem) é uma exteriorização e confirmação da vida social. O que nos dá a ideia de movimento permanente entre o ser individual e o ser social. A escolha por trazer a referência da unidade entre o indivíduo particular e o ser social faz-se oportuna, na medida em que corrobora com a ideia de que, por mais particular que seja o ato violento, ele não pode ser dissociado das circunstâncias sociais e históricas, uma vez que não há hiato entre o indivíduo particular e sua existência social. Compartilha desse ponto de vista Silva (2008, p. 6), que ao tomar a violência enquanto categoria de análise assinala:

> A violência, em suas diversas manifestações contemporâneas mais imediatamente visíveis (física, psicológica, simbólica, estrutural – ou a associação

> entre elas) possui uma existência real que impacta na vida de seres sociais sob dada historicidade. Sua objetivação não é uma abstração e supõe, necessariamente, para que seja violência, uma realização prática – mais ou menos visível, reconhecida ou não socialmente – capaz de violar, oprimir, constranger, ferir e impor interesses vontades que se sustentam em desejos de indivíduos sociais, situados em dada existência que impõe parâmetros por onde tais subjetividades se formam e se desenvolvem.

Considera o referido autor que por mais pontual que possa parecer o ato violento, ele será ideado, viabilizado e explicado sob dadas condições sócio-históricas. O que nos leva a concluir que as manifestações da violência não podem ficar restritas apenas à esfera individual-subjetiva (embora a esfera individual-subjetiva não deva ser desconsiderada), uma vez que o ser social é ao mesmo tempo subjetividade-objetividade, indivíduo-classe. Silva (2008) ainda indica que a categoria violência pode ser tratada como um acontecimento excepcional (material) que revela dimensões desconhecidas da vida social, produzindo impactos econômicos, políticos e socioculturais. Ademais, conta com seres reais que a operacionalizam com uso da força (não necessariamente física), com dada intensidade, com finalidades, intenções e interesses distintos.

Diante do exposto, prosseguimos o processo de aproximação da categoria violência abordando inicialmente seu caráter estrutural. Tal esforço se faz necessário na medida em que tal dimensão da violência assume relevância e interfere direta e indiretamente em outras formas de manifestação desse fenômeno. Vale ressaltar, que não se pretende explicar as causas das mais variadas expressões da violência presente no nosso cotidiano a partir de sua dimensão estrutural, tendo em vista que como é uma categoria complexa e mediadas por múltiplas determinações. Nossa intenção consiste, sobretudo, em tentar apreendê-la no contexto do atual modelo de sociabilidade, marcado pelo processo de exploração e desigualdade social.

A ilustre obra de Marx, O Capital, recupera a ideia da coisificação do ser humano enquanto parte integrante do processo de produção capitalista. Nesse sentido, Marx, embora não trate diretamente da violência, nos aponta, através da desmistificação do processo de produção, o quanto o homem,

enquanto ser social e consciente, passa a ser objeto de violência, na medida em que o processo de acumulação retira parte de sua humanidade. Para Marx, o modelo de sociabilidade inerente a este modo de produção tem como cerne estruturante a propriedade privada, a divisão social do trabalho e as classes sociais, fatores estes que concebem a complexa contradição entre capital e trabalho. Nesta perspectiva, a partir do desvelamento do processo de produção capitalista, Marx destaca que a superação da propriedade privada representaria a emancipação total de todos os sentidos e qualidades humanas. Quanto à divisão social do trabalho, Marx (1985 p. 412) considera que:

> Não só trabalho é dividido de suas diferentes frações distribuídas entre os indivíduos, mas o próprio indivíduo é mutilado e transformado no aparelho automático de trabalho parcial, tornando-se assim, realidade a fábula de Menennis Agrippa que representa um ser humano como simples fragmento de seu próprio corpo.

De tal modo, o trabalho (transfigurado pelo modelo de produção e reprodução do capital) realiza a própria negação homem, ao invés de ser atividade criadora, realiza-se como negação da vida. Diante disso, no trabalho alienado, ao invés do homem se reconhecer enquanto sujeito, se desconhece (BARROCO, 2008). Neste processo de alienação não são reconhecidas as capacidades humanas essenciais, uma vez que a atividade humana é alienada, e sendo alienada, seu caráter social e consciente é negado. Konder (1984, p. 30) destaca:

> Por isso em lugar de se realizar em seu trabalho o ser humano se aliena nele; em lugar de reconhecer-se em suas próprias criações, o ser humano se sente ameaçado por elas; em lugar de liberta-se, acaba enrolado em novas opressões.

Sendo assim, o exercício de pensar na violência em seu nível estrutural requer considerar que o atual modelo de produção e reprodução afeta de forma aguda o homem enquanto ser social e consciente. O que nos permite sublinhar que a violência está engendrada na essência desse modelo de produção e ataca o homem, na sua condição de ser ético, de ser social.

Para Silva (2005) a violência estrutural não está circunscrita em um ato isolado ou acidental, mas é constituinte da lógica reprodutiva do capital, hoje endossada e realimentada pela profunda reestruturação produtiva, particularmente os países ditos "emergentes", na década de 90 do século XX. Segundo o autor, a violência estrutural compõe o modelo de sociabilidade vigente e se reproduz junto com ele. Com reordenação da dinâmica do processo de acumulação, a violência estrutural é aprofundada, e sua superação requer alterações que coloquem em xeque o atual modelo de sociabilidade. Em diferentes dimensões em que a violência possa ser pensada, seja na singularidade da vida dos sujeitos, seja a estrutura de poder entre os países, ela afeta o ser social e consciente de forma dramática, interferindo estrutural e ideologicamente em seu no modo de vida.

## 2.1 DECIFRAMENTO DAS DIFERENTES EXPRESSÕES DA VIOLÊNCIA: DESAFIO DE ROMPER COM APARENTE NO COTIDIANO EXERCÍCIO PROFISSIONAL

Inicialmente é fundamental situar o Serviço Social no processo de reprodução das relações sociais, o que remete a necessidade de compreensão do significado social da profissão, que só pode ser entendida a partir de sua inserção neste modelo de sociedade. A compreensão da profissão a partir de sua inserção na sociedade capitalista pressupõe considerar o modo como são produzidas e reproduzidas as relações sociais neste modelo de sociabilidade. Nesse sentido, a reprodução das relações sociais reúne a reprodução da vida material, o modo de produção, a reprodução espiritual da sociedade e as formas de consciência social. Com isso, constata-se que reprodução das relações sociais é reprodução do modo de vida, do cotidiano, de valores, de práticas culturais e políticas, além do modo como as ideias se produzem nessa sociedade (YAZBEK, 1999).

Como salienta Iamamoto (2003), o Serviço Social não atua apenas sobre a realidade, mas, sobretudo na realidade. O que significa que as análises da realidade são partes constitutivas da configuração do trabalho do assistente social, o que torna absolutamente necessário a compreensão do movimento de produção e reprodução das relações sociais.

A "questão social" entendida como base de fundação sócio-histórica do serviço social, assume um caráter também contraditório, o que permite reconhecer as dimensões contraditórias das demandas postas à profissão, uma vez a "questão social" é afetada por forças decorrentes tanto o movi-

mento do capital, quanto os direitos, valores e princípios que fazem parte do ideário dos trabalhadores (Iamamoto, 2008). Para Iamamoto (2003) a "questão social" é apreendida como conjunto das expressões das desigualdades na sociedade capitalista madura. Desse modo, deve-se decifrar a gênesis das desigualdades, uma vez que são indissociáveis da concentração de renda, da propriedade e do poder que estão no verso da violência, da pauperização e das formas de discriminação e exclusão.

É no contexto de produção e reprodução das relações sociais que são determinadas as condições em que se realiza as ações profissionais. Ademais, o assistente social apesar de ser qualificado como profissional liberal, perde tal característica a partir de sua vinculação de assalariamento, dada a relação de compra e venda de sua força de trabalho, e de sua vinculação com as políticas sociais, meio pelo qual oferece respostas a diferentes expressões da "questão social".

Cotidianamente os assistentes sociais são desafiados a intervir em questões complexas e contraditórias. Tais questões que se apresentem no campo da imediaticidade, são mediadas por determinações que exigem do profissional o seu deciframento. Dentre tais questões, múltiplas expressões da violência (manifestadas de diferentes formas e níveis de complexidade), se apresentam aos assistentes sociais, em seus diversos espaços sócio-ocupacionais. O Código de Ética do Assistente Social (CFESS, 1993) enquanto referência normativa para o exercício profissional, instrumento que oferece respaldo às decisões e atitudes profissionais (PAIVA e SALES, 2007), elege como um de seus princípios fundamentais a "defesa intransigente dos direitos humanos e recusa do arbítrio e do autoritarismo". Este princípio articulado aos demais indica que os assistentes sociais devem se posicionar contra todo o tipo de abuso de autoridade, torturas, violência doméstica, grupos de extermínio, o que demonstra a vinculação histórica da profissão com à luta em favor dos direitos humanos (PAIVA e SALES, 2007).

Nesta medida, temos que um dos principais instrumentos normativos da profissão atenta para a necessidade do posicionamento profissional diante de diferentes manifestações da violência. Longe de se limitar ao campo do discurso, os princípios éticos que norteiam o exercício da profissão exigem dos assistentes sociais não apenas posicionamento contrário as formas de violação dos direitos humanos, mas, sobretudo, requer um esforço desse profissional no deciframento de tais manifestações, o que é absolutamente necessário para construção de ação prático-crítica que combata a violência.

No cotidiano do exercício profissional, o assistente social é desafiado a dar respostas qualificadas à diferentes expressões da violência, expressões estas muitas vezes legitimadas como demandas de seu trabalho especializado, (seja pelas instituições, pela população e por outros profissionais). Os sujeitos, usuários dos serviços prestados pelo assistente social, se colocam muitas vezes frente ao profissional em estado de sofrimento, aparente passividade ou revolta, desacreditado ou esperançoso de possíveis soluções para situações singulares que vivenciam (FÁVERO, 2004). Assim, tanto as refrações da violência estrutural (materializadas no desemprego, ou no trabalho precarizado, na ausência de políticas públicas redistributivas e universalizantes), quanto as expressões da violência interpessoal (como a violência doméstica, contra criança e adolescente, mulher, idoso, entre outros) aparecem cotidianamente ao assistente social, imbricando-se, se materializando em experiências concretas de violação.

De tal modo, diversas expressões da violência, sejam elas de caráter universal e/ou singular se particularizam e se apresentam ao cotidiano profissional, requerendo respostas. Tais respostas só podem ser construídas a partir de um rol de conhecimentos e posicionamentos que são constitutivos da competência profissional, sendo composta das dimensões éticas, técnicas e políticas. Ademais, como anteriormente apontado, o objeto de trabalho do assistente social (questão social), assim como o espaço em que o seu processo de trabalho se realiza (políticas sociais) são mediados por contradições que interferem decisivamente no resultado de seu trabalho, uma vez que tal processo é constituinte e constituído pela realidade social.

O deciframento da realidade é absolutamente necessário na medida em que tal movimento possibilita ultrapassar o campo da imediaticidade na busca pela compreensão de mediações determinantes na constituição dos fenômenos[1] sociais. Como assinalam Paiva e Sales (2007, p.188), "As respostas profissionais devem ser construídas na imediaticidade dessas demandas, não podendo, contudo se resumir ao enfretamento de fatos isolados, estanques e absolutizados". Assim, pensar as diversas expressões da violência enquanto objeto de intervenção profissional requer a (re) construção desse objeto, para assim, direcionar a ação profissional. Nessa perspectiva,



1 O fenômeno indica a essência e, ao mesmo tempo, a esconde. A essência se manifesta no fenômeno, mas só de modo inadequado, parcial, ou apenas sobre certos ângulos e aspectos. O fenômeno indica algo que não é ele mesmo e vive apena graças a seu contraditório. A essência não se dá imediatamente no fenômeno; é mediata ao fenômeno e, portanto, se manifesta em algo diferente daquilo que é. (Kosík, 1976, p.11).

as teorias e os conceitos devem ser visitados e revisitados, uma vez que nos auxiliam a transcender à singularidade.

Para Pontes (2000 p. 46), a rede de mediações que dá concretude à compreensão dos fatos/problemas muitas vezes parece desconexa e indeterminada. O objeto da intervenção profissional visto exclusivamente do âmbito da singularidade não permite ultrapassar as demandas institucionais. Assim, pontua que para o processo de ultrapassagem da factualidade é necessário compreendê-la a partir dela (factualidade) para visões amplas e complexas do real. Por tanto, a ação profissional prescinde da apreensão do real e da interpretação do que é apreendido. Silva (2008) nos lembra que a violência assume expressões particulares que se imbricam no exercício profissional e exigem um posicionamento teórico, político e prático, o que requer do profissional clareza teórica analítica e solidez interventiva. As manifestações da violência que se apresentam enquanto demanda imediata a intervenção profissional, também assumem um caráter contraditório, sendo necessário realizar a totalização da leitura da realidade de modo a evitar o aprisionamento em explicações que consideram esse fenômeno social como fatos independentes e isolados.

A investigação e a pesquisa são exigências fundamentais para a intervenção profissional. Como salienta Battini (2009), coloca-se como exigência da própria intervenção profissional do assistente social a atitude investigativa, pois ela aguça o espírito de descoberta, tornando-se condição para ultrapassagem do aparente, evidenciando a essência dos fenômenos nos seus nexos e conexões. Imbricada na intervenção profissional a referência teórico-metodológica, baliza os caminhos para a construção do concreto pensado e subsidia decisões e estratégias no exercício profissional, contribuindo para a prática crítica. De tal modo, Battini (2009) assinala que a dimensão investigativa pressupõe a relação sujeito do conhecimento/objeto. Essa relação manifesta a necessidade de sistematização e operacionalização crítica de elementos que compõe o objeto de investigação. O processamento de tais elementos possibilita a reconstrução do objeto de intervenção, indicando a dinâmica e a estrutura dos fenômenos sociais, permitindo ao profissional se posicionar criticamente diante das demandas que lhe são colocadas.

Para o descortinamento de dadas expressões da “questão social”, entre elas a violência, partimos da realidade (imediata e aparente) com uma dada concepção dela. Contudo, a sistematização e operacionalização de teorias, conceitos, e instrumentos, num movimento permanente de aproxi-

mação e distanciamento com o objeto de intervenção, nos permite retornar à realidade com outra percepção dela e conferindo novo significado, sob o qual nos permite projetarmos e atribuirmos direção e finalidades à ação profissional.

## 3. CONCLUSÃO

O que se pretende demarcar é que o enfrentamento das diversas refrações da "questão social", e entre elas da violência, não pode prescindir do decifrамento da realidade de forma crítica. Em tempos em de fragmentação, individualismo, de alheamento em relação ao outro, essa tarefa se torna cada vez mais imprescindível, pois a tendência que ora se apresenta é naturalizar a violência, fazer dela um problema do outro, autonomizando-a da sociedade que a gera e a potencializa.

Desse modo, a atitude investigativa, integrante do exercício profissional, é condição necessária para que respostas profissionais superem o campo do aparente. Assim, desenha-se o desafio de apreender e decifrar as manifestações da violência a partir de sucessivas aproximações da realidade, passando por mediações que permitam (re) situá-la no campo do real. É a partir da permanente e cuidadosa decodificação da realidade, buscando seus nexos e contradições, que se podem construir estratégias profissionais que contribuam para o enfrentamento de diferentes manifestações da violência.

## 4. REFERÊNCIAS


BARROCO, Maria Lúcia Silva. Ética: **Fundamentos sócio-históricos**. Biblioteca Básica de Serviço Social – Vol. 4 – São Paulo: Cortez, 2008.

BATTINI, Odária. A atitude investigativa e a prática profissional. In **A prática profissional do Assistente Social:** teoria, ação e construção do conhecimento. São Paulo: Veras Editora, 2009.

CFESS. **Código de Ética do Assistente Social.** (3ª edição revista e atualizada). Brasília: CFESS,1997.

CHAUI, Marilena. Ensaio: Ética e Violência. In: FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO. Teoria & Debate. out-dez/1998. Disponível em: http://www.fpabramo.org.br/conteudo/ensaio-etica-e-violencia: acessado em 22/02/2010.

FÁVERO, Eunice Terezinha. As implicações Ético-Políticas do Processo de Construção do Estudo Social. In. **O Serviço Social e o sistema sociojurídico.** CRESS 7ª Região. Revista em Foco. Rio de Janeiro, maio de 2004.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **A questão social no capitalismo.** Temporalis. Revista da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social, Brasília, v. 2, n. 3, jan/jun de 2001a, p. 9-31.

_____. **Serviço Social em tempo de fetiche:** capital financeiro, trabalho e questão social. 2.ed. – São Paulo: Cortez, 2008.

KONDER, Leonardo. **O que é Dialética.** Coleção Primeiros Passos. 8. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1984.

KOSÍK, Karel. **Dialética do concreto**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976.

MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos** (1844). In Os Pensadores. 3ª ed. São Paulo: Abril Cultura, 1985.

_____ **O Capital.** São Paulo: Difel, 1985. 1. I, v.1.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. A violência dramatiza suas causas. In: MINAYO, Maria. Celília; SOUZA, E. R. (org). **Violência sob o olhar da saúde:** a infrapolítica da contemporaneidade brasileira. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2003.

PAIVA. Beatriz Augusto e SALES, Mione Apolinário. A Nova Ética Profissional: Práxis e Princípios In: BONETTI, Dilséa A. et al (orgs.). **Serviço Social e Ética:** convite a uma nova práxis - 7ª Edição. São Paulo: Cortez CFESS, 2006.

PONTES, Reinaldo Nobre. Mediação: categoria necessária para a prática do assistente social. In: Capacitação em Serviço Social e Política Social. Mod. 04: **O trabalho do assistente social e as políticas sociais, Brasília:** UNB/CEAD, 2000.

SILVA, José Fernando Siqueira. **O método em Marx e o estudo da violência estrutural.** Revista Eletrônica da Faculdade de História, Direito, Serviço Social e Relações Internacionais (UNESP). Franca, 08 out. 2005 – Disponível em: http://www.franca.unesp.br/revista/index.htm. Data de publicação: 08/10/2005.

_____. **Violência e Serviço Social:** notas críticas. Revista Katálysis, 2008, v.11, n.2, p.265-273.

VÁZQUEZ, Adolfo Sánchez. **Filosofia da Práxis.** 4ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

YASBEK, Maria Carmelita. O Serviço Social como especialização do trabalho coletivo. In: Capacitação em Serviço Social e Política Social. Módulo 2: **Crise contemporânea, Questão Social e Serviço Social.** Brasília: UNB/CEAD, 1999. p. 88-99.

# A ampliação do trabalho intelectual e o setor de serviços na conjuntura da reestruturação produtiva

Juliana Carla da Silva Gois[1]

## RESUMO

Tendo em vista que nas últimas décadas o sistema do capital vivencia uma crise sem precedentes que, por sua vez, como consequência direta, provoca alterações no que diz respeito às relações de produção, recoloca-se, sem lugar a dúvida, a necessidade de se continuar refletindo sobre as questões que permeiam a categoria trabalho. Neste artigo, em particular, demonstra-se que ao se expandir por diversos setores, conjugando-se com as exigências da fábrica toyotista, o trabalho intelectual assume contornos específicos. Esses, dentre outros, são os aspectos que compõe o presente estudo.

**PALAVRAS-CHAVE:** trabalho intelectual; setor de serviços; reestruturação produtiva.

1 Aluna regular do doutorado no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

# 1. INTRODUÇÃO:

Há poucas dúvidas, se tivermos um olhar crítico sobre a realidade, que a categoria trabalho, de alguma forma, tem aparecido na literatura das Ciências Humanas e Sociais. Ela vem sendo discutida na sociedade contemporânea sobre diversos enfoques. Debates versando sobre problemáticas direta ou indiretamente relacionadas ao trabalho encontram-se instaurados na arena acadêmica e se caracterizam pela pluralidade teórica, sendo traduzidos por distintas acepções. Dos críticos do capitalismo aos seus apologéticos, abre-se uma nítida linha divisória de análises e interpretações saturadas de convergências e/ou dissonâncias.

Desde a segunda metade do século XX, numa delimitação histórica mais precisa, assiste-se a uma verdadeira epidemia de teorias que promulgam o fim da centralidade do trabalho no mundo dos homens e, no aspecto sociopolítico, o "adeus ao proletariado". Os argumentos, por vezes, são os mais variados. Sustenta-se - como é o caso, embora que com diferenças, de Schaff, Lojkine, Bell, Toffler – a afirmação de que o incremento pujante das tecnologias computadorizadas na produção, como a automação e a informatização, ao ampliar as possibilidades de difusão do conhecimento, constitui o anúncio e a potencialidade de uma nova civilização, nitidamente pós-mercantil, mais justa e igualitária e, sendo assim, totalmente diferente da industrial: a "sociedade de informação".

Tem-se, ainda, a argumentação marcada pela alegação de que a produção flexível típica das fábricas enxutas toyotistas, com operários reduzidos, e no contexto da expansão do setor de serviços, provocou mudanças que, ao serem positivas para quem labuta diariamente, deixaram para trás o trabalho tedioso, cansativo, monótono que implica a desqualificação dos operários, abrindo espaço para a requalificação do trabalho, para a fusão entre o trabalho manual e o intelectual. Os antagonismos que balizam a divisão do trabalho tipicamente capitalista estariam, pois, sendo superados.

Num contrafluxo a essas tendências, este estudo pretende abordar a ampliação do trabalho intelectual e a hipertrofia do setor de serviços no contexto da reestruturação produtiva contemporânea Demonstra-se que essa forma de trabalho assume configurações distintas e funções peculiares correspondentes a cada conjuntura, comprovando, assim, que a expansão de atividades intelectuais assalariadas dentro e fora do espaço fabril responde às determinações e exigências mais internas do sistema capitalista.

Apontaremos o trabalho intelectual assalariado na dinâmica autoexpansiva do capital no século XX, assim como a hipertrofia do setor de serviços no contexto da reestruturação produtiva contemporânea. Demonstra-se que essa forma de trabalho assume configurações distintas e funções peculiares correspondentes a cada conjuntura, comprovando, assim, que a expansão de atividades intelectuais assalariadas dentro e fora do espaço fabril responde às determinações e exigências mais internas do sistema capitalista. Tentaremos apontar a exploração das atividades intelectuais assalariadas a partir da expansão do setor de serviços, na ocasião da reestruturação produtiva do capital, como também a exploração da componente intelectual do trabalhador.

Por que na contemporaneidade ocorre uma expansão significativa de atividades intelectuais produtivas e improdutivas? Eis o questionamento que orienta essa reflexão e que, nos seus limites intrínsecos, buscamos respondê-lo sem, obviamente, termos qualquer pretensão de esgotá-lo, haja vista sua complexidade. Embora as matérias nelas contidas - não apenas teóricas nem meramente acadêmicas, mas portadoras de cunho político explícito - sejam complexas, elas expressam inquietações que devem ser analisadas.

## 2. DESENVOLVIMENTO

Se for correto afirmar que as estratégias utilizadas nos “anos dourados” possibilitaram o aumento das taxas de lucro e marcaram uma ampla expansão da economia capitalista, é igualmente verdadeiro, e em contraste, que elas apresentaram, a certa altura, alguns limites. Já no início dos anos de 1970 eclodem claramente seus sinais de esgotamento, de estagnação, não possibilitando as mesmas condições favoráveis à expansão ininterrupta do capital. Não é à toa que desde esta década, até os dias de hoje, desencadeia-se um quadro crítico irreversível e diferenciado.

Os traços mais evidentes do refluxo econômico mundial inaugurado com a crise do petróleo se traduzem, por parte do capital, no esgotamento do padrão taylorista/fordista devido a sua incapacidade de responder, a longo prazo, à retração do consumo; na dissolução do *Welfare State*, com a consequente diminuição dos gastos públicos destinados à área “social” e transferências de recursos para a rede privada; no crescimento da dívida externa; na relação de dependência econômica dos países periféricos aos países centrais; na hipertrofia do setor financeiro em detrimento do setor

produtivo que não consegue reverter a capacidade ociosa das empresas; no aumento dos preços das matérias-primas e nas altas taxas de juros no mercado. De então para cá, a fase de expansão econômica antes experimentada pelo sóciometabolismo do capital é substituída por uma recessão nunca vista. Identifica Mészáros (2011, p. 697, grifos do autor) que ela é a "um *continuum depressivo*, que exibe as características de uma crise *cumulativa*, *endêmica*, mais ou menos *permanente* e *crônica*, com a perspectiva última de uma *crise estrutural* cada vez mais profunda e acentuada".

Muito embora se tenha a instalação de uma crise destas proporções, isso não impede que o capital, em face dos seus próprios limites estruturais, continue exercendo a dominação sobre o conjunto da humanidade. Continua, apesar, é claro, de se valer de novos e velhos mecanismos. Visando dar respostas a essa conjuntura, o sistema capitalista iniciou um processo de reorganização econômica, ideológica e, como é de se esperar, também política,

> [...] cujos contornos mais evidentes foram o advento do neoliberalismo, com a privatização do Estado, a desregulamentação dos direitos do trabalho e a desmontagem do setor produtivo estatal (...); a isto se seguiu também um intenso ***processo de reestruturação da produção e do trabalho***, com vistas a dotar o capital do instrumento necessário para tentar repor os patamares de expansão anteriores (ANTUNES, 2008, p. 33, grifos do autor).

Vale dizer que é este último aspecto, e sua necessária problematização, que mais diretamente nos interessa. Numa ofensiva contra o trabalho, o capital se vê compelido a encontrar alternativas para a crise, em que é absorvido no sentido de reordenar tanto a produção e as formas de acumulação quanto seu controle sobre a sociedade, trazendo como resultado de suas medidas consequências severas para a classe trabalhadora. Diante dessas circunstâncias, passa-se, então, a substituir o padrão "rígido" por um novo padrão produtivo centrado na "flexibilidade" que responde no âmbito econômico às novas exigências.



Se no taylorismo-fordismo a execução das tarefas dependia da aptidão física do trabalhador, sendo ignorada sua capacidade de pensar, que era delegada à gerência, no toytismo tem-se um quadro diferente, sendo o

trabalhador chamado a pensar para o capital. A organização do trabalho toyotista implementa um modelo de gerência que utiliza estratégias de envolvimento e participação dos trabalhadores valendo-se de artifícios ideológicos, como a denominação do trabalhador como "associado" ou "colaborador". É prioridade desta conjuntura um trabalho altamente qualificado e intelectualizado, que, contraditoriamente, associa-se com o trabalho precarizado e superexplorado, para obter a extração intensa de mais-valia. Ao contrário do modelo de produção taylorista-fordista, onde o trabalhador não era requisitado a pensar sobre seu trabalho, o toyotismo demanda um trabalhador participativo, conjugando elementos subjetivos com formas flexíveis de emprego. Tais características são essenciais para que o controle e a disciplina dos trabalhadores sejam assegurados.

Devido ao desenvolvimento das forças produtivas e aos avanços técnicos e científicos, ocorre, nessa nova dinâmica do capital, uma intensiva incorporação destes à produção, reduzindo, tendencial e parcialmente, a demanda por trabalho vivo. Aprisionada aos nexos e às hierarquias da produção toyotista, a microeletrônica, por exemplo, desempenha um papel central ao explorar a componente intelectual do trabalhador, pois a informática recolhe e guarda os resultados da inteligência prática dos trabalhadores, e a automatização aplica esses resultados nas operações realizadas pelas máquinas. Através dela, os conhecimentos técnicos adquiridos pelos trabalhadores também são incorporados no processo de produção e os estimula, principalmente pela propalada "gestão participativa", a dar opiniões a respeito das técnicas produtivas. A própria administração das empresas passa a assimilar os conhecimentos técnicos dos trabalhadores, incorporando-os à produção para aumentar a eficiência e salvaguardar a produtividade.

A partir da década de 1970 há um emprego crescente de trabalho intelectual na produção capitalista. Esse emprego traduz-se na expansão do setor de serviços, como também no progresso da automação produtiva. Observa-se a necessidade do assalariamento de novos profissionais no âmbito desses serviços, que estarão na esfera do trabalho intelectual. Interessante mencionar que o setor de serviços passa a ser incorporado ao processo de acumulação capitalista e, apesar de se constituir de trabalhadores intelectuais, esses podem se desdobrar em produtivos e improdutivos, a depender da relação na qual estão inseridos. Esta fase do desenvolvimento do capitalismo é marcada pela subsunção da produção científica ao capital e, consequentemente, pelo assalariamento dos produtores de conhecimento. Assim, observa-se o crescente emprego de força de trabalho intelectual, que

é altamente compatível com a produção em forma capitalista, na produção e reprodução do sistema do capital.

Segundo Antunes (2008, p.125), temos, a partir da reestruturação produtiva do capital, "a expansão do trabalho dotado de maior dimensão intelectual", tanto nas atividades industriais informatizadas, como também na esfera do setor de serviços. O autor sinaliza que dentro da expansão do trabalho intelectual na produção, a força de trabalho intelectual "produzida dentro e fora da produção é absorvida como mercadoria pelo capital que se lhe incorpora para dar novas qualidades ao trabalho morto: flexibilidade, rapidez de deslocamento e autotransformação constante". Observa-se que a produção de serviços demanda inovações e torna-se cada vez mais subordinada "a uma produção crescente de conhecimento que se converte em mercadoria e capital" (idem, p. 128). Portanto, não há dúvidas que o trabalho intelectual, participante do processo de criação de valores, "encontra-se também sob a regência do fetichismo da mercadoria. É ilusório pensar que se trata de um trabalho intelectual dotado de sentido e autodeterminação: é antes um *trabalho intelectual abstrato*" (ANTUNES, 2008, p. 128-129, grifos do autor).

O modelo toyotista, além de implicar flexibilidade da produção, acentua a divisão social do trabalho inaugurando um novo patamar de intensificação do ritmo das atividades, ao combinar as formas relativa e absoluta de extração da mais-valia. Cabe notar que:

> De um lado existem os trabalhadores que sustentam a modalidade de mais-valia relativa inaugurada pelo toyotismo. Caracterizam-se por uma situação profissional estável e por salários bastaste elevados, mas são eles os mais explorados, porque a sua capacidade intelectual está plenamente ao serviço do capital. No outro extremo existem os trabalhadores mais mal pagos, contratados ao dia ou a hora e que alternam o trabalho com períodos de inatividade. Mas como são desprovidos de qualificação e é sobretudo força física que põem ao serviço do patrão, são os menos produtivos e por isso são os menos explorados. Entre estes dois extremos situam-se a hierarquia de qualificações e as múltiplas formas de conjugar o esforço físico

> e a capacidade intelectual, assim como se situam todas as variantes da precarização e as hierarquias de remunerações e de benefícios. A nova articulação entre mais-valia relativa e mais-valia absoluta, iniciada pelo toyotismo, confere uma ordem a esta multiplicidade e permite dividir a força de trabalho dos nossos dias em grupos relativamente bem caracterizados (BERNARDO, 2004, p.136-137).

Tais mudanças incidem diretamente na composição da classe trabalhadora, consubstanciando numa própria reestruturação interna através da adoção, aos saltos, de novas formas de contratação, alterações organizacionais na estrutura produtiva que ocasionam instabilidade e precariedade das relações de trabalho, subcontratação, exigências de contenção salarial e ausência de postos de trabalho protegidos e de larga duração. A ameaça real ao desemprego crônico, aliada às estratégias de organização do trabalho e de controle que exploram a componente intelectual do trabalhador são decisivas para a sua aceitação aos mecanismos de subordinação. Apenas "submetendo a um controle permanente tanto a formação intelectual da força de trabalho como a atividade intelectual dos trabalhadores é que se torna possível desenvolver a componente intelectual do trabalho" como também "apelar para que os trabalhadores participem na gestão" (BERNARDO, 2004, p.107).

A complexificação da divisão do trabalho promove o crescimento do setor de serviços[2] que contribuirá no processo de acumulação capitalista. Para Marx (2010), os serviços representam um valor de uso particular do trabalho, ele considera apenas seu valor útil, numa relação entre o produtor e o consumidor. Essa explicação, realizada quando os serviços correspondiam aos serviços pessoais, é de extrema atualidade, visto que a maioria dos serviços, destacando os voltados para a reprodução da força de trabalho, como os da saúde e educação, conserva a característica de atender a uma necessidade. Sendo assim, infere-se que mesmo os serviços se expandindo e se diversificando, seu caráter de atividade que realiza um valor de uso se mantém.

De posse dessa verificação, é preciso qualificar as atividades realizadas no setor de serviços tanto no que se refere ao processo de valorização do

2 Com o crescimento dos serviços, alteram-se não apenas as fronteiras da divisão social e técnica do trabalho, especialmente aquelas que dizem respeito às fronteiras existentes entre os serviços de consumo privado e coletivo, entre os serviços de consumo e de circulação, mas, essencialmente a função que têm os serviços no processo de acumulação capitalista, na realidade atual (COSTA, 2008, p.101).

capital como das formas contemporâneas de subordinação hierárquica do trabalho ao capital. Materializados numa etapa de crise capitalista, crescem quantitativamente os serviços que estão ligados ao processo produtivo e, num cenário de lutas, a incorporação de algumas necessidades de reprodução da força de trabalho determina a progressiva mercantilização, estimulada em grande parte pelo Estado em sua feição neoliberal, de serviços sociais que possibilitam, em alguma medida, o controle político, social e ideológico de parte significativa da classe trabalhadora.

Gradey (2001) mostra pesquisas que constatam que no Brasil, a partir dos anos 1950, a participação dos serviços no emprego total passou de 31% (em 1950) a 57% (em 1996). Vale ressaltar que nesse mesmo período o setor primário obteve uma queda, passando de 59% (em 1950) a 23% (em 1996). Isso demonstra empiricamente o grande crescimento dos serviços no mercado de trabalho. Dados mais recentes do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) revelam que entre os anos de 1998/1999 no Brasil, a participação no PIB do setor produtor de serviços, em conceito amplo, segundo as Contas Nacionais, situou-se em 58,3% em 1999, respondendo por 57,2% da absorção de mão-de-obra na economia. Logo, a expansão dos serviços implicou o crescimento de trabalhadores assalariados para executá-los, seja no âmbito da produção de mais-valia, seja no âmbito das atividades improdutivas. Destacamos que essa expansão dos serviços não revela o fim da sociedade do trabalho, mas sim uma nova forma do capital adentrar em mais um setor da sociedade para garantir sua reprodução.

Não podemos contestar que a ampliação dos serviços,[3] incluindo os serviços sociais, justifica-se pela necessidade absolutamente vital do capital controlar e amenizar, ainda que temporariamente, os conflitos e problemas sociais decorrentes das iniquidades produzidas pelo próprio sistema e garantir, em certa medida, a reprodução da força de trabalho a ser capitalisticamente explorada. Por esse motivo, a função de controle político-ideológico e econômico sobre a classe trabalhadora, necessária ao domínio de classe e posta em prática por seguimentos profissionais, evidencia a natureza improdutiva dessas atividades porque não geram mais-valia e atuam no sentido de garantir o funcionamento adequado do capitalismo.



3 Nosso ponto de partida é o conceito de Marx: "(...) serviço não é em geral mais do que uma expressão para o valor de uso particular do trabalho, na medida em que este não é útil como coisa mas como atividade" (MARX, 2010, p.118). A atividade de serviços geralmente não cria valores de uso que se materializam em um objeto, tendo sua utilidade apenas como atividade, ou seja, essa utilidade deixa de existir quando o trabalho termina

Portanto, é necessário reafirmar que a expansão do trabalho intelectual não se limita aos processos produtivos. Os trabalhadores intelectuais dos serviços improdutivos também se expandem, por meio da ampliação dos serviços sociais e de outras atividades não produtoras de mais-valia. O trabalho nos serviços é composto de muitas particularidades e diferenças se comparado com o trabalho na esfera da produção. Porém, a condição dos que executam os serviços é de assalariado, em função da manutenção do capital. Ainda que os serviços exijam trabalho intelectual, isso não muda a condição de assalariado que está inserido no modo capitalista de produção, sujeitando-se às imposições do capital.

Reitera-se que é no interior das contradições desenvolvidas no capitalismo contemporâneo que o setor de serviços é expandido, já que a conjuntura demanda serviços de controle para apaziguar os conflitos emergentes. Nessa expansão dos serviços de controle surge a necessidade de profissionais para implementá-los e executá-los. Tais profissionais irão executá-los por meio de uma relação de assalariamento, vendendo sua força de trabalho. Com isso, surge uma vasta gama de profissões assalariadas que na maioria das vezes terão o Estado como seu empregador.

Essas atividades de controle, demandadas pelo Estado, serão exercidas por trabalhadores assalariados intelectuais improdutivos, pois no âmbito estatal não se produz mais-valia. São atividades de controle político-ideológico que demandam profissionais assalariados para executá-las. É por intermédio da intervenção estatal que esses serviços de controle serão implementados, tendo em vista que pretendem assegurar o bom funcionamento da ordem social burguesa. Apesar de esses serviços situarem-se no âmbito da improdutividade, eles são essenciais para a garantia da reprodução do capital. São serviços oferecidos à parte da classe trabalhadora sob a forma de serviços sociais.

Como o capital necessita do controle e da amenização dos conflitos sociais, advindos da relação antagônica e conflituosa entre capital e trabalho, os serviços sociais cumprem papel importante nesta tarefa, sendo destinados à parte da classe trabalhadora para o atendimento de algumas necessidades básicas de sobrevivência. Segundo Costa (2008, p. 109, grifos da autora), a expansão dos serviços sociais, que são destinados ao atendimento de algumas necessidades de reprodução do trabalhador e de sua família, “expressa a complexa e contraditória tensão entre a sua existência como um serviço que *tem um valor de uso social e coletivo*” e

a probabilidade “de serem transformados em um serviço cuja utilidade social passa a depender da geração de lucros, isto é, da sua mercantilização”. Nessa perspectiva, os serviços sociais voltados ao atendimento de necessidades sociais dos trabalhadores expressam “o poder que tiveram as lutas dos trabalhadores pelo seu reconhecimento; no entanto, tal reconhecimento não se dá independente das necessidades do próprio capital” (idem, p. 109). Portanto, embora os serviços sociais sejam destinados ao atendimento de necessidades da classe trabalhadora, eles também existem em decorrência de necessidades do capital, como, por exemplo, o controle da classe trabalhadora.

Tendo em vista os argumentos explicitados, em linhas gerais, podemos sinalizar que o período da reestruturação produtiva do capital ocasionou o aumento do trabalho intelectual, tanto nas atividades diretamente ligadas à produção capitalista de mercadorias, como também às atividades de serviços pessoais e sociais. Essa expansão dos serviços é fator determinante para a exploração de mais trabalho intelectual e, consequentemente, para expansão de profissões assalariadas. Tal ampliação do trabalho intelectual é indispensável para realização do trabalho manual. Contudo, apesar de os trabalhadores manuais e os trabalhadores intelectuais exercerem funções distintas no interior da divisão do trabalho capitalista, ambos estão subsumidos ao capital e ao assalariamento. Por esses motivos, é inconteste que a exploração do trabalho intelectual é fundamental e necessária ao capital tanto nos processos produtivos, como também nos improdutivos.

## 3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Num momento em que, no interior da academia, muitas polêmicas são travadas em torno da categoria trabalho, este artigo assumiu a tarefa nada fácil de analisar as configurações assumidas particularmente pelo trabalho intelectual no início da produção capitalista, como também no período histórico do século XX que possibilitou a consolidação dos padrões produtivos taylorista/fordista e, em seguida, toyotista.

Particularizando a regência e a dinâmica de reprodução do capital na sua busca incessante pelo lucro, vimos que apesar de haver profissionais não atuantes diretamente na produção eles são essenciais para a exploração e controle dos demais trabalhadores. Vimos ademais que ambos vendem sua força de trabalho em troca de um salário. Portanto, a partir das necessidades que fazem o sistema atual um modo de controle singular, demanda-se

o trabalho daqueles que transformam a natureza, produzindo o capital, e dos numerosos assalariados que controlam e organizam o trabalho a ser realizado pelos primeiros. Trata-se, claro está, de dois tipos de trabalhadores distintos, pela função social por eles assumidas, não obstante igualmente essenciais à reprodução econômica.

Na dinâmica desse século, complexifica-se a divisão social do trabalho e a tendência de ampliação do trabalho intelectual, pois ele passa a impor cotidianamente na produção as imposições hierárquicas do capital sobre o trabalho. Com isso, exerce o controle integral do processo produtivo e dos trabalhadores inseridos diretamente na produção (ou seja, os trabalhadores manuais), com vistas, dentre outras coisas, a expandir os ciclos da acumulação capitalista. Tornam-se, por isso, indispensáveis para o funcionamento adequado do sistema.

Organicamente atrelada ao desenvolvimento da riqueza em sua feição burguesa, na contemporaneidade ocorre, como demonstrado, a expansão dos trabalhos intelectuais que ganharão maior destaque a partir da implementação do modelo de produção "flexível". Nesse contexto, além da exploração física, vai se explorar o componente intelectual do trabalho. Essa exploração foi possibilitada pelas invenções tecnológicas aplicadas ao processo produtivo, o que acarretou na redução relativa do trabalho vivo. É explicável, portanto, o surgimento de diferentes profissões que auxiliam a reprodução do capital, o redimensionando da função de controle e a hipertrofia/diversificação do chamado setor de serviços.

Em suma, apreende-se com os resultados aqui obtidos que a produção flexível, apesar de promover alterações substantivas no processo de trabalho propiciadas pelo desenvolvimento tecnológico, não conseguiu, nem conseguirá, suplantar a distinção elementar entre trabalho manual e trabalho intelectual. Há comprovação histórica, por todas as constatações possíveis no decorrer do texto, que essa organização do trabalho reafirma tal distinção ao possibilitar que o capital, mesmo diante do quadro de crise, continue explorando intensivamente os diversos segmentos de trabalhadores, intelectuais ou não, e situados em setores os mais diferenciados, a fim de superar esse quadro que põe em xeque a viabilidade de sua existência enquanto sistema sociometabólico.

# 4. REFERÊNCIAS


ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho:** ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 2ª Ed. São Paulo: Boitempo, 2008.

BERNARDO, J. **Democracia totalitária:** teoria e prática da empresa. São Paulo: Cortez, 2004.

COSTA, Maria Dalva Horário da. Os serviços na contemporaneidade: notas sobre o trabalho nos serviços. In: **A nova fábrica de consensos:** ensaios sobre a reestruturação empresarial, o trabalho e as demandas do Serviço Social. Ana Elizabete Mota (Organizadora) – 4 ed. – São Paulo: Cortez, 2008.

GRADEY, Jean. **Emprego, produtividade e avaliação de desempenho dos serviços.** In: Relação de Serviço. Produção e avaliação. São Paulo: Editora SENAC, 2001.

HIRANO, Sedi. **Política e economia como formas de dominação o trabalho intelectual em Marx.** Tempo Social; São Paulo, p. 1-20, nov. 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ts/v13n2/v13n2a01.pdf>. Acesso em: 3 set. 2010.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Pesquisa Anual dos Serviços.** Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/comercioeservico/pas/analisepas99.shtm . Acesso em 22 set 2015.

MARX, Karl. **O Capital:** Crítica da Economia Política. Volume I, Livro Primeiro, Tomo I. Nova Cultural: 1985a.

_____, **O Capital:** Crítica da Economia Política. Volume I, Livro Primeiro, Tomo II. Nova Cultural:1985b.

_____. **Capítulo VI Inédito de O Capital.** Trad. Klaus V. Puchen 2ª Ed. São Paulo: Centauro, 2010.

MÉSZÁROS, I. **Para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2011.

OLIVEIRA, F. de. **O terciário e a divisão social do trabalho.** *Novos Estudos CEBRAP*, Rio

de Janeiro, nº. 24, p.139-168, 1979. Disponível em: <http://www.cebrap.org.br/v1/upload/biblioteca/virtual/o/terciario/e/a/divisao/social.pdf>. Acesso em: 02 de março de 2015.

SINGER, Paul I. A economia dos serviços. **Novos Estudos CEBRAP**, Rio de Janeiro, n.24, p.129-135, 1979. Disponível em:

<http://www.cebrap.org.br/v1/upload/biblioteca/virtual/a/economia/dos/servicos.pdf> Acesso em: 6 set. 2010.

# Descartabilidade humana no capitalismo: repercussões para a intervenção profissional do assistente social

Andressa Bernardon[1]
Luciana Gomes de Lima Jacques[2]
Vanelise de Paula Aloraldo[3]

## RESUMO

O presente artigo versa sobre as contradições capitalistas e seus rebatimentos no mundo do trabalho e nos diferentes espaços sócio ocupacionais onde estão inseridos os assistentes sociais. Ressalta-se o importante debate da categoria sobre as formas de resistências e o comprometimento ético-político, teórico-metodológico e técnico-operativo, fundamentados na teoria social crítica, com o atendimento das demandas dos usuários, manifestadas nas políticas sociais, as quais reforçam discursos neoliberais, meritocráticos, conservadores e assistencialistas que descaracterizam os direitos sociais, reproduzindo as formas de exploração e reprodução do sistema capitalista, num contexto de crise do sistema.

**PALAVRAS-CHAVE:** Capitalismo; Contradições; Descartabilidade Humana; Trabalho Profissional

1 Doutoranda em Serviço Social pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da PUCRS. Mestre em Serviço Social pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da PUCRS. Graduada em Serviço Social pela Universidade de Caxias do Sul/RS. Correio eletrônico: bernardon.andressa@gmail.com

2 Doutoranda em Serviço Social pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da PUCRS. Mestre em Serviço Social pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da PUCRS. Graduada em Serviço Social pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL). Assistente Social da Prefeitura Municipal de Guaíba-RS. Correio eletrônico: lucianagljacques@gmail.com

3 Doutoranda em Serviço Social pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da PUCRS. Mestre em Serviço Social pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da PUCRS. Graduada em Serviço Social pela Unipampa. Correio eletrônico: vanelise.aloraldo@gmail.com

# INTRODUÇÃO

O sistema capitalista é essencialmente contraditório, e algumas de suas contradições vinculam-se ao mundo do trabalho. Verifica-se que os avanços tecnológicos e científicos, ao tempo em que acarretaram na melhoria da qualidade de vida de uma parcela da população, contribuíram para o avanço, produção e reprodução do sistema capitalista, contraditoriamente, acarretaram na diminuição e, por vezes, no desemprego que também levou as famílias pobres a "merecerem" a proteção da assistência desestimulando, assim, a inserção ao mercado de trabalho daqueles considerados "inaptos", contribuindo para a construção de um processo de descartabilidade humana que materializa-se através do acirramento e do agravamento das refrações da questão social.

O capitalismo, na sua expressão globalizada e imperialista, em seu horizonte histórico e político, não mede esforços para reafirmar sua hegemonia, impondo um padrão de "desenvolvimento" que aprofundam as desigualdades e as formas de exploração. Nesse cenário, o ser humano "fica mais pobre à medida que produz mais riqueza [...]. O trabalhador torna-se uma mercadoria ainda mais barata à medida que cria mais bens. A desvalorização do mundo humano aumenta na razão direta do aumento do valor do mundo dos objetos" (MARX, 2004, p. 94-95). Nesse sentido, não há valorização do trabalhador, apenas valorização do capital.

As atrocidades do modo de produção capitalista são percebidas cotidianamente na vida dos sujeitos, posto que manifestam-se por meio da fome, do desemprego, das violências, do adoecimento físico e mental, decorrentes das extensas jornadas de trabalho, entre outras manifestações, as quais são demandas encaminhadas aos espaços ocupacionais onde estão inseridos os assistentes sociais. Nesse contexto, tais profissionais são convocados a intervir no âmbito das políticas sociais, preferencialmente, como "reguladores" da vida de seus usuários, no intuito de minimização do impacto negativo de suas demandas, e, assim, torná-los sujeitos úteis à reprodução do capital.

Todavia, são profissionais formados com um direcionamento ético-político regido, entre outros, pelos seguintes princípios fundamentais: a defesa intransigente dos direitos humanos e recusa do arbítrio e do autoritarismo; a ampliação e consolidação da cidadania; a defesa do aprofundamento da democracia; o posicionamento em favor da equidade e justiça social e, a

opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação, exploração de classe, etnia e gênero (BRASIL, 1993). Verifica-se, desse modo, que há uma tensão permanente entre o projeto ético-político profissional e os objetivos capitalistas, que os contrata como profissionais assalariados, portanto, para que estejam a serviço do capital.

Ainda com tais dificuldades, no cenário onde vive-se, radicado pelo retorno do neoliberalismo, os profissionais do serviço social são desafiados a uma tomada de posição: ou legitimam as condições de subalternidade da população usuária dos serviços e corroboram com a prevalência dos interesses dominantes, ou assumem o papel de mediadores nas políticas de proteção social sob a perspectiva da efetivação de direitos numa sociedade de classes. Esta segunda opção, conforme Closs (2015), se apoia no recurso à Teoria Social Crítica para superar a imediaticidade, contrapor-se à naturalização das desigualdades e banalização do ser humano, "desfetichizar" a realidade, explorar contradições fortalecendo resistências e ter coragem de lutar contra a corrente política atual. Eis uma difícil e complexa luta coletiva que os assistentes sociais são chamados a travar, apoiando a concepção da defesa universal dos direitos humanos historicamente conquistados e materializados pelas políticas sociais.

Em realidade, vive-se em meio a uma naturalização das manifestações imediatas da questão social, onde o pensamento conservador contribui para disseminar a ideia da reforma moral do homem e da sociedade, tratando de "combater" estas refrações sem problematizar a ordem econômico-social estabelecida (NETTO, 2001). Contudo, reside aí uma contradição: ao mesmo tempo que responsabilizam e culpabilizam os sujeitos pelas suas condições de miserabilidade, em contrapartida, o Estado não constrói oportunidades para que as famílias vivam em plenas condições de dignidade.

## 1. SISTEMA CAPITALISTA E SUAS CONTRADIÇÕES

O sistema capitalista vigente na sociedade contemporânea influencia na produção e reprodução das relações sociais, as quais dizem respeito ao modo como os homens se relacionam entre si e constituem sua existência social, isto decorre das forças produtivas e do modo de apropriação dos meios de produção. Harvey (2016) afirma que o cerne da acumulação capitalista está em separar o trabalhador dos meios de produção. Este processo

está relacionado a "espoliação" – no sentido de privar alguém de algo que lhe pertence –, enquanto a reprodução do capital, associa-se à exploração.

> [...] separar o trabalho de outras atividades da vida e sujeitá-las às leis do mercado foi o mesmo que aniquilar todas as formas orgânicas da existência humana e substituí-las por um tipo diferente de organização, uma organização atomista e individualista (POLANYI, 2000, p.198).

Para que o capital seja criado e reproduzido é necessário, então, que os trabalhadores criem mais valor em mercadorias do que recebem. Assim, temos entre as consequências desse sistema: trabalho social alienado e relação contratual desigual. Esta alienação é necessária para a manutenção do *status quo*, pois, esvazia as lutas coletivas, enfraquece a classe trabalhadora, despolitiza os seres sociais, os sujeitos não se reconhecem no fim do processo de trabalho, causando-lhes estranheza. Torna os sujeitos isolados, sem perspectivas de grandes mudanças, tendo em vista, que todas as conquistas sociais são frutos de lutas coletivas. Marx (2004), nos manuscritos econômicos filosóficos, ao retratar a teoria da alienação, mostra o vazio do sujeito alienado e a descaracterização da própria humanidade, da essência do sujeito. A sujeito se vê como acidente, não como determinante.

> Sujeito alienado é aquele que não consegue perceber a possibilidade de uma mudança. O sujeito que não se reconhece no produto de seu trabalho, que não se satisfaz na sua atividade de trabalho, que não se reconhece enquanto membro de um gênero e que não reconhece a alteridade é um sujeito impotente. É a reprodução perfeita das estruturas vigentes em uma sociedade pautada pelo trabalho e em que a estrutura econômica assume papel determinante (MARX, 2004).

A alienação é próspera nas divisões do trabalho, pois a competição entre grupos sociais, que lutam por uma posição de poder (status) na divisão social do trabalho, torna-se o principal meio pelo qual os trabalhadores perdem poder para o capital. Este passa a exercer cada vez mais poder sobre o mercado de trabalho, porque as lutas dos trabalhadores são pelo reconhecimento e pelas qualificações que privilegiam os interesses individu-

ais, e não coletivos, bem como o fetichismo da meritocracia (HARVEY, 2016, p.112-113). A meritocracia está presente na sociedade capitalista madura, na ideia fetichizada que a riqueza de cada um está alicerçada em seu esforço, a contradição renda e riqueza retrata esta realidade, na qual o salário dos trabalhadores tem a aparência de uma riqueza, ocultando o processo de mais valia presente neste processo.

Contudo, o capital vai continuar a buscar novas estratégias de obter taxas de lucros, na implementação de tecnologias em alternância na busca de melhores condições de produzir lucratividade, por isso ocorrem as crises estruturais (modo de produção, com sinais de esgotamento) para que possam vir as mudanças e novas oportunidades de concorrência. Isto influencia diretamente no modo de vida dos seres humanos, desde seu contexto subjetivo e objetivos, na busca desenfreada do capital de valores monetários.

As manifestações das atrocidades do capital trazem tensão para a relação entre trabalhadores e capitalistas. Os trabalhadores se organizam e lutam por melhores condições de trabalho, salariais, por sua vez, os capitalistas também se organizam e lutam para, por exemplo, reduzir o valor da força de trabalho; ou seja, lutam "em geral para aumentar a intensidade, a produtividade e/ou o tempo do trabalho dedicado ao processo de trabalho, enquanto os trabalhadores lutam para diminuir tanto as horas e a intensidade da atividade laboral quanto os danos físicos nela implícitos" (HARVEY, 2016, p. 69).

Sendo assim, a contradição entre capital e trabalho está no fato de que a força de trabalho é o instrumento primordial para a reprodução e sobrevivência do capital, porém, este mesmo capital, em virtude de sua essência exploratória, acaba esfacelando, destruindo o meio principal do qual dispõe para sobreviver. O capital apropria-se da força de trabalho, explorando-a, ao máximo, para que possa produzir o valor e mais valor necessários à obtenção de seus lucros (busca eterna do capital). Contudo, essa exploração traz danos à vida dos trabalhadores que, conscientes das perversidades do capital, organizam-se e lutam. No entanto, em retaliação, o capital se recusa a investir e/ou "cria desemprego para disciplinar o trabalho" (HARVEY, 2016, p. 69), num ciclo de disputas permanentes.



Nesse contexto, verifica-se que o controle sobre a força de trabalho e os processos de trabalhos sempre foi vital para a sobrevivência do capital e, os avanços tecnológicos e científicos, foram/são indispensáveis a esse pro-

pósito. No entanto, surge daí aquela que Harvey (2016) classifica como uma das contradições mutáveis do capital: tecnologia, trabalho e descartabilidade humana.

O desenvolvimento científico e tecnológico do século XX trouxe melhorias na qualidade de vida de uma parcela da população, mas, contraditoriamente, ampliou as desigualdades sociais e gradativamente afastou o homem do mundo do trabalho, ao ponto de extinguir áreas de inserção profissional e, desse modo, descartar uma parcela significativa da humanidade. No itinerário em busca de sua lucratividade, estiveram inseridos em permanentes processos de inovação tecnológicas, nos quais novas tecnologias surgem para, posteriormente, transformarem-se em base para a construção de outras. Como consequência desses processos, tem-se a modificação radical de modos de viver, ser e pensar (HARVEY, 2016).

A contradição central está no fato de que se o trabalho social é a grande fonte de valor e lucro, substituí-lo por máquinas ou trabalho robótico não faz sentido, nem política nem economicamente, pois, as inovações tecnológicas, ao permitirem a passagem de sistemas mecânicos e biológicos para a inteligência artificial, impactam na disponibilidade de emprego. Consequentemente, a demanda por bens e serviços entra em colapso, enquanto emprego e renda desaparecem – o que trará efeitos catastróficos na economia, a menos que o Estado descubra uma maneira de intervir com estímulos redistributivos aos setores da população que se tornaram redundantes e descartáveis (HARVEY, 2016). A contradição entre a produção de valor, de um lado, e a inovação tecnológica desmedida que economiza trabalho, de outro, está entrando num território cada vez mais perigoso – perigo que ameaça a crescente população descartável, mas também, a reprodução do próprio capital.

Nesse contexto de crise capitalista, verifica-se o agravamento das refrações da questão social, impactando diretamente no trabalho do assistente social enquanto trabalhador assalariado, mas também, e sobretudo, enquanto defensor de direitos. Iamamoto (2012) destaca que a internacionalização do capital acarreta, de um lado, a concentração de riqueza, e, de outro, a polarização da pobreza e da miséria, nas quais estão inseridos aqueles sujeitos vetados pelo mercado de trabalho: jovens com pouca ou sem qualificação, idosos, entre outros. Nessa conjuntura de restrição de acesso a direitos e de precarizações, entre outros, acirram-se as refrações da questão social, aumentando-se, consequentemente, o número de ci-

dadãos, jovens, idosos, crianças, mulheres, famílias vivendo em condições precárias, demandantes das políticas públicas e sociais nas quais estão inseridos os assistentes sociais.

## 2. REFRAÇÕES DA QUESTÃO SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL: demandas e respostas

O Estado contemporâneo neoliberal busca intervir por meio de ações minimalistas, reforçando o caráter paternalista e assistencialista, repassando os direitos como favores, justificados, portanto, pela necessidade de desvincular a questão social como sendo fruto da relação capital e trabalho e de vinculá-la a desajustes, inaptidões individuais, algo natural, entre outras conceituações e, desta maneira, conseguir a adesão dos indivíduos para a reprodução do sistema capitalista. Os assistentes sociais estão inseridos em um contexto contraditório, que diretamente – e não poderia ser diferente – afeta a sua própria intervenção profissional.

> As transformações contemporâneas que afetam o mundo do trabalho, seus processos e sujeitos, provocam redefinições profundas no Estado e nas políticas sociais, desencadeando novas requisições, demandas e possibilidades ao trabalho do assistente social no âmbito das políticas sociais [...] Ao mesmo tempo e no mesmo processo, contraditoriamente, aprofunda-se a precarização, aberta ou velada, das condições em que esse trabalho se realiza, considerando o estatuto de trabalhador assalariado do assistente social, subordinado a processos de alienação, restrição de sua autonomia técnica e intensificação do trabalho a que estão sujeitos os trabalhadores assalariados em seu conjunto [...] Mas certamente outras pautas devem ser associadas a esta, relacionadas aos desafios do cotidiano profissional do assistente social, que trabalha com as mais dramáticas expressões da ***questão social***, lidando com a dura realidade enfrentada pelas classes subalternas na sociedade brasileira (RAICHELIS, 2011, p. 434).

A condição de trabalhador assalariado, de um lado, e o compromisso com a materialização de seu projeto ético-político e profissional, de outro, restringe a autonomia dos assistentes sociais. Iamamoto (2012), evidencia que este trabalhador é como os demais, que necessita vender a sua força de trabalho na sociedade capitalista para que consiga sobreviver.

> [...] o agente profissional contratado pelas instituições empregadoras ingressa no mercado de trabalho como proprietário de sua força de trabalho especializada, conquistada por meio de formação universitária que o legitima a exercer um trabalho complexo em termos da divisão social do trabalho, dotado de qualificação específica para o seu desenvolvimento. Mas essa mercadoria "força de trabalho" só pode entrar em ação se dispuser de meios e instrumentos de trabalho que, não sendo de propriedade do assistente social, devem ser colocados a sua disposição pelos empregadores institucionais: recursos materiais, humanos, financeiros, para o desenvolvimento de programas, projetos, serviços, benefícios e de um conjunto de outras atribuições e competências, de atendimento direto ou em nível de gestão e gerenciamento institucional (RAICHELIS, 2011, p. 434).

Ao mesmo tempo em que sofrem os impactos do atual contexto capitalista, os assistentes sociais são demandados a intervir nas refrações da questão social que se agudizam. Cotidianamente, esses profissionais se deparam com inúmeras demandas de seus usuários, referentes às mais diversas refrações da questão social: múltiplas violências; usuários desempregados; sem acesso a tratamentos de saúde; sem acesso à educação; pessoas em situação de rua ou residindo em condições precárias. As políticas sociais podem ser consideradas respostas e formas de enfrentamento, mesmo que setorializadas e fragmentadas, às expressões multifacetadas da questão social no capitalismo, cujo fundamento está nas relações de exploração do capital sobre o trabalho (BEHRING; BOSCHETTI, 2007).

De acordo com Pereira (2010), as políticas públicas, longe de serem receitas governamentais, resultaram de novas relações entre Estado e Sociedade, onde conceitos como justiça social e equidade se tornaram menos abs-

tratos. Para a autora, são duas as principais funções da política pública: concretizar os direitos conquistados pela sociedade incorporando-os nas leis, e distribuir bens públicos. Estes devem ser usufruídos de forma integral e gratuita, devem visar o interesse de todos e devem ser fáceis de acessar. Ainda é preciso lembrar que "as políticas públicas (e, portanto, a política social) mudam e variam no tempo e no espaço. Elas não têm um só perfil e uma única destinação" (PEREIRA, 2010, p. 99). Por isso também que a política social como concebida hoje, como materialização dos direitos de cidadania, deve ser lembrada como conquista histórica, porém, ainda precisa-se avançar – e muito, para que ela deixe os rastros da fragmentação, da seletividade, e da focalização, e caminhe, cada vez mais, rumo à inclusão e universalização dos direitos. Demandas que se manifestam no interior de políticas sociais redistributivistas, minimalistas, nas quais, seus gestores esperam que esses profissionais atuem no intuito de contenção social.

Nesse cenário conflituoso, faz-se necessário, conforme avalia Martinelli (2011), para a qualificação do conhecimento e, consequentemente, da intervenção profissional, que os assistentes sociais invistam em pesquisas, inclusive, e especialmente, com base na prática; trabalhem criticamente com seus usuários as demandas que os afetam; vislumbrando, sempre, "o valor social do conhecimento produzido, seu retorno ao campo da intervenção e aos sujeitos que dele partilham", estabelecer intercâmbio com outros saberes, "ancorar esse modo de produzir conhecimento nas próprias vivências, na experiência social cotidiana, dando-lhe visibilidade e transformando o 'conhecimento silencioso' em 'conhecimento partilhado' (POLANYI, 1983, p.504), por meio de sua socialização"

O serviço social, constituído em meio à trama de relações entre as classes sociais, entre tensões e complexas correlações de forças, encontra em seu projeto ético-político profissional hegemônico a direção social determinada por valores e princípios que orientam o fazer profissional. Assim, o já referido projeto, na contemporaneidade ou pelo menos desde a década de 80, busca a ruptura com o pensamento conservador historicamente presente e atuante na trajetória da profissão.

Os efeitos perversos da sociedade contemporânea refletem-se nas relações sócio-político-econômicas da população, exigindo, consequentemente, aprimoramento das dimensões teórico-metodológicas, do compromisso ético-político e técnico-operativo, que se fundamenta na defesa da vida dos sujeitos e no acesso e efetivação de seus direitos humanos.

> [...] o profissional que objetiva a realização e ampliação de direitos sociais e humanos só se mantém se contar com uma base social de sustentação política, o que coloca a práxis política como meio adequado à realização do compromisso ético-político profissional, entendendo-se que tal práxis não é exclusiva da profissão, mas do conjunto das forças sociais progressivas articuladas em projetos sociais [...] (BARROCO, 2000, p. 133).

Ressalta-se que o compromisso ético-político é composto de: "[...] valores, princípios, visão de homem e de sociedade que se direcionam para a transformação de determinada realidade, buscando contribuir na satisfação das demandas apresentadas pelo usuário e/ ou instituição [...]" (NUNES, 2004, p. 29). A contribuição na melhoria das condições e modo de vida da população demandatária do trabalho profissional se faz através do desenvolvimento de atividades técnicas e políticas constituidoras do acesso e garantia das necessidades humanas básicas (saúde física e autonomia). Isso requer a incorporação dos diversos interesses da classe trabalhadora. Cabe registrar que se constata um retorno a perspectivas profissionais que não conseguem ser totalmente superadas pela história e na atuação dos/as assistentes sociais. Destaca-se que tais perspectivas persistem com "novas roupagens", portanto como um "novo conservadorismo" na profissão, marcado por projetos e ações voltadas à manutenção da ordem capitalista.

Denota-se, portanto, que as/os assistentes sociais, quando se inserem nos processos de trabalho, vinculam o seu projeto profissional ao projeto societário. A restrição de direitos, reforçando valores tradicionais, reduzindo procedimentos a um conjunto de burocracias sem qualquer autonomia ou pela via da "investidura moral" que realiza julgamentos apressados, negação de benefícios, e controle total da vida dos sujeitos, trata-se de um projeto consoante com a matriz ideológica do neoliberalismo. Por outro lado, se o projeto profissional seguido for o projeto ético-político que visa a construção de uma nova ordem social sem dominação ou exploração de uma classe sobre a outra, pautado em valores de justiça e equidade social reconhecendo a liberdade como valor ético central, então demarca-se o compromisso com a classe trabalhadora livre das opressões.

Cumpre recuperar a necessidade do debate no interior da profissão, a fim de aprimorar a qualificação da formação e dos serviços prestados à população. Dentre as discussões que devem ser problematizadas no momento

presente, estão: pluralismo versus ecletismo, conhecimento sobre conceitos e categorias centrais no debate sobre a política pública e uma autocrítica no que se refere ao exercício profissional.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Evidenciam-se nas contradições do sistema capitalista e do mundo do trabalho que os avanços tecnológicos e científicos priorizam o crescimento econômico em detrimento do desenvolvimento da classe que vive do trabalho. Tais transformações impactam diretamente nas relações sociais e consequentemente no trabalho profissional do assistente social.

Ressalta-se o importante debate da categoria sobre as formas de resistências, estratégias profissionais, com o comprometimento ético-político, teórico-metodológico e técnico-operativo, fundamentados pela teoria social crítica aos tensionamentos presentes nas políticas sociais que ora reforçam discursos meritocráticos, conservadores, assistencialistas que descaracterizam os direitos sociais, favorecendo o sistema neoliberal.

As transformações societárias incidem diretamente na prática profissional dos diversos campos profissionais. As/os assistentes sociais, especificamente, necessitam compreender a realidade, mas, principalmente, intervir nela de forma ético-política, evitando olhares fragmentados. O serviço social, em meio a correlações de força e complexas relações contraditórias, possui em seu direcionamento a pretensão de romper com o pensamento tradicional-conservador naturalizado na sociedade.

Urge a necessidade de lutar pela qualidade da formação profissional e por uma atuação profissional crítica e comprometida com os interesses da população usuária nos diferentes espaços do exercício profissional, bem como reconhecer os limites, as condições e o potencial das políticas sociais públicas existentes neste modelo societário, que, mesmo precárias no tempo presente, atingem uma população há muito tempo subalternizada, subjugada e oprimida pelos ditames neoliberais.

# REFERÊNCIAS


BRASIL. **Código de ética do/a assistente social.** Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão. Brasília: Conselho Federal de Serviço Social, 1993.

BARROCO, Maria Lúcia Silva. **Os fundamentos sócio-histórico da ética.** In: Capacitação em serviço social e política social: Módulo 2, Brasília, DF: UnB, Centro de Educação Aberta, Continuada a Distância, 2000.

HARVEY, David. **17 contradições e o fim do capitalismo.** São Paulo: Boitempo, 2016.

IAMAMOTO, M. V. **Serviço Social em tempo de capital fetiche:** capital financeiro, trabalho e questão social. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

MARTINELLI, Maria Lúcia. **O trabalho do assistente social em contextos hospitalares: desafios cotidianos.** Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 107, p. 497-508, jul./set. 2011.

RAICHELIS, Raquel. **O assistente social como trabalhador assalariado: desafios frente** às violações de seus direitos. Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 107, p. 420-437, jul./set. 2011. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/sssoc/n107/03.pdf Acesso em: 07/07/2017.

MARX, Karl. **O Capital: crítica a economia política.** São Paulo: Boitempo, 2013.

_____. **Manuscritos econômicos filosóficos.** São Paulo: Boitempo, 2004.

NUNES, Josiéle Maria de Lima. **A Dimensão Socioeducativa no Trabalho do assistente Social.** Caxias do Sul. Monografia. UCS. 2004.

POLANY, Karl. **A grande transformação: as origens da nossa época.** Trad. Fanny Wrabel. 2 ed. Rio de Janeiro, Campus, 1980.

YAZBEK, Maria Carmelita. **Classes subalternas e assistência social.** 4. ed. São Paulo: Cortez, 2003

# Mudanças multidimencionais no mundo do trabalho: uma breve reflexão sobre suas consequencias

Thaise Torsani Lemos Machado[1]
Thamara Larissa Torres de Santana[2]
Vanessa Martins Galhardo Lopes[3]

## RESUMO

Este artigo traz reflexões teóricas sobre o processo de transformação no mundo do trabalho nas últimas décadas e seus rebatimentos para os trabalhadores, contextualizando a nova 'morfologia' e a 'nova conformação da classe trabalhadora', de acordo com expressões de Ricardo Antunes. Tem-se como proposta analisar a forma de organização do trabalho, problematizando essa lógica de flexibilização produtiva, bem como as características e consequências dessas transformações para a classe que vive do trabalho, além de ensejar o debate sobre os desafios que o movimento dos trabalhadores enfrenta para efetivação dos direitos e ampliação da cidadania.

**PALAVRAS-CHAVE:** Trabalho; Flexibilização; Intensificação.

1 Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em Política Social da Universidade Federal de Mato Grosso – UFMT, brasileira, thaisemachado16@gmail.com.

2 Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em Política Social da Universidade Federal de Mato Grosso - UFMT, brasileira, thamara.itsantana@gmail.com.

3 Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em Política Social da Universidade Federal de Mato Grosso - UFMT, brasileira, galhardovanessa@hotmail.com.

# INTRODUÇÃO

Na atualidade as bases do trabalho, em resposta ao fracasso da forma de organização taylorista/fordista, têm se dado a partir da lógica toyotista, na qual os cronômetros e a produção em série são substituídos pela flexibilização da produção e também dos trabalhadores, com objetivo de adequar as novas formas de produção ao mercado, intensificando o processo de trabalho e buscando cada vez mais trabalhadores polivalentes e multifuncionais.

As respostas a esse processo de reestruturação produtiva têm sido formas de trabalho precários, parciais, temporários e terceirizados vinculados a economia informal e, com isso, tem-se a precariedade do emprego, desregulamentação das condições de trabalho, em sua forma mais perversa possível, flexibilização dos direitos do trabalhador, ausência de proteção e expressão sindicais, além da feminilização da mão-de-obra com salários mais baixos e inserindo idosos e crianças no mercado de trabalho. A intensificação do trabalho também é um fenômeno presente nesta era da reestruturação, que não necessariamente está ligada apenas as jornadas, mas a outros aspectos, como veremos ao decorrer deste trabalho.

Esse cenário tem sido chamado de a nova morfologia do trabalho, conforme considera Antunes, que por sua vez, questiona o nível e forma de combate pelos organismos classistas. É importante frisar que os sindicatos e demais entidades têm buscado oferecer alternativas; no entanto, os esforços dessas instituições não têm acompanhado a mesma velocidade do processo de precarização e desregulamentação dos direitos dos trabalhadores.

Não pretendemos esgotar todas as mudanças neste ensaio, apenas apontar as mais relevantes e tecer breves discussões. O estudo mais aprofundado de cada alteração é necessário, bem como incitar o debate sobre, pois se tratam de mudanças que se iniciaram no século passado, mas que estão se intensificando neste.

# 1. A GÊNESE DA REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA

Ao desenvolver uma análise de conjuntura das três últimas décadas do século XX, décadas marcadas por uma crise de superprodução do capitalismo, verifica-se a reestruturação produtiva iniciada na década de 70. Essa reestruturação vem como resposta à crise do padrão de acumulação até então vigente, e concomitante à ideologia neoliberal interferiu (e interfere) em grande medida na organização da produção, bem como nas esferas do Estado, da Sociedade Civil e das Políticas públicas. É no movimento dessa década que emergem as transformações societárias que vão orientar e marcar os próximos decênios.

Em fins dos anos 60, já se identificavam sinais de esgotamento da fase expansiva do capitalismo maduro, do pacto keynesiano-fordista, do pleno emprego e da social-democracia entrando assim em um período de estagnação a partir dos anos 1970. O que se observa nesse período de estagnação e de crise é o forte descolamento do trabalho vivo pelo morto, aceleração da inovação tecnológica, agravamento do desemprego e automação. O que ocorreu realmente foi uma crise de superprodução. Assim "chegava ao fim do padrão de crescimento que, desde o segundo pós-guerra e por quase trinta anos (as três décadas gloriosas do capitalismo monopolista), sustentara, com suas ondas longas expansivas, o pacto de classe expresso no Welfare State" (NETTO, 90, 1996).

Com o fim do padrão capitalista monopolista fundado no regime de acumulação rígido do pacto keynesiano-fordista, emerge então um novo quadro respaldado pelo regime de acumulação flexível. A transição do rígido para o flexível compreende no interior do campo de inflexões do movimento do capital, bem como as transformações societárias que também se desenvolvem nesse complexo movimento do capital, cheio de contradições, possibilidades e limites.

Para Antunes (2009, p. 47), essas mutações, iniciadas nos anos 70, seriam responsáveis pela instauração de uma nova forma de organização industrial e de relacionamento entre o capital e o trabalho, buscando um trabalhador mais qualificado, participativo, multifuncional, polivalente. Além disso, é uma produção muito vinculada à demanda, visando atender às exigências mais individualizadas do mercado consumidor, que se fundamenta no tra-

balho operário em equipe, com multivariedade de funções; essa produção se estrutura num processo produtivo flexível, demandando ao trabalhador operar várias máquinas ao mesmo tempo. Essas empresas do complexo produtivo toyotista, têm uma estrutura horizontalizada, ou seja, transfere a "terceiros" grande parte do que antes era produzido dentro de seu espaço produtivo (ANTUNES, 2009, p. 53).

Esse processo de produção de tipo toyotista supõe, portanto, uma intensificação da exploração do trabalho, pois os trabalhadores passaram a operar várias máquinas diferentes ao mesmo tempo, intensificando o ritmo e a velocidade da cadeia produtiva. Isso sem mencionar o enorme processo de destruição da força humana de trabalho, causada pelo processo de liofilização organizativa da "empresa enxuta", um processo no qual substâncias vivas são eliminadas – trata-se do trabalho vivo – que é substituído pelo maquinário tecnocientífico, pelo trabalho morto (ANTUNES, 2009, p. 57).

Nessas circunstâncias de dimensões da diversidade, heterogeneidade e complexidade da classe trabalhadora temos a frequente redução do proletariado industrial, fabril, tradicional, manual. Essa redução tem diminuído devido a reestruturação produtiva do capital, a expansão ocidental do toyotismo, a flexibilização, a introdução da máquina informatizada, pelo computador (que permite relações diretas), e a introdução de novas formas de trabalho doméstico.

Por outro lado, um enorme incremento do "novo proletariado" fabril e de serviços, que se traduz pelo impressionante crescimento do trabalho precarizado, sendo esse o novo subproletariado, que são os "terceirizados", subcontratados, part-time, entre outros.

Antunes (2009, p. 3), em sua pesquisa sobre "Os sentidos do trabalho", consegue com sucesso reter a complexidade dialética dos problemas discutidos, quando outros poderiam ficar tentados a oferecer interpretações unilaterais. Nesse sentido, por exemplo, ele nos diz que o significativo aumento do trabalho feminino representa indiscutivelmente uma emancipação parcial das mulheres, mas, ao mesmo tempo, mostra que o capital incorpora o trabalho feminino em sua divisão social e sexual do trabalho, tendo em vista que nessa força de trabalho feminina há maior precarização e exploração.

Assim, segundo Antunes (2009),

> Se, por um lado, necessitamos do trabalho humano e de seu potencial emancipador, devemos também recusar o trabalho que explora, aliena e infelicita o ser social. Isso porque, o sentido do trabalho que estrutura o capital acaba sendo desestruturante para a humanidade; na contrapartida, o trabalho que tem sentido estruturante para a humanidade é potencialmente desestruturante para o capital (ANTUNES, 2009, p. 12).

Logo, essa contraditoriedade do trabalho, que ao mesmo tempo emancipa e aliena, nos mostra que é de extrema importância o estudo sobre o trabalho humano, onde um de seus maiores desafios é dar sentido à vida dentro e fora do trabalho. Vivencia-se um aumento significativo do trabalho feminino, principalmente no mundo do trabalho precarizado, desregulamentado e também no que concerne a direitos e condições de trabalho.

Segundo Antunes (2009, p. 105),

> na divisão sexual do trabalho, operada pelo capital dentro do espaço fabril, geralmente as atividades baseadas em capital intensivo, são preenchidas pelo trabalho masculino, enquanto aquelas dotadas de menor qualificação, e muitas vezes fundadas em trabalho intensivo, são destinadas às mulheres trabalhadoras (e, muito frequentemente também aos trabalhadores/as imigrantes e negros/as).

Logo, a expansão do trabalho feminino está associada a um trabalho mais precarizado, marcado pela informalidade, com desníveis salariais em relação aos homens e jornadas de trabalho mais prolongadas.

Outro ponto pertinente sobre esse tema é no sentido de que a mulher trabalhadora realiza atividade duplamente, dentro e fora de casa, pois homens e mulheres, desde a família e escola, são diferentemente qualificados e capacitados para o mundo do trabalho, assim o capitalismo sabe se apropriar desigualmente dessa divisão sexual do trabalho.

Analisando uma fábrica tradicional de alimentos na Inglaterra, a autora Pollert nos mostra que nas áreas de trabalho mais valorizadas na fabricação de chocolate predominam os homens trabalhadores, e nas áreas ainda mais rotinizadas, que envolvem o trabalho manual, tem sido crescente a presença feminina.

Segundo Hirata (1995, p. 86), em um estudo comparativo entre Japão, França e Brasil, abarcando as empresas matrizes e as suas filiais, a autora, em função da divisão sexual do trabalho e do corte Norte-Sul, constatou uma variedade na organização e gestão da força de trabalho. Segundo ela,

> No que concerne à organização do trabalho, a primeira conclusão é que nos estabelecimentos dos três países o pessoal envolvido era masculino ou feminino segundo o tipo de máquinas, o tipo de trabalho e a organização do trabalho. O trabalho manual e repetitivo era atribuído às mulheres e aquele que requeria conhecimentos técnicos era atribuído aos homens (HIRATA, 1995).

Portanto, como diz Antunes (2009, p. 110), a luta das mulheres por sua emancipação é uma ação contra as formas histórico-sociais da opressão masculina, que é pré-capitalista, e encontra vigência sob o domínio do capital; além disso, será também pós-capitalista, pois o fim da sociedade de classes não significa direta e imediatamente o fim da opressão de gênero.

## 2. CONSEQUÊNCIAS DAS TRANSFORMAÇÕES NO MUNDO DO TRABALHO PARA OS TRABALHADORES

Dentre as metamorfoses do mundo do trabalho, outra tendência que vem se caracterizando é a expansão dos assalariados médios e de serviços, que permitiu a incorporação de contingentes oriundos do processo de reestruturação produtiva e da desindustrialização, mutações organizacionais e tecnológicas, mudanças nas formas de gestão, e também vem afetando o setor de serviços, que cada vez mais se submete à racionalidade do capital, como por exemplo, as privatizações dos serviços públicos (ANTUNES, 2009, p. 111).

Tem ocorrido também uma expansão do trabalho no denominado "terceiro setor", que assume uma forma alternativa de ocupação, com empresas de perfil mais comunitário, por formas de trabalho voluntário, sem fins diretamente lucrativos.

Segundo Antunes (2009, p. 114), outro aspecto é a expansão do trabalho a domicilio, ou trabalho informal, com a introdução da telemática, bem como a expansão das formas de flexibilização e precarização do trabalho, com a necessidade de atender a um mercado cada vez mais "individualizado".

Nesse sentido, essas duas últimas tendências, a do "terceiro setor" e a do "trabalho em domicílio", se encontram ainda muito limitadas, pois: o terceiro setor, se compõe de formas de trabalho comunitário e assistencial, tentando suprir em parte aquelas esferas de atividade que eram anteriormente realizadas pelo Estado. Quanto ao trabalho em domicílio, sua utilização não pode abranger inúmeros setores produtivos, como a empresa automobilística, a siderurgia, a petroquímica e etc.

Estes elementos demonstram que o capitalismo contemporâneo não caminha no sentido da eliminação da classe trabalhadora, mas na complexificação, utilização e intensificação, de maneira diversificada, acentuada e precarizada, materializando-se a desconstrução dos direitos sociais do trabalho, a superexploração do trabalho, as privatizações e o quantitativo de subproletarizados, terceirizados e subempregados.[4]

Dentre as consequências desse modelo de acumulação flexível estão a alta rotatividade da mão de obra, o baixo nível de sindicalização, o enfraquecimento dos sindicatos na defesa dos direitos trabalhistas, a instabilidade para os trabalhadores, além de crescente desemprego.

É importante trazer essa discussão dos sindicatos, devido a importância do seu papel. Esse cenário traz desafios exponenciais aos sindicatos e movimentos sociais, quais sejam: organizar sindicalmente e de maneira ampliada os trabalhadores; reconhecer a nova morfologia do trabalho envolvendo as dimensões *gênero*, *geração* e *etnia*; incorporar as novas categorias de trabalhadores; romper com o neocorporativismo e com as tendências de institucionalização e burocratização; reverter a tendência redutiva do sindi-



4 Essas categorias podem ser discutidas amplamente em algumas partes da obra de Antunes (2009).

cato ao setor fabril; estruturar-se de forma a assegurar a organização pelas bases; resgatar o sentido de pertencimento de classe; pensar em formas internacionais de ação e romper a barreira entre lutas econômica e política, articulando e fundindo as lutas sociais.

Antunes passa, então, com base no legado de Marx, a propor a necessidade de construção de um novo metabolismo social, cujo modo de vida se baseie na atividade autodeterminada, no tempo disponível, superando o modelo capitalista de heterodeterminação "desprovido de orientação humano-societal" (p. 57), que subordina o trabalho, agora assalariado e fetichizado, ao capital.

Indica, então, que compreender o sistema de metabolismo social do capital, constituído pelo tripé *capital*, *trabalho* e *Estado*, é condição imprescindível à realização de um balanço substancial do século XX, e à busca de superação de tal sistema, no qual o trabalho está subordinado ao capital. Tal compreensão, junto à análise crítica dos experimentos socialistas do século XX (com resultados trágicos, posto que individuais) e à clareza de que é em nível simultaneamente nacional, continental e mundial que a mesma se deve processar, são campos fecundos para se pensar o socialismo no século XXI.

Vale destacar a importância, no início do século XXI, dos movimentos populares, das novas formas de organização dos trabalhadores, da compreensão da nova morfologia do trabalho (mais complexa e heterogênea que outrora) e das lutas sociais com perfil extraparlamentar, contra o modelo destrutivo do capital. É a busca da reconquista do humano pela indissociabilidade entre luta social e luta política, com amplitude internacional, em um novo projeto societal socialista.

## 2.1 A INTENSIFICAÇÃO DO TRABALHO

Para Rosso (2008), o mais recente movimento de intensificação do trabalhado iniciou em 1980 e se estende até os dias atuais. Ao definir trabalho como a transformação da natureza realizada pelos seres humanos (Marx, 1973), consideramos que há necessidade de utilizar instrumentos para que essa transformação ocorra a posteriori à teleologia. O conceito de intensificação permeia essa transformação, por meio de dispêndio de fatores físicos, emocionais, intelectuais e relacionais.

É importante destacar que a intensificação do trabalho não tem relação com as máquinas, mas sim com questões relacionadas ao trabalhador. Não algo isolado, como apenas esforço físico, são outros elementos:

> [...] a intensidade é, portanto, mais que esforço físico, pois envolve todos as capacidades do trabalhador, sejam as de seu corpo, a acuidade de sua mente, a afetividade despendida ou os saberes adquiridos, através do tempo ou transmitidos pelo processo de socialização (ROSSO, 2008, p. 21).

Sendo assim, resolvemos destacar a intensificação por entender que a partir do momento que temos elementos – expostos por Rosso – para analisarmos a intensificação como uma categoria e consequência presentes em diferentes espaços de trabalhos, previamente, notamos que as mudanças e alterações no mundo do trabalho não se restringe a um setor, as transformações se estenderam para condições subjetivas e objetivas.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para Antunes (2009), a expressão classe-que-vive-do-trabalho pretende dar contemporaneidade e amplitude ao ser social que trabalha, uma noção ampliada de classe trabalhadora que inclui todos aqueles e aquelas que vendem sua força de trabalho em troca de salário, além do proletariado industrial, dos assalariados do setor de serviços, também o proletariado rural, que vende sua força de trabalho para o capital.

A classe-que-vive-do-trabalho ou classe trabalhadora atualmente inclui aqueles e aquelas que vendem sua força de trabalho, ou seja, trabalhadores produtivos e improdutivos. Por outro lado, exclui gestores do capital, altos funcionários, que recebem rendimentos elevados, aqueles que, de posse de um capital acumulado, vivem da especulação e dos juros, os pequenos empresários e ainda, a pequena burguesia urbana e rural proprietária.

Logo, compreender contemporaneamente a classe-que-vive-do-trabalho desse modo ampliado, como sinônimo da classe trabalhadora, permite reconhecer que o mundo do trabalho vem sofrendo diversas mutações importantes.

# REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo e BRAGA, Ruy(orgs.). **Infoproletários: degradação real do trabalho virtual.** São Paulo: Boitempo, 2009.

ANTUNES, Ricardo. **O Continente do labor.** São Paulo: Boitempo, 2011.

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho.** São Paulo: Boitempo, 2009.

DAL ROSSO, Sadi. **Mais trabalho! A intensificação do labor na sociedade contemporânea.** São Paulo: Boitempo, 2008.

DRUCK, Graça, THÉBAUD-MONY, Annie. A terceirização: a erosão dos direitos dos

trabalhadores na França e no Brasil. In: DRUCK, Graça e FRANCO, Tânia (orgs.). **A perda da razão social do trabalho: terceirização e precarização.** São Paulo: Boitempo Editorial, 2007.

HIRATA, Helena. (1995) "Rapports Sociaux de Sexe et Division du Travail". In BIDET, Jacques e TEXIER, Jacques. **La Crise du Travail, Actuel Marx Confrontation.** Presses Universitaires de France, Paris.

Karl Marx, **Grundrisse Foundations of the critique of political economy** (Nove York, Vintage Books, 1973).

NETTO, Jose Paulo. Transformações societárias e Serviço Social: notas para uma análise

retrospectiva da profissão no Brasil. In: **Serviço Social e Sociedade.** N.50. Ano XVIII. São Paulo: Cortez, 1996.

Foram admitidos trabalhos com o debate acerca de conceitos e categorias fundantes da política social e sua apreensão pelo serviço social; tendências de implementação da política social; política social e impactos para as classes, o Estado e o fundo público; intervenção profissional nos diferentes campos das políticas sociais setoriais; política social: gestão, planejamento, controle democrático e financiamento.

# EIXO 5 POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL

# Movimento social de moradia e política social de habitação: a participação das mulheres na luta pelo direito à moradia

Luciene Oliveira de Souza[1]
Alan de Loiola Alves[2]

## RESUMO

O objetivo deste artigo é discutir sobre a participação das mulheres na luta pelo direito à moradia e apresentar a importância do movimento social de moradia em prol da construção das políticas sociais de habitação. A metodologia utilizada neste estudo foi exploratória e de natureza qualitativa, tendo como procedimentos metodológicos levantamento bibliográfico e entrevistas semiestruturadas com cinco mulheres do Movimento Frente de Luta por Moradia - FLM do Jardim Ipanema na zona leste da cidade de São Paulo. Os resultados deste trabalho apontam que a falta de moradia está ligada a desigualdade social, e que os movimentos sociais foram importantes para que a moradia fosse considerada um direito social e que fossem criadas políticas sociais de habitação. Ainda, destaca que as mulheres têm ocupado espaço nos movimentos sociais de moradia, sendo a maioria no FLM e a participação neste movimento é uma possibilidade de conseguir a casa própria.

**PALAVRAS- CHAVE:** Mulheres; Movimento Social de Moradia; Política de Habitação.

1 Estudante de Graduação em Serviço Social pela Universidade Nove de Julho-UNINOVE. E-mail: lucy613975@gmail.com

2 Assistente Social, Doutorando do Curso do Programa de Pós Graduação de Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP, docente do Curso de Serviço Social da UNINOVE. E-mail: alanloiola@uni9.pro.br

# INTRODUÇÃO

Este artigo tem como tema a participação das mulheres na luta pelo direito à moradia. A falta de moradia é uma das manifestações da questão social, que, segundo Raichelis (2006, p.17), é expressão das "desigualdades sociais produzidas e reproduzidas na dinâmica contraditória das relações sociais" na sociedade capitalista.

Neste sentido, como destaca Iamamoto (2004, p.28), "as novas bases de produção da questão social e suas múltiplas expressões são o objeto do trabalho cotidiano do assistente social", sendo o acesso à moradia digna um dos elementos da profissão.

De acordo com Alves e Cavenaghi (2016, p.257), as condições de habitação da população "são um dos aspectos que perpassam as várias dimensões das desigualdades sociais na América Latina", onde "as condições de moradia da população brasileira e latino-americana são marcadas por alto grau de desigualdade e exclusão".

Conforme aponta o IPEA (2012):

> O problema da superlotação domiciliar atinge 2,6 milhões de domicílios brasileiros, que possuem densidade superior a três pessoas por cômodo utilizado como dormitório. Estes domicílios se concentram, em termos absolutos, nas áreas urbanas (80,1%) e na região Sudeste do país (42,4%), refletindo a maior concentração populacional e uma intensa demanda por solo urbanizado nestas áreas[3].

Apesar de a moradia ser considerada um direito social no Brasil a partir da Constituição Federal de 1988, ela continua a ser negada a toda população, pois como destaca Koga (2009), as famílias mais pobres residem em domicílios precários, vivendo em áreas e em condições de vulnerabilidade social.

Em decorrência dessa situação, a população resiste, se organiza e se mobiliza em busca pelo direito à moradia segura e digna, na qual as mulheres

3 Dados em consultados em Situação Social Brasileira: monitoramento das condições de vida, 2012. http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/3090. Acessado em 15-01-2017.

têm feito parte dos movimentos sociais de moradia. Para tanto, este artigo está estruturado em duas partes. A primeira evidencia as lutas por moradia através dos movimentos sociais e apresenta as conquistas dos direitos e das políticas públicas de habitação. A segunda parte discute a participação das mulheres na luta pelo direito à moradia, destacando as possibilidades e dificuldades enfrentadas neste movimento.

## 1. DO MOVIMENTO SOCIAL DE MORADIA ÀS POLÍTICAS SOCIAIS DE HABITAÇÃO

A moradia é entendida como elemento essencial do ser humano, sendo um direito social e, como aponta Souza (2004, p.45) apud Santos (2013, p.2) "é inerente à pessoa e independente de objeto físico para a sua existência e proteção jurídica".

Conforme aponta Santos (2013, p.2), a princípio qualquer lugar era local para estabelecer-se como abrigo: uma caverna, uma árvore e a superfície do gelo, pois eram suficientes para sobrevivência digna das pessoas. Contudo, os espaços livres foram reduzindo com o desenvolvimento da sociedade, a globalização e o capitalismo, acarretando "uma segregação social em relação aos menos favorecidos".

Ainda, de acordo com Santos (2013), os espaços foram se comprimindo cada vez mais a ponto de sua drástica redução ou extinção para os mais desfavorecidos; esses vivendo nas ruas, pontes, entre outros.

Neste sentido, Alves e Cavenaghi (2004) destacam que a habitação está ligada às desigualdades sociais, definidas por Montaño (2012, p. 278) como "contradição capital-trabalho, na exploração da força de trabalho, na acumulação e centralização de capital", quanto mais acúmulo do capital, mais exploração do trabalho, igual a desigualdade social. As condições de habitação e moradia no Brasil e na América Latina definem o grau da desigualdade, isto é, educação e cultura, lazer, transportes, pois a precariedade habitacional abrange contingentes ainda maiores da população.

Além disso, Maricato (2003) aponta que para maioria da população a urbanização é feita de forma ilegal e sem financiamento público, por isso surgem barracos, construções em morros com risco de desmoronamento, em lugares de reserva ambiental e em terras invadidas.

Essa situação levou as pessoas a lutar pelo direito à moradia, através da mobilização popular, onde a sociedade civil se organizou e foi para as ruas lutar pelos seus direitos, surgindo assim os movimentos sociais que foram responsáveis por grandes mudanças de direitos conquistados na vida dos brasileiros, não só movimentos pela habitação, mas também vários outros movimentos sociais.

De acordo com Gohn (2013 p.141), os movimentos sociais são vistos como "ações sociais coletivas de caráter sociopolítico e cultural", são comportamentos conflituosos gerados no seio da ordem, realizam diagnósticos da realidade social, transformam pessoas simples em atores da sociedade civil, onde muitos entram para a história através de sua participação nos movimentos sociais.

Ainda, segundo Gohn (2013), só é possível a participação cidadã nos movimentos sociais se a sociedade civil estiver organizada, articulada e tendo os mesmos ideais. No Brasil e na América Latina os movimentos sociais populares se propagaram bastante nos anos de 1970 e 1980 por causa da oposição ao então regime militar, especialmente pelos movimentos cristãos de base, inspirados pela Teologia da Libertação, como destaca Gohn (2004).

Assim, a Confederação Nacional das Associações de Moradores - CONAM foi fundada no dia 17 de janeiro de 1982, tendo como seu papel organizar as federações estaduais, uniões municipais e associações comunitárias, entidades de bairro e similares, para defender a universalização da qualidade de vida, com especial atenção às questões do direito a cidades, incluindo, além da luta pela moradia digna, saúde, transporte, educação, meio ambiente, trabalho, igualdade de gênero e raça, assim como a democratização em todos os níveis.[4]

Já em 1987, foi instituído o Fórum Nacional de Reforma Urbana – FNRU, que atua para modificar o processo de segregação social e espacial existente nas cidades brasileiras, a fim de que se tornem mais justas, inclusivas e democráticas, através da articulação nacional que reúne movimentos populares, sociais, ONGs, associações de classe e instituições de pesquisa.[5]

4 Dados consultados no site www.conam.org.br. Acessado em: 15-04-2017.

5 Dados consultados no site http://forumreformaurbana.org.br/quem-somos/. Acessado em: 15-04-2017.

Em 1989 a União Nacional por Moradia Popular - UNMP, por sua vez, vem com objetivo de articular e mobilizar os movimentos de moradia, lutar pelo direito à moradia, por reforma urbana e autogestão e assim resgatar a esperança do povo rumo a uma sociedade sem exclusão social; atuando em favelas e cortiços, articulando a questão do sem-teto, mutirões ocupações e loteamentos[6].

Esses movimentos contribuíram depois para a criação da Constituição Federal de 1988, principalmente na inserção dos direitos sociais, que foram inscritos em leis na nova Constituição brasileira de 1988.

Em 1990, Gohn (2011), relata que ocorreu o surgimento de novas formas de organização popular, mais institucionalizadas como os Fóruns Nacionais de Luta pela Moradia, pela Reforma Urbana, o Fórum Nacional de Participação Popular etc. Os encontros destes fóruns tinham abrangência nacional e eram com objetivos estratégicos, gerando diagnósticos dos problemas sociais, impulsionando assim algumas políticas sociais, como por exemplo, Renda Mínima e a Bolsa Escola.

A criação de uma Central dos Movimentos Populares foi outro fato marcante nos anos 1990, pois formou vários movimentos populares em nível nacional, tal como a luta pela moradia. Também buscou uma articulação e criou colaborações entre diferentes tipos de movimentos sociais, populares e não populares (Gohn, 2011).

Neste cenário surge também o Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto - MTST, que é um movimento de trabalhadores urbanos a partir do local em que vivem, por isso é um movimento territorial, tem como seu maior objetivo a luta contra o capital e o Estado que representa os interesses capitalistas; o MTST luta por moradia, é um movimento de sem-teto. O direito à moradia digna é uma bandeira central do movimento.[7]

A partir dos anos “2000, a moradia passou a integrar a concepção de direito social pela emenda constitucional nº26/2000 que altera o artigo 6º da Constituição Federal que refere-se aos direitos sociais” (Oliveira e Cassab, 2010, p 80).



6 Dados consultados no site www.unmp.org.br. Acessado em: 15-04-2017.

7 Dados Consultados no site http://www.mtst.org/ Acessado em 29-05-2017

Em 2004, os movimentos oficializam a articulação e organizam o primeiro encontro da Frente de Luta por Moradia – FML em Ribeiro Pires – SP, e esta Frente articulou novos processos de ocupação, defendendo pontos básicos para a consolidação dos objetivos dos trabalhadores sem-teto de baixa renda: Plano integrado de 1- desenvolvimento social e programas complementares, 2-participação popular e 3- instrumentos de política de desenvolvimento urbano.[8]

Em decorrência desses movimentos sociais de moradia e contando com a participação dos diversos segmentos sociais envolvidos com a questão habitacional, foi lançado em 2004 uma nova Política Nacional de Habitação (PNH), responsável pela criação e organização do PlanHab- Plano Nacional de Habitação, que "apresenta e convida a sociedade brasileira a debater suas principais propostas e metas de forma a agregar esforços, balizando as ações do governo federal.[9]

Segundo o Ministério das Cidades - Secretaria Nacional de Habitação, o PlanHab

> Plano Nacional de Habitação – PlanHab é um dos mais importantes instrumentos para a implementação da nova Política Nacional de Habitação. Previsto na Lei 11.124/05, que estruturou o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social, ele foi elaborado, sob a coordenação da Secretaria Nacional de Habitação do Ministério das Cidades, pela consultoria do Consórcio PlanHab, formado pelo Instituto Via Pública, Fupam-LabHab-FAUUSP e Logos Engenharia, por meio de um intenso processo participativo, que contou com a presença de todos os segmentos sociais relacionados com o setor habitacional[10].

8 Dados consultados em http://www.portalflm.com.br/luta-historico/ acessado em 29-05-2017.

9 Dados consultados no site: https://www.cidades.gov.br/images/stories/ArquivosSNH/ArquivosPDF/Publicacoes/Publiicacao/PlanHab/Capa.pdf. Acessado em 15-01-2017.

10 Dados consultados no site: https://www.cidades.gov.br/images/stories/ArquivosSNH/ArquivosPDF/Publicacoes/Publiicacao/PlanHab/Capa.pdf. Acessado em 15-01-2017.

Em 2008, segundo Leher e al. (2010), entidades como a União Nacional por Moradia Popular (UNMP), a Confederação Nacional das Associações de Moradores (CONAM), a Central de Movimentos Populares (CMP), e o Movimento Nacional de Luta pela Moradia (MNLM) se reuniram junto ao Fórum Nacional de Reforma Urbana (FNRU) e protagonizaram uma Jornada de Luta pela Reforma Urbana e pelo Direito a Cidade.

Em 2009 o Plano Nacional de Habitação (PlanHab),[11] se propõe "a mostrar que é possível transformar as condições de moradia deste país, com a participação ativa dos setores públicos estaduais e municipais, do setor privado e dos agentes e movimentos sociais". Nesse período também foi criado o Sistema Nacional de habitação de Interesse Social (SNHIS), nascido de um projeto de lei de iniciativa popular, promovido pelo movimento de moradia e da secretaria da habitação.

Todavia, como aponta Santos (2013, p. 2), "[o] direito à moradia passou de direito de todos para apenas direito dos mais favorecidos. E quando fornecido à minoria, não abrange o perfeito desenvolvimento da dignidade da pessoa humana".

Assim sendo, não ter uma moradia segura e salubre corrobora com a situação de vulnerabilidade social da população, na qual as famílias estão sujeitas a qualquer tipo de situação, isto é, falta de saneamento e transporte, acesso precário aos serviços e até mesmo preconceito pelo local de moradia.

## 2. PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES NA LUTA PELO DIREITO À MORADIA

Para conhecer a participação das mulheres na luta pelo acesso ao direito à moradia foram entrevistadas 05 mulheres integrantes do Movimento Frente de Luta por Moradia, situado no bairro Jardim Ipanema,[12] no distrito Cidade

11 Dados consultados em: https://www.cidades.gov.br/images/stories/ArquivosSNH/ArquivosPDF/Publicacoes/Publiicacao/PlanHab/Capa.pdf. Acessado em 15-01-2017.

12 Vale destacar que o bairro Jardim Ipanema é assim denominado pelos moradores, mas não consta ainda com dados oficiais detalhados, porém conta com uma associação chamada Associação Amigos do Jardim Ipanema.

Líder, situado na zona leste de São Paulo.[13]

O Movimento Frente de Luta por Moradia é formado por representantes de movimentos sociais autônomos, cujo objetivo é a reforma urbana e um desenvolvimento urbano mais justo, e o direito à moradia digna, e é uma das principais frentes de luta por moradia na cidade.[14]

As ações atuais desse movimento estão na organização de dois projetos de moradia. Um projeto é do Sítio Paiolzinho, que prevê a construção de 2000 unidades habitacionais na Cidade Tiradentes, zona leste de São Paulo, em cooperação com a Secretaria de Habitação, e o programa Minha casa, minha vida- Entidades.[15] E o outro projeto é do terreno Alto Alegre está situado no Jardim Alto Alegre. É um imóvel particular, ocupado por 1.000 pessoas,[16] com o objetivo de forçar a prefeitura a construir moradias populares no terreno.

Ambos os projetos estão sendo negociados entre a Prefeitura de São Paulo através do prefeito, da COHAB e da Secretaria de Habitação. Os participantes do movimento se revezam entre um grupo que vai para frente da Prefeitura e o outro que vai morar nos barracões dos terrenos.

Atualmente participam do Movimento Frente de Luta por Moradia do Jardim Ipanema 32 homens e 217 mulheres, evidenciando que as mulheres são as que mais lutam pelo direito a casa própria.

Vale destacar que o número de famílias sobre responsabilidade exclusiva das mulheres aumentou fortemente entre 2000 e 2010, passando

13 O Distrito Cidade Líder é uma área de vulnerabilidade social, tendo uma população de 126.597 mil habitantes; deste total 48,2% são homens e 51,8% são mulheres. A região conta com 37.561 domicílios particulares permanentes, cujo 5.739 domicílios têm renda per capita de até ½ salário mínimo, 1.149 renda per capita de até ¼ do salário mínimo e 183 renda per capita de até ⅛ do salário mínimo. Dados consultados no site: <http://www.censo2010.ibge.gov.br/sinopseporsetores/?nivel=st>. Acessado em 07-03-17.

14 Dados consultados em http://www.portalflm.com.br/. Acessado em: 03-05-2017.

15 Dados consultados em: http://www.portalflm.com.br/projeto-habitacional-paiolzinho-caminhando-a-passos-largos/Acessado em 02-04-2017.

16 Dados consultados em: "Relação atualizada das 20 ocupações do FLM". Portal FLM http://www.portalflm.com.br/relacao-atualizada-das-20-Ocupacoes/ Acessado em: 02-04-2017.

de 22,2% a 37,3%, além disso, no que diz respeito às famílias que têm que conviver com outras famílias, 53,5% das famílias secundárias, que convivem com uma família principal, são chefiadas somente por mulheres[17], mostrando a dificuldade das mães solteiras para acessar a casa própria.

Questionadas sobre o movimento Frente de Luta por Moradia, as mulheres responderam que é através do movimento FLM que tem a possibilidade de conseguir a casa própria.

Além disso, as mulheres informam que o movimento FLM ajuda na obtenção de benefícios sociais como o auxílio aluguel, vale gás, na aquisição de documentos - NIS e documentos comprobatórios para o banco Caixa Econômica Federal aprovar o financiamento da moradia, entre outros benefícios e documentos. Desse modo, verifica-se a importância do movimento FLM para essas mulheres que participam lutando pela moradia e por seus direitos sociais.

De acordo com Gohn (2013 p.141), os movimentos sociais são vistos como "ações sociais coletivas de caráter sociopolítico e cultural", transformam pessoas simples em atores da sociedade civil, onde muitos entram para a história através de sua participação nos movimentos sociais.

Em relação às dificuldades encontradas no movimento FLM, as mulheres responderam a falta de tempo para participar das reuniões, a demora em conseguir a casa própria, e a falta de compromisso do Estado. Segundo Ametista (2017),[18] " O governo tinha que ter um olhar diferenciado pra gente, tinha que fazer o papel para do qual foi eleito". E Rubi (2017) destaca que "a dificuldade no movimento é as retiradas da gente a força da ocupação para reintegração da posse da terra, a gente não invade, a gente ocupa".

Indagadas sobre o grande número de mulheres no movimento, elas mencionaram que as mulheres são mais guerreiras, são responsáveis pela família, e por causa da esperança de serem independentes. Ainda, apontaram

17 Censo Demográfico 2010 - Famílias e domicílios. "Número de famílias sob responsabilidade exclusiva de mulheres aumentou 37,3%". Portal Brasil, 17-10-2012. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2012/10/numero-de-familias-sob-responsabilidade-exclusiva-de-mulheres-passou-para-37-3>. Acessado em: 07-03-17.

18 Cabe ressaltar que os nomes Ametista e Rubi são fictícios, sendo usado para preservar a identidade das sujeitas da pesquisa.

que os homens estão trabalhando e por isso eles não tem tempo.

Todavia, vale ressaltar que as mulheres entrevistadas trabalham e são as responsáveis economicamente pelo sustento da família, porém em função dos papéis sociais de gênero acreditam que os homens não têm tempo de participar dos movimentos de moradia porque estão trabalhando.

Verifica-se aqui as dificuldades encontradas na luta das mulheres ocorrem na forma muitas vezes violenta da ação do Estado para retirar as mulheres da terra, garantindo assim o direito do "proprietário", mas por outro lado tiram o direito das mulheres até mesmo de luta, para a conquista de um direito básico que é o da moradia.

As mulheres do movimento FLM destacam que a participação no movimento social é a porta para a conquista da casa própria, isto é, o direito à moradia, porém ressaltam que as dificuldades, como a demora e a burocracia estatal contribuem para as condições de vulnerabilidade social, porém não impedem a continuação da luta por este direito social.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo evidenciou a participação das mulheres na luta pelo direito à moradia, especificamente no movimento Frente de Luta por Moradia - FLM no bairro Jardim Ipanema- SP.

O estudo mostrou que a falta de habitação está ligada às desigualdades sociais, devido ao desenvolvimento da sociedade, a globalização e ao capitalismo. Os espaços foram se comprimindo, isso levou as pessoas a lutarem pelo direito à moradia, através da mobilização popular, onde a sociedade civil se organizou e foi para as ruas lutar pelos seus direitos, surgindo assim os movimentos sociais.

O Trabalho também mostrou que os movimentos sociais no Brasil a partir das décadas de 1970, 1980, 1990 e 2000, mostrando que a Política Nacional de Habitação, as conquistas constitucionais de moradia e os movimentos sociais de moradia que surgiram durante estas décadas.

Este Trabalho identificou que as mulheres que fazem parte do movimento de moradia são de lugares de vulnerabilidade social, são mães trabalhadoras e que sofrem as condicionalidades da desigualdade social, desigualdade de gênero, mas que lutam pelos seus direitos.

Ainda, a pesquisa destaca que a participação das mulheres no movimento de moradia ocorre por serem a responsável pela família e por vivenciarem as condições precárias de habitação, assim como pela coragem para irem às ruas e levantarem bandeiras pelos seus direitos.

O estudo apontou as necessidades de um Estado Democrático de Direito Social, que execute as suas funções de proteção social a população. Além disso, faz se necessário uma lei que favoreça a mulher, para uma reparação histórica com relação à desigualdade de gênero.

## REFERÊNCIAS


ALVES, José Eustáquio Diniz; CAVENAGHI, Suzana. Déficit habitacional, famílias conviventes e condições de moradia**. Séries Demográficas**, v. 3, p. 257-286, 2016. Disponível em: <http://www.abep.org.br/publicacoes/index.php/series/article/view/75/72>. Acessado em: 15-01-2017.

GOHN, Maria da Glória. Sociedade civil no Brasil: Movimentos Sociais e ONGS**. Nómadas** (Col), Universidad Central Bogotá, Colombia, n. 20, p. 140-150, 2004. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=105117734013>. Acessado em: 15-01-2017.

_____. Sociedade civil no Brasil: Movimentos Sociais e ONGS. **Meta: Avaliação,** Rio de Janeiro, v. 5, n. 14, p. 238-253, 2013. Disponível em: <http://revistas.cesgranrio.org.br/index.php/metaavaliacao/article/download/145/pdf>. Acessado em: 15-01-2017.

_____. Movimentos sociais na contemporaneidade. **Revista Brasileira de Educação**, v. 16 n. 47 maio-ago. 2011.Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v16n47/v16n47a05.pdf. Acessado em 29-05-2017

IAMAMOTO, Marilda. **O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional.** 7 ed. São Paulo: Cortez, 2004.

KOGA, Dirce. **O Território para Além das Medidas e Conceitos: A Efetivação na Política de Assistência Social.** São Paulo, 2009.

LEHER, Roberto; COUTINHO DA TRINDADE, Alice; BOTELHO LIMA, Jacqueline Aline; COSTA, Reginaldo. **Os rumos das lutas sociais no período 2000-2010.** Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Buenos Aires: CLASCO, año

XI, nº 28, p. 49, 2010. Disponível em: <http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/revista/20101119035347/osal28.pdf/page=48>. Acessado em: 15-04-2017..

MARICATO, Ermínia. Metrópole, legislação e desigualdade. **Estudos avançados,** São Paulo, v. 17, n. 48, p. 151-166, Agosto 2003. Disponível em: <http://ref.scielo.org/br9bx7>. Acessado em: 15-01-2017.

MONTAÑO, Carlos. Pobreza, "questão social" e seu enfrentamento. **Serviço social e Sociedade**, v. 110, p. 270-287, 2012. Disponível em: <http://www.cressrn.org.br/files/arquivos/nR33120487j7065JW81e.pdf>. Acessado em: 15-04-2017.

OLIVEIRA, Marcelo Nascimento; CASSAB, Latif Antônia. **O Serviço Social na habitação: O trabalho social como instrumento de acesso das mulheres à moradia.** Anais do I Simpósio sobre Estudos de Gênero e políticas Públicas, Universidade Estadual de Londrina, 24 e 25 de junho de 2010. Disponível em: <http://www.uel.br/eventos/gpp/pages/arquivos/7.Marcelo-Oliveira.pdf>. Acessado em: 15-01-2017.

RAICHELIS, Raquel. Gestão pública e a questão social na grande cidade. **Lua Nova**, v. 69, p. 13-48, 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/0D/ln/n69/a03n69.pdf>.Acessado em: 15-03-2017.

SANTOS, Camila Buzinaro dos. A moradia como direito fundamental. In: Âmbito Jurídico, Rio Grande, XVI, n. 116, set 2013. Disponível em: <http://www.ambitojuridico.com.br/site/?n/link=revista/artigos/leitura&artigo/id=13677>. Acessado em: 15-03-2017.

# A lógica mercantil na política social do ensino superior brasileiro

Ellen Caroline Pereira[1]
Simone Sobral Sampaio[2]

## RESUMO

No capitalismo, as políticas sociais, são reguladas cada vez mais pelo mercado, aprofundando a lógica da rentabilidade ao capital. Sendo assim, a política de ensino superior no Brasil tem sido implementada de modo a garantir esse processo, especialmente através de sua mercantilização. Para tanto, busca-se nesse artigo analisar a política de ensino superior no Brasil, bem como compreender como o conjunto de medidas que foram implementadas, como REUNI, PROUNI, FIES entre outras, influem na materialização da universidade brasileira.

**PALAVRAS-CHAVE:** Política de Ensino Superior; Mercantilização; Universidade.



1 E-mail: p.ellencaroline@hotmail.com - Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC

2 E-mail: Simone.s@ufsc.br - Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC

# 1. INTRODUÇÃO

Este artigo tem como objetivo analisar a política de ensino superior do Brasil, particularmente as universidades federais. Parte-se do entendimento de que essa política social, no marco do capitalismo monopolista, regula a funcionalidade do capitalismo se a entendermos no quadro dos conflitos das classes sociais. Dessa forma ela cumpre papel relevante na reprodução da força de trabalho, e também, assim como as demais políticas sociais, situa-se no campo dos direitos quando entendida como resultante dos processos reivindicatórios da classe trabalhadora, conforme apontam Iamamoto e Carvalho (2014, p. 107-108, grifos no original)

> Diante do crescente processo de expropriação a que estão submetidos os trabalhadores no movimento de expansão do capital, sua pauperização tende a aumentar em relação ao crescimento acelerado do capital. Diante dessa lei da acumulação, o Estado, em seu "papel árbitro das relações de classe", assume tarefas cada vez mais ativas no sentido de zelar pela reprodução da força de trabalho, não só por meio de legislação específica – expressão muitas vezes de ganhos efetivos da classe operária – como pela prestação de serviços básicos de organismos estatais, paraestatais ou privados, regulados por intermédios de políticas sociais.

É importante sinalizar que nos marcos do capitalismo monopolista as dimensões contraditórias das políticas sociais agravam-se, pois a intervenção estatal direciona-se na garantia de superlucros para o capital.

No Brasil, embora a primeira década do século XXI tenha sido marcada pela liderança do Partido dos Trabalhadores – PT no governo federal, assistiu-se a forte presença, por exemplo, das Organizações Sociais – OS's na universidade pública. Essa presença é emblemática nos Hospitais Universitários – HU's com a implementação da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares - EBSERH nos mesmos. Esse exemplo demonstra a permeabilidade da universidade pública às injunções do modelo neoliberal na gestão estatal.

A universidade brasileira tem na sua constituição profundos aspectos do quadro de dependência econômica que o Brasil ocupa no campo interna-

cional, refletindo na sua dependência tecnológica e na produção do conhecimento, soma-se a isso o seu aspecto antidemocrático e ultraconservador. Ainda, sua história é marcada por um profundo elitismo, de acordo com Florestan Fernandes (1979, p. 56, grifos no original),

> [...] A escola superior brasileira constitui-se como uma escola de **elites** culturais ralas e que apenas podiam (ou sentiam necessidade social de) explorar o ensino superior em direções muito limitadas. Como a massa de conhecimentos procedia do exterior e a sociedade só valorizava a formação de profissionais liberais, a escola superior tornou-se uma escola de **elites**, de ensino magistral e unifuncional: cabia-lhe ser uma escola de transmissão dogmática de conhecimentos nas áreas do saber técnico-profissional, valorizadas econômica, social e culturalmente pelos extratos dominantes de uma sociedade de castas e estamental. De um lado, ela se converteu no que os sociólogos chamam de "escola especializada". De outro, ela se tornou uma miniatura da sociedade global: uma escola altamente hierarquizada, rígida e exclusiva, que transformava o saber em símbolo de distância social, a atividade educacional em fonte de poder e os professores em agentes pessoais do controle gerontocrático das gerações novas. Por si e em si mesma, a escola superior comunicava-se muito pouco com a sociedade condicionante. Encerrava-se sobre si própria, para perseguir os fins que ditavam a sua existência: a transmissão dogmática de conhecimentos e a formação de certos tipos de letrados, que se poderiam metamorfosear, pela suplementação da escolarização através de práticas rotineiras, em políticos, burocratas, homens de negócios ou profissionais liberais. [...] O lado dramático é que esse modelo de escola superior se impôs como um valor cultural e como ideal educacional, condicionando e orientando tanto a formação do ensino superior brasileiro quanto a sua difusão e generalização.

Essa característica elitista ainda se faz presente. Quando trazemos para a análise o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI, percebe-se que ao mesmo tempo em que previu a ampliação das vagas nas instituições federais de ensino superior, esse aumento exponencial das vagas que na sua aparência poderia representar um projeto de popularização e democratização da universidade pública não afetou o seu caráter elitista e dependente, pois a própria estrutura da universidade na sua organização acadêmica e decisória não sofreu qualquer modificação. Sendo que o aspecto crucial é de que "o Estado, em vez de alargar o fundo público na perspectiva do atendimento a políticas públicas de caráter universal" faz o contrário, "fragmenta as ações em políticas focais que amenizam os efeitos, sem alterar substancialmente as suas determinações" (FRIGOTTO, 2011, p. 245). Outra análise reveladora desse processo é apresentada por Leher (2010), quando este compara o governo de Fernando Henrique Cardoso - FHC e o do PT. Afirma este autor,

> Entretanto, tal método favorece a ocultação das principais nervuras que estruturam as políticas educacionais e seus nexos com o contexto histórico-social. Um "avanço" quantitativo em um dado indicador pode ser visto como elemento positivo, mas pode reforçar tendências outrora avaliadas como negativas. O governo Cardoso foi asperamente criticado pelo PT por ter ampliado as matrículas na educação superior privada a partir da concessão de empréstimos subsidiados aos estudantes pelo Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (Fies). No entanto, as matrículas subsidiadas pelo Fies cresceram em ritmo ainda maior no governo Lula da Silva. Por meio de verdadeiras cambalhotas na argumentação, os inelectuais-funcionários agora reivindicam a ampliação privado-mercantil como "um avanço democrático". Estranhamente, a democratização dos direitos sociais harmoniza-se com a mercantilização da educação, aprofundada em níveis inéditos na educação brasileira pelos subsídios do Fies e pelas isenções tributárias do Programa Universidade para Todos (Prouni), enraizando ainda mais o vasto sistema privado de educação na sociedade brasileira (LEHER, 2010, p. 371, grifos no original).

Discorrer-se-á a seguir, acerca de aspectos de algumas dessas políticas implementadas no ensino superior brasileiro. Antes, importa sinalizar que para entender essa política se faz necessário "compreender o processo de constituição da universidade" o que "pressupõe pensá-la enquanto uma instituição imersa e construída dialeticamente na sociedade, sendo que, por ela transpassam todas as contradições da totalidade que conformam essa realidade" (PEREIRA, 2017, p. 73).

## 2. ASPECTOS DOS PROGRAMAS E DAS POLÍTICAS IMPLEMENTADAS NO ENSINO SUPERIOR BRASILEIRO

O caráter regulatório da política educacional no capitalismo dependente assume contornos evidentes quando analisa-se: o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI; Programa Universidade Para Todos – PROUNI; Fundo de Financiamento Estudantil – FIES;  Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares – EBSERH; Código de Inovação, Ciência e Tecnologia; e, as Fundações de Apoio.

Esse conjunto de medidas implementadas pelo governo federal anunciam em comum um processo de programas e/ou políticas que na sua proposta produzem uma abertura da política educacional de ensino superior e uma melhoria de gestão nessas insituições, no entanto, a análise de cada um delas permite observar que a estrutura que elas compõem reforça o caráter de dependência do Brasil, pois o efeito que produzem se traduz no processo da necessidade de qualificação da força de trabalho direcionada pelos organismos multilateriais.

A necessidade de qualificação profissional é o que justifica a oferta de inúmeros mecanismos de criação de novas vagas que se alocam em estruturas institucionais debilitadas. Desse modo, o aspecto mercantil da educação é reforçado e encontra um podereso cimento ideológico no discurso de que a educação é panacéia resolutiva de todos os problemas sociais. Nestes termos, pode-se ler o seguinte no documento da Conferência Mundial sobre Educação realizado na Tailândia em 1990:

> Diante de tais pressões, a educação superior vem demonstrando uma capacidade notável de mudar, adaptar-se e ajustar-se, mediante inovação e experimentação. Essa capacidade é ilustrada pelos esforços feitos para manter a qualidade sob

> a pressão da massificação, por meio de medidas corajosas destinadas a integrar novas tecnologias e usar cada vez mais modos não-tradicionais de oferta dos seus serviços. A posição assumida pela Conferência, a saber, que a educação superior deve ser proativa e não reativa, está ganhando terreno. Adotando uma abordagem empresarial na busca por recursos, a formação de vínculos estreitos com o mundo do trabalho passou a constituir preocupação comum dos gerentes e praticantes da educação superior. Novas parcerias e consórcios de instituições estão sendo organizados tendo em vista aumentar a relevância e responder melhor às necessidades sociais, garantindo a qualidade e comparabilidade dos estudos e qualificações dentro dos diferentes sistemas e entre eles (UNESCO, 2003, p. 97).

Com base nessa direção anunciada pela UNESCO, o PROUNI, criado em 2004, por medida provisória e regulamentando pelo Decreto n. 5.245, é um programa que aposta no reforço do setor privado mercantil do ensino superior. Esse programa permite a transferência de recursos públicos ao setor empresarial de ensino mediante a compra das vagas destinadas aos estudantes que ingressam nesses estabelecimentos

> um programa do Ministério da Educação, criado pelo Governo Federal em 2004, que concede bolsas de estudo integrais e parciais (50%) em instituições privadas de ensino superior, em cursos de graduação e sequenciais de formação específica, a estudantes brasileiros, sem diploma de nível superior (BRASIL, 2015).

Como se pode observar, ocorre um investimento dos recursos do fundo público que necessariamente deveriam aportar às políticas sociais públicas, numa clara demonstração de financeirização e lucratividade do ensino superior.

Na mesma linha tem-se o Fundo de Financiamento Estudantil – FIES, criado pela Lei n. 10.260/2001. Este fundo de financiamento do Ministério da Educação tem como propósito abrir uma possibilidade de empréstimo ao

estudante para que este possa realizar o seu curso superior em uma universidade privada. O efeito desse crédito é a produção de um crescente endividamento da população jovem que ingressa nesses cursos, que contribui para reforçar os níveis de subordinação e subalternidade de uma força de trabalho que já ingressa no mercado com condições de sua reprodução material prejudicada.

A EBSERH, criada pela Lei n. 12.550/2011, também compõe esse processo de mercantilização, mas a partir de outros meios. Por exemplo, as relações de trabalho passam a ser flexibilizadas quando permite que a contratação dos trabalhadores dos hospitais universitários seja via Consolidação das Leis do Trabalho - CLT e não mais pelo Regime Jurídico Único – RJU. Além disso, a gestão dos HU's passa a ser conduzida pelas OS's cujas metas e objetivos não encarnam o papel primordial de um hospital universitário, que é o seu aspecto formativo, colidindo com as diretrizes de ensino, pesquisa e extensão, próprios de um hospital escola.

Sobre o REUNI, programa criado pelo Decreto n. 6.096/0, é importante sinalizar que: embora não realize a transferência de recursos do fundo público para o setor privado-mercantil, garantindo a destinação destes para as universidades públicas; embora não tenha alterado a relação jurídica de contratação dos trabalhadores das universidade federais; e, ainda que conserve a gratuidade no acesso ao ensino, sabe-se que, os recursos destinados a sua implementação foram insuficientes para a materialização do projeto previsto, na medida em que gerou a ampliação das vagas de acesso, dentro de estruturas físicas e materiais insuficientes para atender as demandas decorrentes desse aumento de vagas. Aliado a isso, a expansão do número de vagas não teve correspondência suficiente no aumento do quadro docente e técnico-administrativos necessários ao processo formativo. Ainda, os estudantes ingressantes não contaram com condições de permanência que permitissem a realização de seus cursos. Ou seja, se por um lado o REUNI, somado a política de ações-afirmativas, permitiu o ingresso de estudantes de menor poder aquisitivo (negros, quilombolas, indigenas e egressos de escolas públicas) nas universidades públicas, por outro lado, os requisitos necessários para assegurar a permanência desses estudantes e a sua futura diplomação não se efetivaram.

O Código de Inovação, sancionado pela presidente Dilma, por meio da Lei n.º 13243 de 11 de janeiro de 2016, prevê que com ou sem contrapartida

financeira o processo de inovação científico e tecnológico pode-se dar mediante a cessão da estrutura material das Instituições Federais de Ensino Superior – IFES's, seja para empresas privadas, ou ainda pessoas físicas. Além disso, o pesquisador docente vinculado a IFES pode receber por serviço prestado no desenvolvimento da pesquisa de Instituições de Ciência e Tecnologia – ICT's. Estes elementos produzem um poder atrativo no convencimento dos benefícios desta lei. Todavia esta aparência oculta que a oferta de financiamento para o desenvolvimento tecnológico não se dará de forma suficiente, pois é sabido o insignificante investimento feito pelo setor privado mercantil no Brasil destinado à pesquisa, o que reforça e aprofunda o caráter dependente da economia brasileira. Nestes termos, o que essa lei encobre é uma relação parasitária do grande empresariado brasileiro com as IFES, pois são estas que oferecem as condições estruturais, como laboratório, equipamentos, instrumentos, materiais e demais instalações, que serão utilizadas pelo empresariado. Outro elemento atrativo, é o aceno da melhoria dos rendimentos do pesquisador inserido em ICT, pois este pesquisador pode obter uma complementação na forma de bolsa ou financiamento direto a partir desses projetos. Contudo, essa relação de trabalho é intermitente e deve se dar sem prejuízo de suas atividades previstas pela IFES, quer dizer, prolonga-se a intensidade do seu processo de trabalho que vem mascarado pela melhoria das condições materiais de existência.

Importante frisar que todos esses programas são instituídos em uma universidade a qual já contava com a presença das Fundações de Apoio, criadas no governo Itamar Franco pela Lei nº 8.958/1994. Este modelo foi incrementado pelo decreto nº 5.205, de 14 de setembro de 2004, que aprofunda o lastro permissivo de captação de recursos privados para as instituições públicas bem como a cobrança por cursos por elas gerenciados, permitindo inclusive a contratação de serviços prestados por trabalhadores vinculados ao RJU.

## 3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A política social tem dado mostras cada vez maiores da sua porosidade na absorção dos interesses imediatos do capitalismo no sentido da lucratividade que pode se dar mediante a sua própria execução. Quer dizer, além da política social realizar o seu caráter histórico de organicidade na reprodução da força de trabalho, em tempos de alta mercantilização das relações sociais, ela incorpora a própria forma mercantil desde sua concepção à sua operacionalização.

Ainda sobre a política social e no que concerne à política educacional, particularmente, no ensino superior brasileiro, pode-se perceber pelos programas anteriormente citados que o processo de financeirização dessa política não se dá, meramente, a partir de seus efeitos, mas participa internamente de sua lógica.

No caso da universidade brasileira, esta lógica permeia todo o seu funcionamento e dita ainda o comportamento de seus habitantes. No primeiro caso, ela regula o trabalho nela realizado com os mesmos parâmetros organizacionais de uma empresa privada, por exemplo, a universidade organiza o seu planejamento utilizando a mesma racionalidade mercantil, definindo assim seus objetivos quantificáveis, a produtividade almejada e o ranking sonhado. No segundo caso, os sujeitos que constituem a comunidade universitária, seus habitantes, cada um a seu modo responde, desde o seu lugar, a relação com esta mesma racionalidade. O docente guia-se por mecanismos em que a valorização e o reconhecimento do seu trabalho é fornecido por critérios de produtividade. O estudante lida com o seu processo formativo como se fosse da ordem do investimento, comparando-se ao empresário de si mesmo. O técnico tem seu trabalho cada vez mais burocratizado pelo controle do previsto das metas a serem alcançadas, tecnificando-se cada vez mais.

O conjunto dos programas apresentados demonstra que a incidência do processo de financeirização nas universidades não apenas permite e regula a relação público-privado, o que em si não é algo penoso. No entanto, quando esta regulação tem uma finalidade lucrativa e quando o favorecimento da esfera privada se dá em detrimento da sociedade, sem qualquer função pública, produz prejuízos no próprio cumprimento da vocação científica das IFES.

Por fim, a sociedade capitalista na qual esta política social e seus relativos programas estão entranhados é marcada, fundamentalmente, por inconciliáveis interesses de classe. O processo hegemônico que prevalece nas últimas décadas dá mostras do profundo desequilíbrio na correlação de forças de suas classes constituintes, orientando a continuidade da mercantilização em curso e intensificando perdas no campo dos direitos sociais da classe trabalhadora. A política social nos moldes presentes no ensino superior é exemplar de um crescente processo de alijamento da racionalidade de reconhecimento de direitos em detrimento da sua oferta como serviço.

# REFERÊNCIAS


BRASIL. **Programa Universidade Para Todos – PROUNI**. Brasil, acesso a informação, 2013. Disponível em: http://siteprouni.mec.gov.br/. Acesso em: 06 Fev, 2015.

FERNANDES, Florestan. **A Universidade Brasileira**: reforma ou revolução. 2ª Ed. São Paulo: Alfa Omega. 1979.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Os circuitos da história e o balanço da educação no Brasil na primeira década do século XXI. In: **Revista Brasileira de Educação**. v. 16, n. 48, 235-254, jan./abr. 2011. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v16n46/v16n46a13. Acesso em: 07 Jan. 2017.

IAMAMOTO, Marilda Villela; CARVALHO, Raúl de. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil**: Esboço de um interpretação histórico-metodológica. 40ª Ed. São Paulo: Cortez, 2014.

LEHER, Roberto. Educação no governo Lula da Silva: a ruptura que não aconteceu. In: MAGALHÃES, João Paulo de Almeida et al. (Orgs.) **Os anos Lula**: contribuições para um balanço crítico 2003-2010. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.

PEREIRA, Ellen Caroline. **O Ensino Superior Brasileiro e Projeto de Universidade do ANDES**: como que "no centro da própria engrenagem" se "inventam contras as molas que resistem". 2017. Dissertação (Mestrado em Serviço Social - Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC.

UNESCO. **Educação Superior**: reforma, mudança e internacionalização. Anais. Brasília: UNESCO Brasil, SESU, 2003. 208p

# A crise da assistência estudantil consentida

Clara Martins Nascimento

## RESUMO

O presente trabalho situa-se no eixo Política Social e Serviço Social, abordando, mais especificamente, a política educacional, e, no interior dela, as ações de assistência ao estudante universitário. Desenvolve a hipótese acerca da construção e fortalecimento, no bojo da contrarreforma universitária dos anos 2000, de um projeto específico de assistência estudantil consentida, de perfil produtivista, burocratizado e focalizado. Avança no debate ao problematizar uma suposta crise de legitimidade deste projeto, expressa na centralidade que a crítica ao formato e conteúdo destas ações assumiu nas mais recentes manifestações e greves dos sujeitos políticos da educação. De modo sucinto, incorre sobre os impactos da assistência estudantil consentida na atuação crítica dos assistentes sociais.

**PALAVRAS-CHAVE:** Política educacional; assistência estudantil; Serviço Social.

# INTRODUÇÃO

Este trabalho visa contribuir para o debate, fortalecido no âmbito do serviço social, acerca das tendências de implementação das políticas sociais e o seu impacto para a classes, situando-se no eixo Política Social e Serviço Social. Trata, especificamente, da assistência estudantil desenvolvida no âmbito das políticas educacionais de ensino superior, por considerá-la uma das principais mediações capazes de condensar as demandas das classes trabalhadoras frente as mais recentes tentativas de expansão do seu ingresso e permanência nesta modalidade de ensino.

Recupera, para tanto, as análises educacionais de Florestan Fernandes, expressas nos conceitos de padrão educacional de escola superior, farisaísmo cultural, senilização institucional precoce e reforma universitária consentida, abordando-as enquanto fecundo arsenal teórico metodológico capaz de particularizar a questão universitária brasileira (terreno de consolidação da assistência estudantil).

Resgata a tese, outrora defendida, de que nos anos 2000 houve a construção e fortalecimento de um projeto específico de assistência estudantil, vinculado ao projeto educacional dominante (porque fortalecido no bojo dos programas contrarreformistas implementados no auge da Reforma Universitária intensificada no governo Lula – a exemplo do Programa de Apoio a Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais/REUNI), avançando nas análises ao problematizar a suposta crise deste projeto.

Tal projeto, cuja especificidade é justificada pelas reformulações das bandeiras históricas defendidas pelos sujeitos políticos da educação, foi por nós denominado de assistência estudantil consentida, numa clara alusão a categoria de reforma universitária consentida construída por Fernandes (1975). Reflete, pois, o estreitamento das tentativas de estruturação e implementação da assistência estudantil com as diretrizes e objetivos do projeto educacional dominante no contexto de mundialização do capital – o seu espraiamento à educação periférica e dependente, em países como o Brasil (no rastro da mundialização do denominado Espaço Europeu de Ensino Superior/EEES).

Nesta direção, este texto avança no desenvolvimento da hipótese acerca de uma suposta crise de hegemonia do projeto de assistência estudantil consentida, evidenciada nos atuais levantes do movimento estudantil e comunidade acadêmica, no geral, no interior dos quais a assistência es-

tudantil ocupa lugar de destaque. Por último, conclui o fortalecimento de tendências produtivistas no âmbito dessas ações evidenciando as atuais contradições de sua implementação (o que denota a sua crise). E, ainda problematiza, suscintamente, a contribuição dos assistentes sociais frente a gestão e implementação de tais ações na direção de uma intervenção crítica coerente com o projeto ético-político profissional/PEP.

## 1. A ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL CONSENTIDA: CONSTRUÇÃO E LEGITIMAÇÃO NOS ANOS 2000

A assistência estudantil contempla o conjunto de ações desenvolvidas no interior da política de educação cuja finalidade é a de contribuir para o provimento das condições (materiais e imateriais) necessárias à permanência dos estudantes nas instituições educacionais. No Brasil, está regulamentada pelo Decreto 7.234 de 19 de julho de 2010, que dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil/PNAES.

O PNAES prevê a obrigatoriedade (garantida somente às Instituições Federais de Ensino Superior/IFES) do desenvolvimento de ações nas mais diversas áreas: moradia, alimentação, cultura, creches etc.; além da criação de Pró-reitorias específicas e estruturação de políticas de assistência estudantil que atendam as particularidades institucionais, além da priorização do atendimento aos estudantes provenientes do ensino básico público ou com renda per capta de até 1 e ½ salário mínimo (BRASIL, 2010).

Recuperando a história da assistência estudantil no Brasil, nas diversas fases apontadas por Kowalski (2012) – desde as primeiras iniciativas de assistência ao financiamento dos estudos dos filhos das elites dominantes às tentativas de generalização da assistência estudantil (acompanhando a modernização do ensino superior da década de 1930) até a sua vinculação ao Movimento de Reforma Universitária de 1968 (FERNANDES, 1975), o seu sucateamento no auge do neoliberalismo, alcançando a sua posterior vinculação à contrarreforma universitária dos anos 2000 – podemos creditar aos anos 2000 um avanço nunca antes visto no âmbito de sua legitimidade e consolidação, sobretudo do ponto de vista legal.

Tal avanço, ao mesmo tempo em que expressa a expansão destas ações no Brasil, contraditoriamente, simboliza a vinculação da assistência às propostas contrarreformistas empreendidas pelo projeto educacional dominante.

Referimo-nos, por exemplo, a incorporação da assistência aos estudantes ao Anteprojeto de Lei de Reforma Universitária em sessão específica para tratar "Das Políticas de Democratização do Acesso e de Assistência Estudantil" (BRASIL, 2006). Ademais, a assistência estudantil emergiu como uma das principais diretrizes do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais/REUNI, e, foi elevada à condição de política de Estado. Nesta direção, a integração destas ações à "nova fase da contrarreforma universitária" (LIMA, 2005) implicou o surgimento de contradições mais latentes no âmbito da gestão e operacionalização destas ações nas Instituições.

Suscintamente, a referida contradição se expressa da seguinte forma: ao mesmo tempo em que os aqueles avanços legais, possíveis a partir do PNAES, contribuíram para a estruturação e consolidação da assistência a nível nacional – e sua consequente extensão às diferentes IFES, abrangendo assim, um maior número de estudantes – por outro lado, a institucionalização da assistência estudantil nas IFES, como resultado de sua incorporação à agenda contrarreformista governamental, significou, também, o seu estreitamento às diretrizes neoliberais impostas ao ensino superior brasileiro. Foi justamente a crítica a este processo que nos permitiu apontar tendências que confluem para a estruturação de uma denominada assistência estudantil consentida (porque possível sob o horizonte dos interesses dominantes) que empreende novos desafios à disputa hegemônica entre diferentes projetos educacionais.

A categoria assistência estudantil consentida foi, com isso, utilizada para determinar a mudança substancial do projeto de assistência estudantil – historicamente defendido pelos movimentos sociais da educação – frente ao mais recente contexto contrarreformista empreendido nas universidades públicas brasileiras.

Isto porque aquelas bandeiras de universalização da assistência estudantil, fortalecidas no interior do Movimento de Reforma Universitária da década de 1960, sob o pioneirismo dos estudantes (expressas na defesa da construção de equipamentos públicos que integrassem permanentemente a estrutura da universidade – restaurantes e residências universitárias, creches, espaços de convivência, áreas de lazer etc. –, da abolição do corte de renda para o acesso aos serviços, da consolidação de uma concepção ampliada de assistência estudantil para além do seu caráter objetivo – incorporando as demandas relacionadas à saúde mental dos estudantes, por exemplo), fo-

ram gradativamente substituídas por um perfil específico, estruturado sob o formato de bolsas e auxílios, engessados sob um corte rebaixado de renda e submetidos a editais que desconsideram a demanda espontânea dos estudantes e burocratizam a ação dos profissionais que operacionalizam a assistência estudantil nas IFES (referimo-nos, sobretudo, aos assistentes sociais).

A nosso ver, a legitimação e fortalecimento deste projeto produtivista, seletivo e burocratizado de assistência estudantil expressa o seu caráter consentido porque definido nos limites da agenda educacional dominante, comprometido, por sua vez, com a consolidação de uma universidade de modelo operacional (CHAUÍ, 1999) ou, na acepção de Sguissard (2009), de uma universidade neoprofissional, heterônoma e competitiva.

## 2. A UNIVERSIDADE DA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL CONSENTIDA: CONTRIBUIÇÕES FLORESTINIANAS

Na mesma direção de autores como Lima (2005), consideramos a produção educacional do sociólogo militante Florestan Fernandes um instrumento teórico de destacada relevância por situar sócio historicamente as questões educacionais brasileiras, e, neste sentido, contribuir para a crítica ao projeto de assistência estudantil consentida – abordado no presente texto. Sendo assim, deter-nos-emos na explicitação das principais categorias que revelam o processo de gênese e desenvolvimento da Universidade brasileira, considerando, as continuidades e rupturas presentes no cenário contemporâneo.

A consistente produção teórica Florestiniana decorreu de sua participação nos debates acerca do que ele mesmo denominou de Movimento de Reforma Universitária (FERNANDES, 1975).[1] A compreensão destes fundamentos teórico-metodológicos exige que façamos alguns apontamentos acerca das particularidades da Reforma Universitária no Brasil, no que concerne: 1) o relativo atraso da sua ocorrência no país – em comparação com outros países da América Latina, 2) O rebaixado nível de maturidade intelectual e vita-

1 Suas sínteses estão condensadas na publicação intitulada Universidade: Reforma ou revolução, datada de 1975 – de onde retiramos as reflexões discorridas neste tópico.

lidade crítica das elites culturais brasileiras, cujos impactos traduziram-se na persistência de debilidades na condução das mudanças internas necessárias à reestruturação da universidade brasileira, 3) O seu caráter político (quando comparado a outras realidades nacionais da América Latina) visto que incorporou como principal desafio a superação das estruturas arcaicas do país (a negação da ordem vigente) (FERNANDES, 1975; CUNHA, 1988).

É importante ressaltar que foi somente durante as décadas 1940 e 1950, no âmbito dos quadros universitários jovens, que as reivindicações pela reestruturação do sistema de ensino superior brasileiro alcançaram novas dimensões – articulando-se, inclusive, as lutas pelas reformas de base. Contudo, segundo Fernandes (1975), neste período, ainda se pensava a Reforma nos limites da regeneração e recuperação institucionais, não se atentando para o secular processo de abrasileiramento dos modelos institucionais.

Este mesmo autor, aproximando-se das determinações sócio-históricas da questão educacional brasileira, referiu-se à existência de um padrão brasileiro de escola superior enquanto expressão da limitação estrutural que acompanhou a formação e consolidação das Instituições de Ensino Superior no país – cujas manifestações se deram de forma padronizada, tanto na rede privada quanto na pública. Este padrão teria vigência universal, e, produziria em toda parte os mesmos efeitos estruturais e dinâmicos – uma escola superior especializada, isolada e autárquica. Neste sentido, a escola superior brasileira teria se constituído, historicamente, como uma escola de elites culturais ralas e que apenas podiam (ou sentiam necessidade social de) explorar o ensino superior em direções muito limitadas (FERNANDES, 1975).

Este padrão brasileiro de escola superior serviu para garantir uma transposição de modelos educacionais, sem, contudo, alterar as funções societárias da universidade enquanto instituição-chave. Nesta direção, aos esforços quantitativos relacionados à expansão do número de vagas e matrículas, não corresponderam significativas alterações qualitativas.

A categoria senilização institucional precoce parece-nos ser o ponto de partida para explicitação da formação deste padrão brasileiro de escola superior. Isto porque o seu conteúdo revela o processo de empobrecimento estrutural-funcional do qual a escola superior brasileira foi vítima na relação que estabeleceu com os modelos institucionais europeus, perpassada por aspectos como: 1) a segmentação e despojamento sistemático das funções

das instituições escolares transplantadas (impossibilitando-as de promover processos de autonomização cultural), e, 2) as possibilidades limitadas de absorção destes modelos pela sociedade brasileira de capitalismo dependente (FERNANDES, 1976).

Foi este modelo senil de escola superior brasileira, formada nas primeiras três décadas do século XIX, que orientou a constituição das universidades no país, dando origem ao modelo de universidade conglomerada – expressão maior do colonialismo educacional brasileiro. A nosso ver, este modelo se repõe na história da educação superior brasileira, sob novas bases. Tal constatação, ainda que fuja dos limites deste texto, pôde ser evidenciada desde a reforma universitária operada pela ditadura civil-militar – que empreendeu acirradas tentativas de privatização desta modalidade de ensino, a desmobilização da organização estudantil, a transferência de autonomia aos órgãos de fomento, a institucionalização das fundações de apoio etc. – estendendo-se a contrarreforma dos anos 2000, sob a bandeira da suposta "democratização" do ensino superior, onde as tentativas de expansão das vagas e matrículas reinventaram o padrão privatista, burocratizado, elitista e senil – por importar modelos educacionais dissonante da particularidade educacional brasileira (a exemplo do REUNI).

O referido padrão brasileiro de escola superior também se evidencia na categoria do farisaísmo cultural. A mesma serviu para explicitar a hipocrisia da burguesia brasileira mediante a garantia da manutenção do caráter ultra elitista da educação superior no país – através do uso e abuso egoísticos, por esta classe, dos recursos destinados à educação escolarizada e ainda, da imposição de limites à estruturação de reformas educacionais coerentes com as necessidades educacionais do país.

Em suma, tais características certamente explicam a conservação de um padrão educacional brasileiro que perpassa as diferentes situações histórico-sociais do país, o que, a nosso ver, permite estender esta análise as mais recentes reestruturações conservadoras operadas no ensino superior brasileiro nas duas primeiras décadas do século XXI. As reiteradas decisões de caráter antissocial tomadas pelas classes dominantes, que se conservam na história do país, é, portanto, outro fio analítico para a compreensão do padrão de ensino superior brasileiro.

# 3. A CRISE DA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL CONSENTIDA: APONTAMENTOS CONCLUSIVOS

Vimos trabalhando com a hipótese de que a expansão das ações de assistência aos estudantes nas IFES, para além de estarem articuladas e serem resultados de pressões políticas exercidas pelos movimentos sociais da educação, foram respostas às reestruturações operadas no âmbito da educação superior brasileira no contexto de "mundialização do capital" (CHESNAIS, 2001). Em outras palavras, nos anos 2000, operou-se uma fase de expansão e estruturação da assistência estudantil como parte integrante das novas estratégias hegemônicas da classe dominante (e suas representações na aparelhagem estatal) na tentativa de consolidar projetos educacionais coerentes com as requisições de mercantilização, flexibilidade, produtividade e aligeiramento (dos serviços e das relações sociais), acionadas pelo capital para recompor suas taxas de lucro. Assim, a compreensão das mudanças operadas no âmbito da assistência estudantil deve partir da crítica a estes processos.

A funcionalidade da assistência estudantil à "nova pedagogia da hegemonia" (NEVES, 2005) se expressou, portanto, no caráter instrumental que tais ações foram sendo convocadas a assumir, produzindo respostas concretas às propostas produtivistas dos programas do chamado "processo de democratização da educação superior". As relações da assistência estudantil com os principais programas da contrarreforma em curso evidenciaram a sua funcionalidade instrumental e nos esclarecem sobre as determinações do processo de expansão da mesma num contexto de retração de direitos.

Nesta direção, a assistência estudantil historicamente vinculadas às bandeiras de luta dos movimentos sociais da educação é incorporada como instrumento para "educar o consenso na hegemonia dominante" (NEVES, 2005). A incorporação desta pelos organismos oficiais se deu numa suposta fase "humanizada" do neoliberalismo: o social-liberalismo de cunho novo-desenvolvimentista, que situa na agenda dos Estados Nacionais "preocupações" com a questão social, alegando reprovar os excessos provocados pelo ideário neoliberal no seu modelo clássico (CASTELO, 2009, 2010, 2012; MOTA, 2010).

Queremos chamar atenção, com isso, para os impactos da contrarreforma universitária na estruturação de um novo perfil de assistência estudantil, de caráter restritivo e consentido – estreito aos interesses produtivistas do

projeto educacional dominante. Esta concepção restritiva, por sua vez, fez com que as demandas da assistência estudantil fossem traduzidas, nos espaços sócio ocupacionais da educação, em ações burocratizadas - limitadas a processos seletivos que exigem a abertura de editais fragmentados em curtos períodos de tempo, por exemplo.

No caso específico da atuação do Serviço Social frente a gestão e operacionalização de tais ações, tal perfil restritivo provocou impactos fortíssimos a materialização da dimensão pedagógica da profissão. Isto porque a ação profissional deve estar direcionada ao exercício do compromisso ético-político com a ampliação dos direitos dos usuários, e, esta, é coerente, com uma perspectiva ampliada de assistência estudantil: de caráter universalizado, prevendo ações contínuas de caráter pedagógico.

A nosso ver, num primeiro momento, a expansão da assistência estudantil (a regulamentação e extensão de suas ações à realidade das IFES) dada pela sua incorporação ao projeto educacional contrarreformista dos anos 2000 (expresso no anteprojeto de lei da reforma e em programas como o REUNI, mencionados anteriormente) provocou euforia nos movimentos sociais da educação e na comunidade acadêmica, no geral. Esta euforia ofuscou a consolidação de um projeto de assistência estudantil consentida que se legitimava reformulando o histórico conteúdo e formato destas ações. Em outras palavras, a expansão da assistência estudantil foi entendida como um "avanço em si mesmo". A ausência de críticas, ou, a insuficiência delas, no sentido de desvelamento dos nexos mais intrínsecos da configuração da assistência ao estudante com a contrarreforma universitária dos anos 2000 deixou um saldo negativo aos sujeitos políticos da educação.

Contudo, a história vem ratificando recentemente o que algumas vozes dissonantes já apontavam no auge da expansão daquelas ações: a incapacidade do projeto de assistência estudantil consentida de responder as demandas reais dos estudantes e contribuir para a democratização da universidade brasileira, na perspectiva defendida pela tradição marxista.

A centralidade ocupada pela pauta da assistência estudantil nas mais recentes mobilizações e greves da comunidade acadêmica (nas suas manifestações contra o formato e conteúdos daquelas ações nas IFES, e, até mesmo sua incapacidade de estender-se as demais instituições educacionais – como é o caso gritante das universidades estaduais) evi-

denciam a nossa hipótese acerca da crise do projeto de assistência estudantil consentida fortalecido e legitimado nos anos 2000 – abrindo novas lacunas neste debate.

## REFERÊNCIAS


BRASIL. Casa Civil da Presidência da República. **Projeto de Lei da Reforma da Educação Superior**. Brasília: PL n. 7200/2006, MEC/MF/MT/MCT.

_____. Presidência da república. Decreto nº 7.234 de 19 de julho de 2010. Institui o Programa Nacional de assistência Estudantil-PNAES, Brasília, 2010. Disponível em: <http://http://www.planalto.gov.br/ccivil/03//Ato2007-2010/2010/Decr eto/D7234.htm>. Acesso em: maio de 2017.

CASTELO BRANCO, Rodrigo. O novo desenvolvimentismo e a decadência ideológica do pensamento econômico brasileiro. In: **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 112, dez. 2012. Disponível em <http://www.scielo.br/s cielo.php?script=sci/arttext&pid=S0101-66282012000400002&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 16 nov. 2016.

_____ (org.). **Encruzilhadas da América Latina no século XXI**. Rio de Janeiro: Pão e Rosas, 2010.

_____. O novo-desenvolvimentismo e a decadência ideológica do estruturalismo latino-americano. **Revista OIKOS**, Rio de Janeiro; vol. 8; p. 71-91, n. 1, 2009. Disponível em <www.revistaoikos.org>. Acesso em 16 nov. 2016.

CHAUÍ, Marilena de Souza. **A universidade operacional**. Folha de S. Paulo, São Paulo, Domingo, 09 de maio de 1999.

CHESNAIS, François. Mundialização: o capital financeiro no comando. In **Revista Outubro**, n. 5. São Paulo, Instituto de Estudo Socialistas, 2001.

CUNHA, L. A. **A universidade reformanda**: o golpe de 1964 e a modernização do ensino superior. Rio de Janeiro: Ed. Francisco Alves, 1988.

FERNANDES, Florestan. *A Universidade brasileira*: reforma ou revolução? São Paulo, Alfa-Omega, 1975.

_____. **A Revolução Burguesa no Brasil**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976.

KOWALSKI . Aline Viero. **Os (des)caminhos da política de assistência estudantil e o desafio na garantia de direitos**. Tese de doutoramento. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande Do Sul/ Faculdade de Serviço Social/ Programa de Pós-Graduação em Serviço Social Doutorado em Serviço Social. Porto Alegre, 2012.

LIMA, Kátia Regina de Souza. **Reforma da educação superior nos anos de contra-revolução neoliberal:** de Fernando Henrique Cardoso à Luís Inácio Lula da Silva. Tese de doutoramento. Programa de Pós-graduação da Faculdade de Educação da Universidade Federal Fluminense, UFF. Niterói, 2005.

MOTA, Ana Elisabete ET al. O novo desenvolvimentismo e as políticas sociais na América Latina. In: **As ideologias da contrarreforma**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2010.

NEVES, Maria Lúcia Wanderley (Org.). **A nova Pedagogia da hegemonia**: estratégias do capital para educar o consenso. São Paulo: Xamã, 2005.

SGUISSARD, Valdemar. **Universidade Brasileira no Século XXI**. São Paulo: Cortez, 2009.

# Refletindo a concepção de educadores sobre os direitos da infância e adolescência

Carla Rosane Bressan[1]
Antonia Demetrio[2]

## RESUMO

Trata-se da pesquisa com educadores da rede pública de educação municipal e estadual de Florianópolis. Vinculado ao projeto de extensão "Capacitação de Educadores na Política de Atenção à Criança e ao Adolescente" do Núcleo de Estudos sobre Criança, Adolescente e Família - NECAD. Teve como finalidade identificar a percepção dos educadores sobre os direitos infanto-juvenil e os encaminhamentos dados pela escola às suas demandas. A metodologia utilizada foi a qualitativa, com a intenção de refletir acerca da percepção dos educadores sobre os direitos da criança e do adolescente, reafirmando a importância da escola na prevenção e denuncia das violações de direitos. Como um dos principais resultados identificou-se que de uma maneira geral os educadores têm pouco conhecimento acerca do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA e isso faz com que se revelem muitas vezes inseguros em abordar as questões, tendo suas ações pautadas no senso comum.

**PALAVRAS-CHAVE:** Função social da escola; Direitos; criança e adolescente; ECA; Educação Básica.

1 Professora Adjunta do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Coordenadora do Núcleo de Estudos da Criança, Adolescente e Família – NECAD/DSS/UFSC E-mail: bressan.carla@ufsc.br

2 Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social – PPGSS/UFSC. demetrioantonia@gmail.com

# 1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho parte do pressuposto da "educação como prática social" que acontece por meio das relações sociais que o homem estabelece com o outro. Assim, a escola consiste em uma das instâncias formadoras dos sujeitos e de suas perspectivas. Como tal, cumpre papel específico de disseminadora de conhecimento e de ideologia. Segundo Freitag (1984), a escola tem sua prática no campo do conhecimento, dos valores e sua ação articula determinados interesses, porém pode desarticular outros. Espaço este, segundo Freire (1979) pode ser visto não somente como espaço da reprodução, mas também como espaço que possibilita a formação dos sujeitos para cidadania.

Partindo dessas premissas apontamos que a escola representa importante espaço para desenvolver valores, para disseminar conhecimentos acerca dos direitos da criança e do adolescente, bem como sobre as diferentes formas da prevenção de violações. Direitos estes reafirmados quando da aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, Lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990. Este estabelece os marcos legais e direciona a concepção das políticas de atendimento, principalmente no que tange ao seu artigo 86 em que dispõe sobre as políticas de atendimento dizendo que: "A política de atendimento dos direitos da criança e do adolescente far-se-á através de um conjunto articulado de ações governamentais e não- governamentais, da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios". Esse "conjunto de ações articuladas" compõe o que, segundo a resolução número 113/2006 do CONANDA denomina de Sistema de Garantia de Direitos – SGD, onde são referenciadas as diferentes responsabilidades de forma compartilhada entre todas as instâncias que a compõe o âmbito da "promoção", da "defesa ou responsabilização" e do "controle social"[3]. A escola, enquanto equipamento da política pública de educação, tem papel fundamental na luta contra as diferentes formas de violação de direitos, à medida em que se integra às redes locais e se encontra próxima

3 No campo da *promoção de direitos*, estão os espaços públicos institucionais referentes a políticas sociais (educação, saúde, assistência social, segurança pública, esporte, cultura e lazer) e programas assistenciais de proteção especiais. O eixo de *defesa dos direitos* consiste na responsabilização do Estado, a sociedade e a família pela violação dos direitos individuais ou coletivos das crianças e dos adolescentes. São responsáveis atores governamentais, como o Poder Judiciário (Juizado da Infância e da Juventude) e órgãos de defesa da cidadania, Ministério Público, Secretaria de Justiça, Defensoria Pública, Conselhos Tutelares, Centro de Defesa. Já o eixo do *controle social* pressupõe a vigilância do cumprimento dos preceitos constitucionais, que estão articulados aos fóruns não governamentais, às organizações não governamentais, aos sindicatos e pastorais, que geralmente são espaços de debates e formulação de propostas políticas.

à comunidade.

Registra-se no presente artigo os elementos fundamentais revelados pela pesquisa realizada com educadores da rede de ensino pública estadual e municipal de Florianópolis, que frequentaram o curso de "capacitação de educadores na Política de Atenção à Criança e ao Adolescente".[4] A pesquisa, de cunho exploratório, teve como um dos principais objetivos identificar a percepção dos educadores sobre os direitos da criança e do adolescente e os encaminhamentos dados pelas escolas às suas demandas. Esta foi sistematizada originalmente quando da elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso TCC, sob o título: "A PERCEPÇÃO DOS EDUCADORES SOBRE OS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE: a experiência do curso de capacitação do Núcleo de Estudos da Criança, do Adolescente e Família – NECAD".[5] Dessa forma o presente artigo se organiza em duas partes, sendo a primeira aquela que aborda o papel social que historicamente foi atribuído à escola e como a mesma tem papel fundamental a ser desempenhado enquanto integrante do SGD; e, na segunda parte, apresentam-se os dados mais relevantes da pesquisa e as conclusões obtidas.

## 2. CONSIDERAÇÕES ACERCA DA FUNCIONALIDADE ATRIBUÍDA À ESCOLA NA SOCIEDADE CAPITALISTA – SITUANDO O CAMPO DE DISCUSSÃO

Tomando como referência as formulações de autores como Enguita (1989), Freitag (1984), Algebaile (2016) e Frigotto (2011), cada período da história da educação apresenta características específicas quanto à forma da sua produção e o papel social esperado que a escola cumpra. Nessa direção os sujeitos receberam algum tipo de preparo para serem aceitos e se integrarem socialmente, seja nas relações sociais ou nos meios de produção. A rigor, o papel social assumido pela educação ao longo dos tempos cumpriu a função socializadora dos sujeitos, ou seja, a geração adulta é a responsável por transmitir as experiências, valores e conhecimentos para a geração

4 Curso ofertado como projeto de extensão pelo NECAD/DSS/UFSC, que aconteceu no ano 2016 de junho a novembro com encontro mensal e com carga horária de 180 horas.

5 Apresentado no semestre de 2016.2 como requisito obrigatório para conclusão do curso de Serviço social do DSS/UFSC.

mais jovem, perpetuando desta forma os costumes e as relações sociais. E que os movimentos ocorridos no interior da educação pública, nos mais diferentes contextos, comumente foram norteados pela pressão social do momento histórico.

Para Enguita (1989), o sistema educacional historicamente assumiu a funcionalidade de "ajustamento" dos sujeitos, onde a escola esteve basicamente voltada à formação dos indivíduos no sentido de prepará-los para ingressar no mundo e no mercado de trabalho. Segundo o referido autor, não que a escola não tenha investido e levado ao desenvolvimento cognitivo dos sujeitos, contudo, apesar de não ter acontecido uma evolução simultânea entre a pedagogia e os processos de trabalho, ocorreram avanços pedagógicos importantes quanto a socialização de conhecimentos e métodos usados quanto a sua inovação, como também aos termos utilizados nos discursos, contudo de forma insuficiente.

Segundo Freitag (1984, p.24), "[...] o sistema educacional é visto como uma instituição que preenche duas funções estratégicas para a sociedade capitalista: a reprodução da cultura e a reprodução da estrutura de classes". As funções se manifestam no mundo das representações simbólicas através da ideologia transmitida pela educação, que atua na própria realidade perpetuando as estruturas dadas, dificultando a possibilidade de mudanças. Para a referida autora (p.17), "Para que o sistema sobreviva, os novos indivíduos que nele ingressam precisam assimilar e internalizar os valores e as normas que regem o seu funcionamento". Esta é uma forma de reiterar a reprodução da força de trabalho, enquanto qualifica seus operários e reproduz a ideologia, posta à submissão de regras da ordem dada, reproduzindo e reforçando a ideologia dominante; ou seja, a educação ao longo da história sempre serviu à classe dominante.

Assim, a dificuldade em romper com os padrões dominantes pela educação tem relação com a origem da escola, como muito bem indica Algebaile (2016), a escola não nasceu como direito e sim para que o Estado se firmasse como uma instituição política e tivesse o exercício do poder legitimado. Para ela, o Estado "precisava desenvolver instituições que realizassem com efetividade novas e mais complexas funções de dominação e controle da população e do território" (p.57).



Em se tratando do processo histórico da educação brasileira, identifica-se que envolveu não somente interesses ligados à educação, mas também po-

líticos e econômicos presentes nos mais diferentes momentos históricos. Porém, no que se refere à história mais recente (da segunda metade do século XX), no âmbito da educação ocorreu o acirramento da contradição sobre o papel a ser assumido pelo sistema educacional público. Se de um lado este se volta para uma formação, qualificação e especialização de mão de obra a serviço do mercado de trabalho. A formação é determinada cada vez mais pelo desenvolvimento do modo de produção capitalista que se intensificava nesse momento histórico, onde a escola passa a ter que assumir a função de disseminar conhecimentos e ideologia voltados à construção de um país calcado no ideário liberal.

De outro, também se tornou campo de luta pelos interesses de formação da maioria da população e disputa de um projeto societário alternativo. Neste contexto, o processo de expansão e consolidação da escola pública não ocorre de forma harmoniosa, mas com momentos de luta e tensionamento, como reflexos dos processos históricos vividos ao longo dos diferentes períodos da histórica recente. Nesse sentido, os movimentos crescentes no âmbito da escola pública quanto ao seu papel social trazem para a cena o desafio de assumir, contraditoriamente, outro papel. O de se construir um outro tipo de educação e consequentemente contribuir para a construção de outra sociabilidade. Segundo Paulo Freire (1979, p.31), "a educação não é um processo de adaptação do indivíduo à sociedade". Aquela educação orientada para o "adestramento" aborta todas as possibilidades do agir transformador, de uma educação crítica, que deve fomentar no indivíduo a ação reflexiva e crítica. A educação pode ser também um ato de conscientização, que tem a possibilidade de libertar e transformar. O referido autor vê a educação como o canal libertador para o oprimido, uma vez que o homem só existe por meio da ação e da reflexão. Essa perspectiva de formação dos sujeitos no sentido crítico também pode ser alcançado levando-se em conta as peculiaridades dos distintos momentos histórico sociais, o que é reafirmado na Lei de Diretrizes e Bases – LDB (Lei 9.396/1996), onde a educação é tomada em seus fins como um somatório de processos formativos que ocorrem na sociedade e se desenvolve de acordo com a relação do educando,  portanto uma educação que contribua para a construção de uma cidadania.

É sob essa perspectiva que se toma a escola como espaço social, onde o debate a disseminação do conhecimento acerca dos direitos assegurados à crianças e adolescentes, bem como as diferentes responsabilidades, podem tomar uma centralizada na discussão.

## 2.1 A NECESSIDADE DE TOMAR A POPULAÇÃO INFANTOJUVENIL COMO SUJEITOS DE DIREITOS

Um dos princípios fundamentais da Constituição Federal de 1988 é a universalidade dos direitos, requisito fundamental para a proteção integral da criança e do adolescente. A Doutrina da Proteção Integral, fundamentada na Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança, foi então inserida na legislação brasileira em seu artigo constitucional de número 227. Marco normativo legal, reconhece e reafirma a criança e o adolescente como sujeitos de direitos, e não mais meros objetos de intervenção social e jurídica por parte da família, da sociedade e do Estado. A criança e o adolescente passam a ser reconhecidos como pessoas em condição peculiar de desenvolvimento, detentoras de todos os direitos que têm os adultos e que sejam aplicáveis à sua idade. O referido artigo constitucional também aponta a família, o Estado e a sociedade, como instâncias de responsabilidade formal pela garantia e efetivação de seus direitos. Sêda (1991) reitera a responsabilidade que todos têm perante a garantia e efetivação dos direitos de proteção e defesa da criança e do adolescente.

Esta regra inspirou o Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA, de modo que sua estrutura revolucionária se contrapôs à legislação vigente até aquele momento. Seu arcabouço de artigos foi considerado revolucionário quanto às mudanças propostas para a população infantojuvenil, entre as quais o reconhecimento destes como sujeitos de direito. Crianças e adolescentes[6] são identificados como pessoas em desenvolvimento físico, mental, social e espiritual em condições de liberdade e dignidade e como prioridade absoluta.

Segundo Sêda (1991), o ECA não traz nenhuma regalia ao público infantojuvenil, ao contrário, garante as condições básicas e mínimas para o desenvolvimento saudável da pessoa humana, em uma fase da vida que estão em "condição peculiar de desenvolvimento "devendo ser respeitados e protegidos pela geração adulta, uma vez que têm sua capacidade de autonomia relativamente limitada. Para o referido autor, a concretização dos diretos é um grande desafio, e uma das principais questões que se coloca é exa-

6 Segundo a Convenção Internacional dos Direitos da Criança de 1989, criança é todo ser humano menor que 18 anos de idade. Já, segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, em seu artigo 2º, criança é a pessoa que possui idade inferior a 12 anos completos e adolescente, aquele na faixa etária entre 12 e 18 anos de idade incompletos.

tamente a articulação entre os instrumentos normativos legais e a efetiva ação dos espaços públicos responsáveis pelos programas assistenciais e políticas públicas sociais básicas.

Neste contexto, é importante destacar a escola como instância responsável por concretizar o desenvolvimento da política de educação, como também setor social integrante do Sistema de Garantia de Direitos -SGD envolvido com a problemática da criança e do adolescente. Nesta lógica, a escola é um especial e estratégico sujeito coletivo na perspectiva de disseminação de conhecimento e na luta pela garantia e defesa dos direitos humanos de crianças e adolescentes. Como equipamento da política pública de educação, a escola tem papel fundamental na luta e combate às diferentes formas de violações de direitos, na medida em que integra as redes locais e se encontra próxima à comunidade.

Essa dinâmica de atuação somente terá efetividade na medida em que o Estado assuma sua responsabilidade, produzindo políticas articuladas que contem com ações eficazes, diante da necessidade de enfrentar as vulnerabilidades encontradas na realidade de diversas crianças e adolescentes. Para tanto, é de extrema importância que os profissionais que atuam nas mais diferentes instâncias que compõem o SGD tenham qualificação e preparo adequado para viabilizar a efetivação dos direitos. Conforme Digiácomo (2013), cabe também aos profissionais que atuam nos locais onde circula o público infantojuvenil estarem formados na perspectiva da "proteção integral" das crianças e adolescentes, bem como tomar a escola como um canal importante no movimento de garantia de direitos, atenta ao cumprimento do papel específico que lhe é atribuído dentro do Sistema de Garantia de Direitos.

## 3. A PERCEPÇÃO DOS EDUCADORES SOBRE OS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Conforme indicado anteriormente, a presente pesquisa foi desenvolvida no âmbito do curso de "Capacitação de Educadores na Política de Atenção à Criança e ao Adolescente" via projeto de extensão.[7] Após divulgar a pro-



7 O referido projeto de capacitação é decorrente do projeto de extensão de nominado "Eca nas escolas", desenvolvido no período de 2013 a 2015. Este tinha como objetivo discutir com crianças e adolescentes os direitos previstos no ECA. Durante o desenvolvimento deste projeto as escolas apresentaram a demanda de capacitar os educadores na política de atenção à

posta de capacitação nas escolas, o curso contou com a adesão de 23 educadores, compreendendo educadores da rede pública municipal e estadual de educação.

O projeto de pesquisa teve como objetivo geral analisar a percepção dos educadores da rede pública de ensino sobre os direitos pertinentes à criança e ao adolescente e as respostas apresentadas pela escola às demandas dos estudantes. O campo empírico da pesquisa está delimitado ao município de Florianópolis do estado de Santa Catarina, mais especificamente aos professores que participantes do referido curso de capacitação. O questionário, composto de 04 questões referentes aos direitos da Criança e do Adolescente, foi aplicado no dia de 15 de julho de 2016. Nesse dia estavam presentes 18 educadores, que foram convidados a responder as questões.

Os dados expostos na análise a seguir são de extrema importância para compreender quais os problemas que a escola tem enfrentado e que encaminhamentos estão sendo possíveis ou ainda "efetivados" para a solução das questões apresentadas pelas crianças e adolescentes. A partir das respostas dos educadores, foi priorizado apreender acerca da concepção dos educadores sobre os direitos da criança e da adolescente, porém as respostas evidenciam muitas outras situações que poderão futuramente ser fruto de análise e evidenciam a realidade do cotidiano vivido pelas as escolas. A análise do conteúdo ficou dividida em quatro eixos de discussão (seguindo a ordem das quatro questões apresentadas), que foram assim sintetizados: quanto e como percebe a percepção da situação de violação; quanto à situação de abordar sobre os direitos da criança e do adolescente; quanto às situações vivenciadas e as dificuldades de encaminhamento; quanto à situação vivenciada e encaminhamento considerado como adequado desenvolvido pela escola. Assim temos:

**Quanto à percepção de situações de violações –** no que se refere às situações de violações de direitos, percebeu-se que a maioria dos educadores identificava com muita clareza as situações de violações. Tomando como referência alguns registros, é possível verificar violações como as apresentadas pelo participante 01, sobre a carência nas condições materiais para que crianças e adolescentes participem na vida social. O professor 10 Indicou que o Estado não investe em esporte, cultura, lazer como estratégia para possibilitar o desenvolvimento da criança e do

Criança e ao Adolescente.

adolescente, integrando-os na vida social conforme assegurado pelo ECA. Os depoimentos dos professores alertam ainda para negligencias tais como sobrecarga e cansaço dos professores e outros ainda culpabilizam a família. Ou ainda pela negligencia do estado em oferecer creches como pode ser observado na fala do professor 04, que indicou que os alunos "deixam de ir à escola por ter que cuidar dos irmãos mais novos". Ou ainda

> "[...] professores e funcionários que não os consideram sujeitos, expõem os estudantes a situações de humilhação, deboche, colocam apelidos, diferenciam por cor, origem credo. Constroem uma relação de poder que oprime e desqualifica" (Professor 09).

> "[...] quando em um conflito os ânimos estão exaltados, então são tomadas as medidas mais fáceis, tipo: cala a boca, suspensão, chamar os responsáveis" (Professor, 06).

> "Quando são tratados de forma ríspida, com gritos e palavrões que constrangem e afetam a autoestima, tipo você é burro, ignorante ou algo pior" (professor 17).

Esses depoimentos apontam para o desconhecimento de questões centrais contidas no Estatuto da Criança e do Adolescente, tais como o direito à liberdade, respeito e dignidade.

**Quanto à situação de abordar sobre os direitos da criança e do adolescente -** esta faz referência a questão 02, a maioria dos educadores afirmou já ter abordado sobre os direitos da criança e do adolescente. Somente dois professores responderam não ter abordado o assunto. A maioria dos educadores tinha conhecimento da existência dos direitos da criança e do adolescente. Contudo, saber da existência dos direitos não significa saber quais são os direitos. Quando questionados quanto às dificuldades encontradas ao abordar acerca dos direitos da criança e do adolescente, três professores afirmaram ter encontrado dificuldade para trabalhar o assunto. Observa-se o despreparo em relação ao conteúdo do ECA, como também não haver entendimento esclarecido sobre o assunto. Neste sentido, os dados

sugerem que os educadores se sentiam "inseguros" e relataram encontrar dificuldade em tratar do tema, como pode ser percebido:

> "[...] a maior dificuldade que enfrentei foi 'quebrar alguns mitos' e, agora, percebo que, grande parte das minhas falas no período foram vazias e sem significado devido à pouca informação/formação sobre o assunto" (professor, 04).

> "eu me sinto despreparada para enfrentar esse desafio" (professor, 17).

Nesse sentido, reiteramos a necessidade e a importância de propostas de formação permanente para a comunidade escolar na área da política de atenção à criança e ao adolescente. Essa colocação mais uma vez aponta para o despreparo das escolas na área dos direitos. Em seu cotidiano, crianças e adolescentes estão vivenciando situações de descaso, onde identifica-se que os profissionais não estão preparados para desempenhar um trabalho pautado na concepção de que crianças e adolescentes são sujeitos em condição peculiar de desenvolvimento.

**Quanto à situação vivenciada e as dificuldades de encaminhamento -** dados da questão 03 apontam que as situações de difícil encaminhamento vivenciadas pelos educadores se apresentam de diversas modalidades. Estas vão desde a identificação de violência envolvendo abuso sexual e maus-tratos domésticos sofridos pelas crianças, ausência ou fragilidade no vínculo entre escola e família, a rede de proteção que não funciona, conflitos entre os próprios alunos e casos de envolvimento com entorpecentes. Essas situações foram apontadas pelos educadores como sendo difíceis de dar encaminhamento. Os casos de violência intrafamiliar foram evidenciados em vários relatos dos entrevistados. Assim, "[...] as maiores dificuldades são os casos de negligência doméstica: higienização, violências e abusos (pedofilia)" (professor, 16).

Essas situações foram apresentadas como difíceis de serem encaminhadas pelos educadores. Contudo, o envolvimento desses sujeitos pode ser o caminho adequado para a prevenção, em virtude de que a escola pode trabalhar com os alunos acerca de seus direitos, das formas de violências,

abusos, orientando-os como proceder em casos de denunciar. Ao orientar os alunos, a escola se apresenta como amparo para esses sujeitos, cumprindo seu papel de defesa e garantia dos direitos infanto-juvenis.

**Quanto à situação vivenciada e encaminhamento considerado adequado ao ocorrido –** no que se refere aos encaminhamentos vivenciados pelos professores, três educadores responderam desconhecer ou nunca terem vivenciado nenhuma situação de encaminhamento adequado, e dois educadores deixaram a questão sem resposta. Os demais educadores afirmaram ter vivenciado ou estarem cientes de situações de encaminhamentos realizados pela escola. As respostas apresentadas indicam que a escola ainda consegue dar encaminhamentos às demandas apresentadas, mesmo que seja de forma truncada e precarizada. Os encaminhamentos mais comuns ocorrem junto à rede de assistência social e rede de saúde, onde "[...] no momento, os encaminhamentos de profissionais da saúde para avaliação multidisciplinar é o que tem favorecido crianças que apresentam característica de déficit cognitivo, entre outros" (professor, 08).

Os dados revelam que a rede de saúde e assistência tem sido uma das principais parceiras da escola. Embora registrem demora dos atendimentos, os mesmos têm ocorrido conforme preconizado na legislação da infância.

## 4.CONCLUSÃO

Pelo ponto de vista apresentado pelos participantes desta pesquisa, eles tinham consciência dos direitos da infância e da juventude e conseguiam identificar as negligências e violações dos direitos que se faziam presentes no cotidiano escolar. Contudo, as questões colocadas pelos mesmos apontam o quanto era presente despreparo e insegurança dos mesmos e ainda quanto desconheciam a política de atenção à criança e ao adolescente.

Pensar a educação pautada nos direitos humanos é um desafio. Requer conhecimento amplo sobre as legislações voltadas para área da infância e adolescência. Nesse sentido, pressupõe que os educadores tenham momentos de formação voltados a discutir a temática dos direitos humanos com o objetivo de qualificá-los. Esta é uma forma de garantir que as escolas tenham argumentos pautados na legislação e que possibilitem aos estudantes o acesso a temas que estejam relacionados aos seus direitos, num contínuo processo de conscientização e acesso ao pleno desenvolvimento e proteção dos sujeitos.

Frente aos dados apresentados, identificou-se a fragilidade das políticas sociais no que se refere à questão, reafirmando que as mesmas surgiram como estratégia de consenso entre a classe trabalhadora e os donos dos meios de produção. Como tal, disseminam conceitos precários sobre "os direitos" que se tornam dominantes no senso comum.

É importante observar que o contexto brasileiro vive uma enorme crise econômica, social e política que se expressa no corte dos investimentos na educação e nas reformas do ensino. A proposta do estado mínimo liberal vigente busca liberar recursos públicos para o capital, voltados ao pagamento de uma inescrupulosa dívida pública propalada. Neste contexto precário, a escola não consegue por diversos motivos cumprir seu papel de ensinar e formar.

Nesse cenário, é preciso tomar como referência o que é muito bem indicado por Frigotto (2011) quando reafirma que o sistema educacional brasileiro, ao longo de sua história, encontra dificuldades em substituir condutas, atitudes e valores contrários à ordem posta, na tentativa de romper com a estrutura que reitera os interesses capitalistas. Lutar por mudanças implica em provocar "tensionamentos" (de algum modo lutar na "contra correnteza") que envolvem transformações em diversos níveis da estrutura social; e, que somente mudanças nas bases da sociedade e na estrutura produtiva possibilitaria uma real mudança. Há que se registrar aqui que a educação pode contribuir com o processo da mudança social, provocando "tensionamento" no âmbito de sua prática social. E, que somente em uma sociedade sem exploração, todas as crianças poderão ter infância e a garantia plena de seus direitos.

## 5. REFERÊNCIAS

ALGEBAILE, Eveline. A Formação dos Trabalhadores na Escola: Onde Está o Centro da Disputa? Rio de Janeiro, rev. **Trabalho Necessário,** n. 25, 2016.

BRASIL. Planalto. **Estatuto da Criança e do Adolescente.** Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil/03/LEIS/L8069.htm>. Acesso em: 12 de nov. de 2016.

_____ . Congresso. Senado **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece As Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** Disponível em: <http://www4.planalto.gov.br/legis-

lacao/legislacao-1/leis-ordinarias/legislacao-1/leis-ordinarias/1996/content>. Acesso em: 20 set. 2016.

CONANDA. **RESOLUÇÃO Nº 113, DE 19 DE ABRIL DE 2006.** Disponível em: <http://www.direitosdacrianca.gov.br/conanda/resolucoes/113-resolucao-113-de-19-de-abril-de-2006/view>. Acesso em 10 de julho de 2017.

DIGIÁCOMO, M. J. **O Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente e o Desafio do Trabalho em "Rede".** 2013. Disponível em: <http://www.mppr.mp.br/arquivos/File/Sistema/Garantias/ECA/na/Escola.pdf> acesso em: 03 de maio. de 2017.

ENGUITA, Mariano Fernández. **A face Oculta da Escola.** Porto Alegre: Artes Médicas, 1989.

FREIRE, Paulo. **Educação e Mudança.** Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra S/A, 1979.

FREITAG, Bárbara. **Escola Estado& Sociedade.** 5. ed. São Paulo: ed. Moraes Ltda, 1984.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Os Circuitos da História e o Balanço da Educação no Brasil na Primeira Década do Século XXI. **Revista Brasileira de Educação,** Rio de Janeiro, v. 16, n. 46, p.235-274, Jan\abr.2011.

SÊDA, Edson. **O Novo Direito da Criança e do Adolescente**. Campinas, Abr. 1991.

# Serviço social e atenção às mulheres em situação de violência sexual: experiência de um hospital geral

Judizeli Baigorria
Maria do Rosário de Lima Oliveira
Roseane Rosana da Silva
Cristiane Borghezan Sobieranski

## RESUMO

O presente trabalho destaca a atuação da/o assistente social nos casos de violência sexual (VS) como profissional que venha a contribuir na atenção e apoio à saúde, com vistas à garantia de direitos. Aborda-se o resgate na temática em relação à atenção às violências, legislação vigente, enfatizando a atuação do Serviço Social do Hospital Universitário Polydoro Ernani de São Thiago da Universidade Federal de Santa Catarina (HU/UFSC). Destacam-se os dados dos atendimentos de serviço social entre maio de 2016 e junho de 2017, com mulheres a partir de 14 anos, de acordo com banco de dados próprio, os quais são dialogados com a literatura em relação às temáticas de gênero e violências de gênero. É possível observar, a partir destes dados, as possibilidades de ampliação da atuação do serviço social diante das violências, possíveis encaminhamentos e conduções na perspectiva da transversalidade de gênero e equidade de gênero.

**PALAVRAS-CHAVE:** Violência Sexual; Saúde da Mulher; Serviço Social.

# 1. INTRODUÇÃO

A violência é um problema social, de segurança e de saúde pública, que provoca impactos nos indivíduos e nas relações sociais. Pode ser caracterizada nas suas diferentes formas: autoviolência, violência cultural, violência estrutural, violência institucional, violência interpessoal, violência de gênero, violência doméstica, violência patrimonial, violência psicológica, violência sexual e violência moral.[1]

A determinação de gênero, de acordo com as diferenças sexuais, é histórica e naturalizada nas relações sociais dentro da cultura patriarcal, também como forma de expressão de poder. As violências de gênero reiteram-se nesse contexto e ocorrem no âmbito de toda a sociedade, embora se expressem, na maior parte das vezes, nos ambientes privados (LISBOA, 2014; BUTLER, 2006; CAVALCANTI, SILVA e ZUCCO, 2005; GIFFIN, 1994).

A violência às mulheres é algo tolerado culturalmente, vista a autoridade atribuída ao homem socialmente. Há uma discrepância importante sobre como as mulheres relatam violências graves sofridas em relação às perpetradas relatadas pelos homens, apresentando discurso que atribui formas de violência mais "aceitáveis". As diversas formas de confirmação e negação das violências tendem a culpabilizar, responsabilizar e desqualificar a mulher (SILVA, COELHO e NJAINE, 2014). De fato, há forte inequidade de gênero em relação às violências e comportamentos sexuais, estes sendo autorizados aos homens e condenados às mulheres (FRANCISCO et al., 2013). Neste trabalho pretende-se destacar, a partir da violência de gênero, a violência sexual.

A Lei 12.845/2013, que dispõe sobre o atendimento obrigatório e integral às pessoas em situação de violência sexual, destaca em seu artigo 2º a ampliação da definição de violência sexual, considerada como "(...) qualquer forma de atividade sexual não consentida", considerando que nesse ato está presente a violação de todos os aspectos que constituem a dignidade e os direitos da pessoa. Ainda, expressa-se como forma de controle dos corpos femininos, através da imposição sexual por parte de outros. Torna-se, portanto, uma forma de violação de direitos humanos, além de impactar social e economicamente a saúde pública (MONDIN et al., 2016; DOSSA et al., 2015; CAVALCANTI, SILVA e ZUCCO, 2005).



1 Conforme especificado por Minayo (2013) e caracterização dos tipos de violência na Lei 11.340/2006 – Lei Maria da Penha.

Como forma de garantir a efetividade desses direitos, é legitimada a criação, manutenção e capacitação dos serviços especializados na atenção às pessoas em situação de violência (PNPM, 2013; PNAISM, 2004).

No Brasil, segundo o Mapa da Violência de 2015, 11,9% dos casos de violência contra a mulher são do tipo sexual. A prevalência foi maior entre as adolescentes (12 a 17 anos), sendo de 24,3%; enquanto nas mulheres jovens (18 a 29 anos) foi de 6,2%, e nas adultas (30 a 59 anos) 4,3%. Em relação ao local da violência há predominância do espaço doméstico, representando 71,9% dos casos (WAISELFISZ, 2015). Vale lembrar que estes dados se relacionam às notificações realizadas no ano de 2014, portanto, referem-se aos casos atendidos. Estima-se que apenas entre 10 e 20% das situações sejam notificadas. Em 2015 ocorreram 45.460 casos de estupro no Brasil, em média 125 por dia, havendo um declínio de 10% em relação aos relatados no ano anterior (FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2016).

Em âmbito mundial, a OMS estima que a cada ano 12 milhões de pessoas sofrem violência sexual. Porém, essa estatística representa ser menor do que a realidade, considerando que muitos casos acontecem nos contextos intrafamiliares (incesto, o estupro e, em especial, o sexo forçado por parceiros íntimos) não chegando ao conhecimento público (SHOHEL et al., 2014).

As orientações internacionais e nacionais em relação ao atendimento em casos de violência, bem como a literatura, destacam a importância de atenção integrada interinstitucional, e dentro de cada instituição, atenção multiprofissional com vistas à interdisciplinaridade (BANDEIRA, 2005). Destaca-se a importância do preparo, capacitação dos profissionais envolvidos com vistas à qualidade do atendimento e eficácia dos encaminhamentos (CAVALCANTI, SILVA e ZUCCO, 2005).

A implementação de normativas a direcionarem serviços especializados de atenção às pessoas em situação de violência, inclusive violência sexual, vão nesta direção. Como marcos principais desse processo, tem-se: Conferência do Cairo (1994), Conferência de Beijin (1995), (ambas em esfera mundial); Convenção de Belém do Pará (1994, interamericana); Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher (1985), Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher (2004), Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (2004, 2008, 2013), Normas Técnicas do Ministério da Saúde (1999, 2005, 2010, 2011, 2012, 2015), Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra as Mulheres (2011), Portaria MS 1508/2005, Decreto 7958/2013, Portaria

MS 485/2014, Portaria Interministerial MJ e MS/2015 (esfera nacional). Dentre outras diretrizes ministeriais que orientam a atenção multiprofissional diante das violências.

Para contribuir com esta discussão, trazendo parte da experiência do serviço social no âmbito da saúde, destacamos neste texto os atendimentos realizados em um hospital de referência às mulheres em situação de violência sexual, relacionando-os com discussões concernentes ao tema.

## 2. APORTES E DIÁLOGOS COM A ATUAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL FRENTE À VIOLÊNCIA SEXUAL (VS)

Atualmente, os serviços de saúde disponíveis para atenção às pessoas em situação de violência sexual são emergências/urgências, serviços ambulatoriais e da Estratégia de Saúde da Família. Os profissionais da área da saúde são requisitados, no contexto hospitalar, a assistir, orientar e encaminhar as situações de violência sexual em fase aguda, aquela ocorrida dentro de 72 horas, ou as demandas de interrupção da gestação por VS. Porém, compreende-se a importância da identificação das violências, mesmo que elas não cheguem à instituição como uma demanda expressa ou de urgência.

Em Santa Catarina, na cidade de Florianópolis, com o objetivo da melhoria nos serviços e atenção integral às situações, e em consonância com os preceitos nacionais e internacionais relativos ao tema, as instituições existentes no município, como a UFSC, serviços de Saúde, Segurança Pública, Assistência Social, Conselho Tutelar, e Organizações Não-Governamentais implementaram, no ano 2000, a Rede de Atenção Integral às Vítimas de Violência Sexual - RAIVVS. Em 2015, passa a denominar-se Rede de Atenção Integral às Pessoas em Situação de Violência Sexual – RAIVS, gerenciada pela Secretaria Municipal de Saúde, através da Coordenadoria da Promoção da Saúde. Há um protocolo municipal vigente, com lançamento de sua última versão em 2016 o qual prevê, além da forma e estrutura dos serviços, a capacitação da equipe de profissionais envolvidos no atendimento.

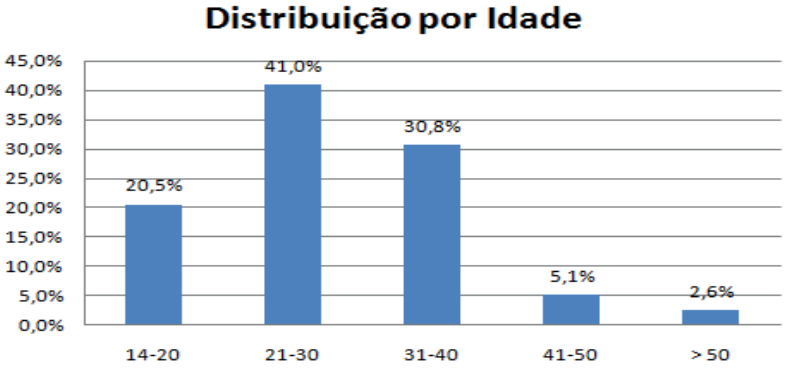
Tal iniciativa se apresenta em âmbito nacional, com ações articuladas através da criação de redes regionais e municipais, visando a integralidade das ações que envolvem as situações de violência de gênero, compreendendo a violência sexual. (MJ, MS e SPM, 2015; SES-SC, 2016).

# 3. DADOS DOS ATENDIMENTOS DO SERVIÇO SOCIAL ÀS MULHERES EM SITUAÇÃO DE VS ENTRE 2016 E 2017

Diariamente, o HU/UFSC recebe um número expressivo de mulheres em situação de violência, sendo possível verificar uma grande diversidade de raça, condição socioeconômica, orientação religiosa, idade e identidade de gênero. Muitos são os relatos dessas mulheres que, cotidianamente, estão submetidas às mais diversas manifestações da violência, sejam elas de ordem física, sexual, patrimonial ou psicológica. Diante disso, foi realizado um levantamento de dados com base nos registros de atendimento do Serviço Social, permitindo a identificação de aspectos relacionados ao contexto da VS, quais sejam: idade das mulheres em situação de violência; tempo de procura pelos serviços de saúde; dados do agressor; ocorrência de gestação e interrupção legal, dentre outros.

Foram analisados 39 casos de atendimentos realizados no período de maio de 2016 a junho 2017, os quais são categorizados por idade com faixas que variam de 14 a 54 anos, conforme ilustrado no gráfico da Figura 1. É possível verificar que 61,5% dos atendimentos são de mulheres com idade que variam dos 14 aos 30 anos (sendo a maioria entre 21-30 anos), e 38,5% de mulheres com idade superior a 30 anos.

## Figura 1. Distribuição dos casos categorizados por idade

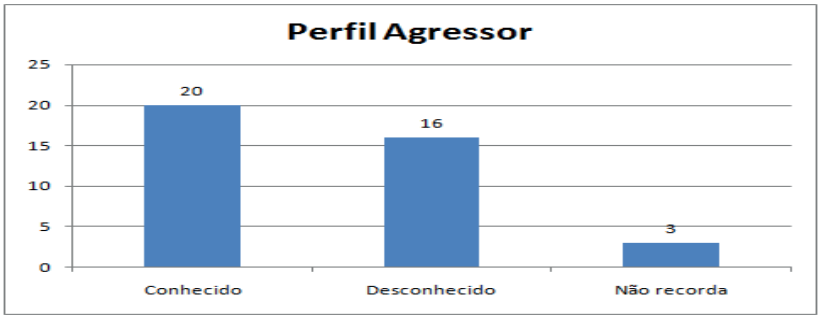



Fonte: Banco de dados do Serviço Social - HU/UFSC

Um dado que nos chamou atenção nesse levantamento foi a diferença encontrada entre o tempo de ocorrência e procura pelos serviços - em média de 26,4 dias - o qual se estende à medida que se considera o aumento da faixa etária. Tal relação, no entanto, não pode ser considerada de forma absoluta, já que a demora pela procura por atendimento também pode ocorrer devido a fatores como: a não identificação imediata da violência sexual, por esta ocorrer, em muitos casos, no âmbito das relações afetivas; receio em se expor ao relatar a situação; ou somente com a descoberta da gestação resultante da VS.

No que se refere ao perfil do autor da violência, 51,3% deles são conhecidos por parte das mulheres que sofreram VS (Figura 2). Tal fato corrobora como influência à procura tardia por apoio e atendimento em serviços especializados, além da possibilidade de ocorrência de gestação pela VS. Porém, 41,0% dos autores não são identificados, o que pode favorecer a continuidade e consequente aumento de ocorrências.

## Figura 2. Autor da Violência sexual




Fonte: Banco de Dados do Serviço Social - HU/UFSC

Em muitos casos, a consequência dessa violência é uma gestação indesejada, a qual por lei a mulher tem o direito de realizar o procedimento de interrupção legal. Em 2005, o Ministério da Saúde instituiu a portaria nº 1.508, que dispõe sobre o Procedimento de Justificação e Autorização da Interrupção da Gravidez nos casos previstos em lei, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2011).



O HU/UFSC é um dos serviços de referência para a realização da interrupção legal da gestação e, por isso, os casos são encaminhados e atendidos pela equipe multiprofissional. Essas mulheres são encaminhadas inicial-

mente para o Serviço Social da área da Saúde da Mulher, onde recebem acolhimento e orientações acerca do protocolo e de seus direitos, tais como a possibilidade de realização de boletim de ocorrência, caso a usuária deseje, e esclarecimentos acerca da rede de serviços disponíveis para suporte. Após, também são encaminhadas e acolhidas pelos profissionais da psicologia, medicina e enfermagem, que dão prosseguimento ao protocolo. Como forma de otimizar o atendimento e evitar a exposição e a repetição da situação pela usuária, preconiza-se que as abordagens sejam em conjunto (no máximo dois profissionais) e que haja o diálogo para troca de informações entre a equipe. Desta forma, o atendimento de serviço social, muitas vezes, ocorre em conjunto com a psicologia.

Com as orientações mencionadas, e havendo a decisão da mulher, inicia-se a formalização documentada para realização da interrupção da gestação, no qual a equipe de saúde e a mulher se responsabilizam pelo mesmo, com a assinatura de Termos e Pareceres.[2] Além disso, preenche-se a Notificação compulsória via Ficha de Notificação do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN). Então, providencia-se a internação (a qual deve ocorrer, preferencialmente, na Unidade de Internação Ginecológica) para a realização do procedimento. Após o período de observação clínica, a mulher recebe alta hospitalar, com orientações para que retorne à consulta médica ambulatorial no HU/UFSC.

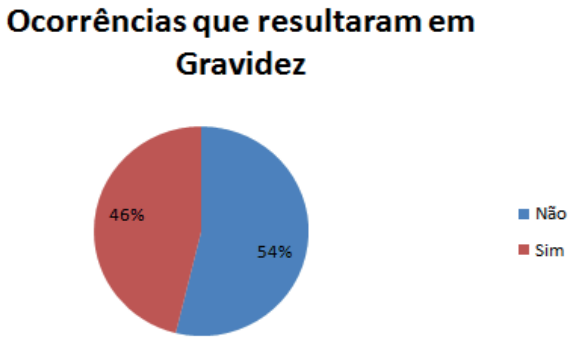
Dessa forma, o atendimento do serviço social à mulher busca, de acordo com aquilo que é previsto a partir de uma perspectiva de humanização, minorar os impactos causados pela situação de violência vivenciada, além de oferecer o suporte necessário para o enfrentamento dessa realidade. Ainda, a/o assistente social atuando diante das violências, torna-se uma referência em relação ao caráter socioeducativo dos atendimentos e de articulação intra e interinstitucional necessária (LISBOA, 2014).

Na Figura 3 consta a porcentagem de atendimentos realizados pelo Serviço Social nas situações de VS, nos quais 46% resultaram na ocorrência de gestação, evidenciando, nesses casos, a dificuldade de procura pelos serviços de atendimento, imediatamente após a ocorrência da VS. Sendo a decisão cabível à mulher, em tais casos, pela continuidade ou não da gestação, há ainda uma necessidade de ampliação da discussão em relação à interrupção desta como direito sexual e reprodutivo das mulheres, enquanto ques-

2 Tal documentação inclui Termo de Relato Circunstanciado, Termo de Responsabilidade e Termo de Consentimento Livre e Esclarecido por parte da mulher; Parecer Técnico do Médico e Termo de Aprovação do Procedimento por parte dos profissionais (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2011).

tão de saúde pública (DINIZ, MEDEIROS e MADEIRO, 2017).

## Figura 3. Ocorrências que resultaram em gravidez




Fonte: Banco de Dados do Serviço Social - HU/UFSC

Ainda de acordo com informações obtidas através dos atendimentos, verifica-se que as mulheres, ao relatarem sobre a decisão pela interrupção, remetem a gestação à situação da VS, sendo de grande sofrimento mantê-la em segredo para sua rede de apoio; acabam, dessa forma, relatando a situação apenas no atendimento hospitalar, ou para poucas pessoas de sua rede.

Em todos os casos em que a gravidez foi identificada, apenas três (03) não foram realizados o procedimento de interrupção legal. Em um dos casos, a idade gestacional já havia ultrapassado àquela preconizada no protocolo da instituição[3] e em outros dois, por conta da dúvida sobre a idade gestacional, foi solicitado retorno em outra data, porém, as usuárias não retornaram ao serviço.

## Figura 4. Gráfico de gestações interrompidas



3 O Ministério da Saúde preconiza que a idade gestacional para a realização da interrupção seja até a 22ª semana. No HU/UFSC, o protocolo estabelece que o procedimento seja realizado até a 19ª semana gestacional.

Fonte: Banco de Dados do Serviço Social do HU/UFSC

Para além das situações de gestação ocorrida por violência sexual, existe uma grande porcentagem de mulheres que engravidam contra a sua vontade, mas que não fazem parte dos dados relatados, pois o aborto no Brasil é considerado crime e não há a atenção devida enquanto discussão de saúde pública. Em consequência, essas mulheres prosseguem com abortos inseguros e longe das vistas das unidades de saúde acarretando, muitas vezes, sequelas irreversíveis em suas vidas ou até mesmo morrem por falta de assistência. Quando se trata de mulheres em situação de vulnerabilidade social, o número de abortos clandestinos é mais elevado, pois submetem-se a procedimentos precários ou sem assistência. Por isso, as discussões sobre a legalização do aborto são pertinentes, no que diz respeito à saúde da mulher na garantia dos direitos sexuais e reprodutivos. Há muito que avançar em políticas públicas que priorizem essas questões (DINIZ, MEDEIROS e MADEIRO, 2017).

## 4. CONSIDERAÇÕES

Diante dos dados apresentados, evidenciam-se os serviços de saúde como espaços de atenção aos casos de violência sexual, compreendendo-a também enquanto questão de saúde pública. Dessa forma, os profissionais de saúde e as/os assistentes sociais são convocadas/os a ocuparem-se das situações com orientações e, muitas vezes, mediações dos casos, com vistas a garantir a efetivação de direitos.

Além disso, os profissionais e os serviços de saúde e outras políticas relacionadas devem estar preparados para atendimento adequado e também para a disseminação de mecanismos preventivos aos agravos decorrentes

da violência sexual, pois além do sofrimento, são evidentes os impactos na saúde nos aspectos físico, mental, sexual e reprodutivo.

Esse contexto faz parte do cotidiano dessas mulheres, exigindo esforços que contemplem as suas reais necessidades. Isto passa pela educação e promoção da saúde em relação ao autocuidado e cuidado com o outro. Além disso, torna-se cada vez mais necessária uma formação social embasada em temas relacionados aos direitos humanos, sexualidade, empoderamento das mulheres diante das iniquidades e relações de violência, e políticas públicas baseadas em transversalidade de gênero, enquanto busca a equidade de gênero.

## REFERÊNCIAS


BANDEIRA, Lourdes. CEPAL. BRASIL. SPM. **Fortalecimento da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres:** Avançar na Transversalidade da Perspectiva de Gênero nas Políticas Públicas. Brasília. 2005.

BRASIL. Decreto 7958, de 13 de março de 2013. Estabelece diretrizes para o atendimento às vítimas de violência sexual pelos profissionais de segurança pública e da rede de atendimento do Sistema Único de Saúde.

_____. Lei nº 12.845, de 1º de agosto de 2013. Dispõe sobre o atendimento obrigatório e integral de pessoas em situação de violência sexual.

_____. Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006. Lei Maria da Penha.

_____. Ministério da Saúde. Redefinição de funcionamento do Serviço de Atenção às Pessoas em Situação de Violência Sexual no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). Portaria 485, de 1º de abril de 2014.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. **Aspectos Jurídicos do Atendimento às Vítimas de Violência Sexual.** 2.ed. Brasília. 2011.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. **Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher:** Princípios e Diretrizes. Série C. Projetos, Programas e Relatórios. Brasília. 2004.

_____. Secretaria de Políticas para as Mulheres. **Pacto Nacional Pelo Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres.** Coleção Enfrentamento à Violência Contra


EIXO SERVIÇO SOCIAL FUNDAMENTOS, FORMAÇÃO E TRABALHO PROFISSIONAL

as Mulheres. Brasília. 2011.

_____. Secretaria de Políticas para as Mulheres. **Plano Nacional de Políticas para as Mulheres 2013-2015**. Brasília. 2013.

BUTLER, Judith. **Deshacer el género**. 4. ed. Barcelona: Paidós Ibérica, 2006.

CAVALCANTI, L. F.; SILVA, M. M. V. de A.; ZUCCO, L. P.. A Extensão Universitária na prevenção da violência sexual. **Revista Espaço para a Saúde**, Londrina, v.6, n.2, p.23-28, jun.2005.

DINIZ, D.; MEDEIROS, M.; MADEIRO, A.. Pesquisa Nacional de Aborto 2016. **Ciência & Saúde Coletiva**, 22(2):653-660, 2017.

DOSSA, N. I. et al. Mental Health Disorders Among Women Victims of Conflict-Related Sexual Violence in the Democratic Republic of Congo. **Journal of Interpersonal Violence**, v. 30, n.13, p. 2199–2220. 2015.

FLORIANÓPOLIS. Protocolo de Atenção Integral às Pessoas em Situação de Violência Sexual. 3.ed. 2016.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública**. Ano 10. São Paulo. 2016.

FRANCISCO, L. et al. Violence Against Women and HIV Risk Behaviors in Kampala, Uganda: Baseline Findings from the SASA! Study. **Violence Against Women**, v. 19, n. 7, p. 814–832. 2013.

GIFFIN, Karen. Violência de Gênero, Sexualidade e Saúde. **Cad. Saúde Públ.**, Rio de Janeiro, 10 (suplemento1), p. 146-155. 1994.

LISBOA, Teresa Kleba. Violência de Gênero, Políticas Públicas para o seu Enfrentamento e o Papel do Serviço Social. **Temporalis**, Brasília, ano 14, n. 27, p. 33-56, jan./jun. 2014.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Impactos da Violência na Saúde. Conceitos, Teorias e Tipologias de Violência: a Violência Faz Mal à Saúde**. 2013. Disponível em: http://www1.londrina.pr.gov.br/dados/images/stories/Storage/sec/mulher/capacitacao/rede/20/modulo/2/205631-conceitos/teorias/tipologias/violencia.pdf. Acesso em 30 de junho de 2017.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. MINISTÉRIO DA SAÚDE. SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES. **Norma Técnica Atenção Humanizada às Pessoas em Situação de Violência Sexual com Registro de Informações e Coletas de Vestígios**. Brasília. 2015.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Norma Técnica Atenção Humanizada ao Abortamento**. 2.ed. 2011.

_____. **Norma Técnica Prevenção e Tratamento dos Agravos Resultantes de Violência Sexual contra Mulheres e Adolescentes**. 3.ed. Brasília. 2012.

_____. **Portaria nº 1.508/GM, de 1º de setembro de 2005**. Dispõe sobre o procedimento de justificação e autorização da interrupção da gravidez nos casos previstos em lei, no âmbito do Sistema Único de Saúde – SUS. Diário Oficial União. 8 jul 2005.

MONDIN, T. C. et al. Sexual violence, mood disorders and suicide risk: a population-based study. **Ciência e Saúde Coletiva**, v. 21, n. 03, p. 853-860. 2016.

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE. Atenção às Pessoas em Situação de Violência Sexual: Formação de Rede Intersetorial. Comitê Estadual de Atenção às Pessoas em Situação de Violência Sexual e Outras Violências. Florianópolis. Agosto. 2016.

SHOHEL, M. et al. A systematic review of effectiveness and safety of different regimens of levonorgestrel oral tablets for emergency contraception. **BMC Women's Health**, v. 14, p.54. 2014.

SILVA, A.C.L.G da; COELHO, E. B. S.; NJAINE, K.. Violência conjugal: as controvérsias no relato dos parceiros íntimos em inquéritos policiais. **Ciência & Saúde Coletiva**. Rio de Janeiro, v. 19, n. 4, p. 1255-1262. 2014.

WAISELFISZ, Julio Jacobo. **Mapa da Violência 2015**: Homicídio de Mulheres no Brasil. Brasília. 2015.

## TRABALHOS MENÇÃO HONROSA

Foram admitidos trabalhos com o debate

acerca dos fundamentos, formação e trabalho profissional; fundamentos teóricos do serviço social na realidade nacional e internacional; a produção do conhecimento no Serviço Social e processo de trabalho; mercado de trabalho, identidade e perfil profissional do assistente social; formação profissional e as exigências postas para o ensino, a pesquisa e a extensão; o projeto ético-político do serviço social.

# Análise da produção de conhecimento no serviço social sobre a questão socioambiental

Letícia Soares Nunes

## RESUMO

Apresentando parte dos resultados obtidos na pesquisa de doutoramento ainda em andamento, o artigo em tela tem por objetivo analisar a produção de conhecimento no Serviço Social acerca da questão socioambiental, com foco nos trabalhos publicados nos Encontros Nacionais de Pesquisadores em Serviço Social (ENPESS) de 2006 a 2016. Neste sentido, inicialmente apresenta-se o entendimento de que o atual sistema de produção intensifica a desigualdade social e a espoliação econômica, corporificadas em pobreza, degradação ambiental, entre outras manifestações aparentemente contraditórias, que sob um sistema de dependência, dominação e superexploração do trabalho, afetam sobremaneira os países latino-americanos e, num segundo momento, com base nos artigos dos ENPESS, discorre-se sobre a questão socioambiental reforçando a necessidade de um aprofundamento das discussões em torno desta temática no serviço social.

**PALAVRAS-CHAVE:** Questão Socioambiental; Serviço Social; Produção de Conhecimento.

# 1. INTRODUÇÃO

Consistindo em um resultado parcial da pesquisa de doutoramento em construção, o presente artigo discorrerá sobre a questão socioambiental, a partir do levantamento de artigos de 06 Encontros Nacionais de Pesquisadores em Serviço Social (ENPESS) datados de 2006 a 2016. Cumpre destacar que o serviço social tem sido cada vez mais demandado a intervir na questão socioambiental e, ainda que com um debate não muito expressivo – principalmente se comparado a outras áreas tradicionalmente ocupadas –, os assistentes sociais vêm buscando fomentar a discussão e construir possibilidades para a efetivação do projeto ético-político também nesta área emergente.

Tendo como recorte os ENPESS, pretende-se neste artigo analisar a produção de conhecimento sobre a questão socioambiental, com vistas a contribuir para uma maior qualificação e aprofundamento deste debate no serviço social. Importa registrar que, promovidos a cada dois anos pela Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) já foram realizados 15 ENPESS, sendo o público alvo pesquisadores, docentes, discentes de graduação e de pós-graduação, profissionais, grupos e redes de pesquisa. Os referidos encontros são espaços privilegiados para propiciar debates sobre temas emergentes à profissão, além de contribuir com o debate intelectual e o intercâmbio acadêmico e institucional na área do serviço social.

Neste sentido, nas seções subsequentes, far-se-á menção à concepção de questão socioambiental que está balizando a tese e este artigo, para, posteriormente, discorrer sobre a produção de conhecimento do Serviço Social na questão socioambiental.

# 2. A QUESTÃO SOCIOAMBIENTAL ENQUANTO EXPRESSÃO DA QUESTÃO SOCIAL

Inicia-se esta seção apresentando o entendimento de que a questão socioambiental, expressa na crise socioambiental global, é determinada pelas relações capitalistas de produção e se acirra em virtude da reestruturação dos seus processos produtivos e do caráter destrutivo deste sistema. Nos

termos de Silva (2010, p. 82) a questão socioambiental consiste no "[...] conjunto das manifestações da destrutividade da natureza – cujas raízes encontram-se no desenvolvimento das relações burguesas de propriedade – e seus desdobramentos sócio-políticos [...]" e, refere-se, ainda:

> [...] a um conjunto de deficiências na reprodução do sistema, o qual se origina na indisponibilidade ou escassez de elementos do processo produtivo advindos da natureza, tais como matérias-primas e energia e seus desdobramentos ideopolíticos. Em outras palavras, trata-se da incapacidade do planeta de prover, indefinidamente, os recursos necessários à reprodução da vida, em condições históricas e sociais balizadas pelo alto nível de produção e consumo (SILVA, 2010, p. 67).

Seguindo este raciocínio, compreendida a partir da sua radicalidade histórica, a discussão da questão socioambiental descortina o acesso desigual aos bens ambientais e a distribuição, também desigual, dos efeitos da destruição e, desta forma, possibilita evidenciar que não há uma crise ecológica em si mesma, mas uma crise do capital. Ou seja, evitando uma visão reducionista, entende-se que não é possível compreender esta temática apenas como uma mera questão ecológica, pois, desta forma – e tal qual o faz a racionalidade dominante –, corre-se o risco de interpretar que a crise socioambiental é decorrente dos maus hábitos dos sujeitos, da falta de consciência ecológicas dos mesmos, bem como fruto de um mero problema técnico.

Ainda sobre este aspecto, importa referir que a degradação socioambiental sempre existiu nas sociedades humanas, independente das suas especificidades históricas, contudo, ainda assim, o que se está afirmando é que as relações sociais capitalistas acirram este processo de destrutividade, haja vista aspectos particulares deste modo de produção. O que se está pontuando é que, diferentemente de modos de produções anteriores, o capitalismo inaugura um sistema de produção cujo objetivo final na produção da mercadoria é a obtenção de lucro e não a satisfação das neces-

sidades humanas, aspecto este que vem revelando a natureza destrutiva deste modo de produção que subordina o valor de uso ao valor de troca e intensifica a exploração dos recursos naturais e do trabalho humano – gerando quebras no equilíbrio metabólico entre homem e natureza, já evidenciado por Marx (1996).

Com este entendimento, ainda que seja necessário mencionar que o capitalismo gera um emaranhado de contradições ecológicas, este, ao mesmo instante, estabelece diferentes estratégias para minimizar a destrutividade e criar condições para manter a acumulação. Nos termos de Silva (2010, p. 17), é visível que o capital busca reverter "[...] em benefício da acumulação privada os obstáculos resultantes da escassez de recursos naturais, da produção de descartáveis e da obsolescência programada das mercadorias, como problemáticas geradas no curso de seu próprio desenvolvimento". Ou seja, observa-se que, no espaço econômico, o capital transforma a escassez de recursos e a poluição industrial em novos campos de acumulação e, no plano político, transfere a força das degradações para as classes subalternas e para os países periféricos.

Embora se esteja localizando o objeto de estudo no interior da dinâmica do modo de produção capitalista e sua lógica predatória, tendo enquanto interlocução o marxismo, é importante destacar que o debate ambiental hegemônico, com forte inspiração na ecologia e nas ciências biológicas, tem conferido centralidade aos aspectos biofísicos do ambiente, secundarizando a dimensão social. Ou seja, na perspectiva hegemônica referida, a questão social e a questão ambiental são apreendidas como dimensões fragmentadas do real, ou, nos termos de Silva (2010, p. 118):

> [...] a defesa da natureza comparece divorciada do enfrentamento da questão social ***ou como hierarquicamente superior a esta,*** negando-se, moto contínuo, a estreita vinculação entre ambas. Nestes termos, as dimensões social, econômica, ideológica, cultural e política aparecem descoladas, despojadas de sentido crítico, posto que não são apreendidas como partes constitutivas de uma totalidade complexa.



Deste modo, parte-se do pressuposto que a discussão da questão socio-

ambiental, apanhada a partir da sua radicalidade histórica, possibilita romper esta fragilidade do debate, bem como compreender as transformações nos processos de produção e reprodução da vida social, as contradições do modo de produção capitalista e o caráter perdulário deste sistema.

# 3. A PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO NO SERVIÇO SOCIAL ACERCA DA QUESTÃO SOCIOAMBIENTAL: FOCO NOS ENPESS

O agravamento das condições de produção e reprodução da vida material vem apresentando um desafio aos assistentes sociais, ou seja, a implementação coletiva do projeto ético-político profissional que enfrente as condições nas quais vivem os trabalhadores e os demais setores subalternos. Assim, convocado a registrar suas contribuições no âmbito da questão socioambiental tanto no plano teórico quanto na intervenção cotidiana, o assistente social poderá se inserir neste campo de forma propositiva, crítica, com ações sustentadas nos eixos *teórico-metodológico*, ético-político e *técnico-operativo*, onde o projeto ético-político do serviço social constitui ferramenta essencial para nortear a ação profissional.

Fazendo referência ao acúmulo existente em torno do tema, autores como Corrêa (2010), Bourckhardt (2010), Silva (2015) e Silveira (2015) tinham por objetivo analisar a produção de conhecimento no serviço social acerca da temática socioambiental e verificou-se certa unanimidade entre os autores ao afirmarem uma predominância das discussões, principalmente, a partir dos anos 2000, bem como a afirmação de que há um número ainda reduzido de publicações acerca da questão socioambiental, principalmente quando comparado às demais temáticas discutidas no serviço social, tal qual pode ser visualizado no Gráfico nº 1 apresentado na sequência.

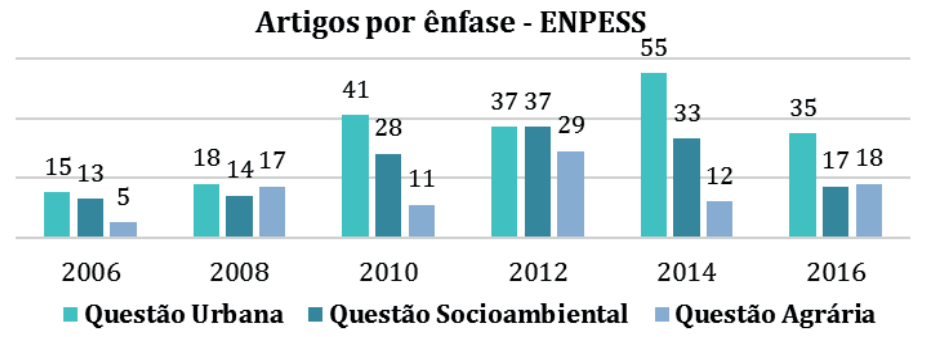
Neste sentido, corrobora-se com Santos e Araújo (2012) quando estas evidenciam certa estranheza com o fato do serviço social brasileiro, apesar do considerável acúmulo que obteve na aproximação com a teoria social crítica, não tenha inserido em sua pauta, de forma mais expressiva, o debate da questão socioambiental. Contudo, ainda com base nas referidas autoras, na presente década, visualizam-se registros que indicam a presença da temática entre os assistentes sociais.

Ainda que no processo de elaboração da tese tenha-se efetuado um levantamento da produção de conhecimento no serviço social sobre a questão socioambiental com base em teses e dissertações, livros, artigos em periódicos e anais de eventos, para fins deste artigo, optou-se por discorrer sobre os dados coletados nos 06 ENPESS realizados no decorrer de 2006 a

2016. Além disso, esclarece-se que ainda que se tenha efetuado um levantamento de ENPESS anteriores a 2006, optou-se por priorizar este período em diante, visto que se identificou que foi apenas a partir do ano supracitado que se incluiu nos ENPESS um subeixo para discorrer sobre a questão urbana, agrária e ambiental. Ou seja, anteriormente a este ano, as referidas temáticas também eram discutidas, contudo, ficavam pulverizadas nos diversos eixos temáticos do evento, dificultando o processo de localização e categorização dos trabalhos.

Feito tais ressaltavas, apresentando dados da produção coletada no eixo questão urbana, agrária, ambiental e serviço social do ENPESS, destaca-se que neste artigo a discussão está centrada na questão socioambiental, entretanto, esta ênfase não está desarticulada da questão urbana e agrária, visto que estas expressam dimensões constitutivas e determinadas da vida social. Assim, considerando os anais dos 06 ENPESS, é visível em alguns encontros a separação de artigos por ênfase, sendo identificado um número mais expressivo de publicações com foco na questão urbana, seguido da questão socioambiental e questão agrária, com 201, 142 e 92, respectivamente.

## Gráfico nº 1: Número de publicações Eixo Questão Urbana, Agrária e Ambiental nos ENPESS 2006 a 2016




Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados dos anais dos eventos

Importa referir que, conforme avaliação realizada pelo Grupo Temático de Pesquisa (GTP) Questão Urbana, Agrária, Ambiental e Serviço Social e registrada no Relatório da Gestão 2015-2016 encaminhado a ABEPSS, além da diferença quantitativa na produção das ênfases, é visível, também, diferenças

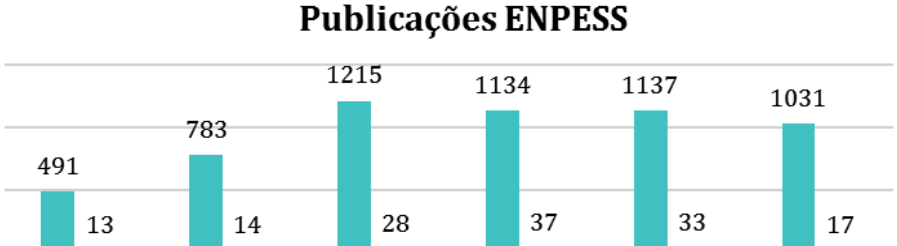
qualitativas, sendo necessário superar alguns desafios, especialmente o da fragmentação entre a questão urbana, agrária e ambiental:

> Um desafio consiste na identificação de um certo um "desequilíbrio" ou uma expressiva diferença quantitativa e qualitativa de enfoque entre produções situadas em cada ênfase, **tendo clara predominância os aportes referentes à dimensão do "urbano". [...]. Dentro disso, a dimensão agrária aparece posteriormente, por vezes associada à reflexão ambiental, outras, relacionada a investimentos de políticas públicas nesses territórios.** E, em alguma medida, tratando de violações de direitos, relacionadas aos movimentos sociais e sujeitos em situação de opressão. **Por fim, a dimensão ambiental ainda é demarcada em sua maioria como uma temática característica de determinada região, situando-se a grande maioria das reflexões, em trabalhos sobre e da região norte do país.** Sabemos das dificuldades de integração das dimensões na reflexão e produção de conhecimento, mas é preciso sinalizar que este ainda é um desafio percebido nessa trajetória de leituras sobre as produções da área, mesmo considerando o pluralismo e as **diferentes opções metodológicas de aportes nas pesquisas.** [...]. (BEZERRA, et al., 2016, p. 16).

Retomando os dados do Gráfico nº 1 e considerando o número total de artigos nos 06 ENPESS (5.791 artigos), é visível que as publicações inseridas no eixo Questão Urbana, Agrária, Ambiental e Serviço Social (435 artigos) representam 7,5% da produção total. Fazendo referência mais direta à questão socioambiental, conforme Gráfico nº 2, este número não ultrapassa 2,5% de artigos do evento.

## Gráfico nº 2: Número de publicações ENPESS 2006 a 2016





Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados dos anais dos eventos

Em relação aos 142 artigos com ênfase na questão socioambiental analisados, buscou-se durante a leitura dos mesmos agrupá-los da seguinte forma: **1)** Artigos que objetivavam discutir sobre a profissão e a questão socioambiental; **2)** Artigos que objetivavam discorrer sobre a questão socioambiental e não abordar especificamente o serviço social; **3)** Artigos que não objetivavam fazer a discussão da temática com o serviço social, contudo, em algum momento do artigo, fizeram menção à profissão. Diante disso, conforme Gráfico nº 3, identificaram-se no primeiro grupo, 35 artigos; no segundo grupo, 76 trabalhos; no terceiro, visualizaram-se 29 artigos, e 02 trabalhos não estavam disponíveis para leitura.

## Gráfico nº 3: Objetivos dos artigos sobre a Questão Socioambiental publicados nos ENPESS 2006 a 2016

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados dos anais dos eventos

Em linhas gerais, os objetivos dos artigos pertencentes ao Grupo 3 e 4 se assemelhavam e perpassavam discussões em torno dos impactos provocados por alguns empreendimentos tanto no ambiente quanto nas condições de vida de moradores de determinados territórios; reflexões sobre as polí-

ticas públicas apresentadas enquanto “respostas” à degradação ambiental; análises relacionadas às questões de resíduos sólidos e o cotidiano dos catadores de materiais recicláveis; discussões sobre as concepções de questão socioambiental e desenvolvimento sustentável; referências à relação entre meio ambiente e saúde, além de menção aos conflitos socioambientais e debate sobre as relações de gênero; debates sobre os movimentos de resistência ao processo de degradação e expropriação da terra, bem como ensaios teóricos que discorriam sobre o caráter destrutivo da produção capitalista, dentre outros.

Ainda sobre o Grupo 4, destaca-se que, majoritariamente, os artigos apresentaram de forma pontual algumas questões relacionadas à profissão e a temática socioambiental apenas na introdução ou considerações finais do trabalho. Apesar de ser necessário considerar que discorrer sobre a profissão não era um objetivo desses autores, percebeu-se que, no momento de trazer alguma explanação sobre o serviço social, estes se limitavam a afirmar que o assistente social vem ganhando espaço e atuando no âmbito da questão socioambiental, sendo imprescindível efetuar pesquisas para ampliar o debate da temática; que o assistente social pode contribuir no âmbito da questão socioambiental e nas políticas relacionadas, tendo em vista seu objeto de intervenção que são as expressões da questão social; que em função do seu compromisso ético-político, o serviço social pode contribuir lutando pela defesa dos direitos da população, dentre outras questões.

Já em relação aos artigos do Grupo 1, identificou-se uma referência ao debate da educação ambiental, ora para refletir sobre a formação profissional ou sobre a suposta dimensão socioeducativa da profissão, ora para apresentar resultados de projetos executados nesta área; debate em torno dos desafios do serviço social na questão socioambiental; referência à produção de conhecimento no serviço social acerca da temática; menção à atuação profissional em programas de responsabilidade socioambiental, junto a catadores de materiais recicláveis e em situações de desastre, por exemplo; problematizações sobre a inclusão dessa discussão na formação do assistente social, entre outros.

Além disso, destaca-se que muitas das pesquisas cujo objetivo era discutir a ação, pouco aprofundou tal dimensão, evidenciando a ausência de uma explicitação acerca do que consiste o serviço social. Ou seja, nem todos os autores discorreram acerca da sua compreensão sobre a profissão e, quando fizeram, foi visível majoritariamente uma menção à questão social

enquanto objeto de trabalho do assistente social e, neste ínterim, relacionando questão social e ambiental; à uma inserção do profissional nas políticas sociais, com foco a gestão ambiental e as políticas ambientais; à uma discussão em torno da função pedagógica do assistente social, com especial destaque às ações de EA, reforçando a compreensão de que um dos "papéis" deste profissional é "conscientizar" e fortalecer a organização política da população para exercer o controle social com vistas a melhoria das suas condições de vida, bem como fortalecer para uma consciência ambiental e socialmente crítica na busca por uma outra forma de sociabilidade ou, em outras linhas, para contribuir para que a população aderisse à "práticas ecologicamente corretas", auxiliando na preservação ambiental (NUNES, 2016).

Ainda que não seja possível aprofundar os dados coletados em razão do limite de páginas do artigo, importa sinalizar que ao dividir os artigos entre aqueles que objetivavam e os que "não objetivavam" fazer uma relação direta do serviço social com a questão socioambiental, não se está defendendo que todas as pesquisas abordem necessariamente a profissão e a ação profissional. Ou seja, o que está sendo exposto não consiste numa "apologia do praticismo", "tecnicismo", tal qual sinalizado por Montaño (2009, p. 160) onde rejeita-se "a produção teórica na profissão se esta não "partir" da prática profissional". O que se está pontuando consiste na possibilidade e necessidade de serem efetuadas pesquisas onde os elementos "teóricos" e "práticos" possam ser articulados, contribuindo para uma melhor elucidação desta ação profissional.

Importa sinalizar que tal articulação não consiste numa necessidade apenas dos artigos sobre a questão socioambiental analisados, mas se estende para a produção e formação dos assistentes sociais. Em outros termos, destaca-se que diversos são os autores, a exemplo de Gentilli (1999), Guerra (2009), Baptista e Battini (2009), Forti (2012), Santos (2013), que advertem que ao resgatar a produção da profissão é possível identificar uma ampla discussão dos fundamentos do serviço social em detrimento de pesquisas sobre a ação profissional propriamente dita. Nos termos de Iamamoto (2008, p. 463):

> [...] a pesquisa sobre as múltiplas determinações, que atribuem historicidade ao exercício profissional –, e adensam a agenda da formação profissional –, carece de uma relação mais direta com as

> respostas profissionais, no sentido de qualifica-las nos seus fundamentos históricos, metodológicos, éticos e técnico-operativos. Em outros termos, para decifrar as relações sociais e qualificar o desempenho profissional, são requeridas mediações na análise das particularidades dessa especialização do trabalho, que carecem de visibilidade no universo da produção científica do Serviço Social.

Assim, seja no âmbito das discussões acerca da questão socioambiental, seja em outras áreas que o serviço social se insere, é fundamental que a referida categoria profissional consiga responder ao que Iamamoto (1992) chamou de um duplo e indissociável desafio: decifrar a dinâmica da sociedade e do Estado e suas determinações no âmbito profissional e, ao mesmo tempo, fazer uso do acervo de conhecimentos adquiridos para iluminar possibilidades reais de ação profissional na realidade, conferindo assim maior qualificação em suas dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa

## 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mediante análise dos artigos sobre a questão socioambiental publicados nos ENPESS de 2006 a 2016, pode-se identificar que ainda que com uma produção não tão expressiva quantitativamente se comparado às outras temáticas pesquisadas na profissão, é visível uma ampliação nas discussões da questão socioambiental no serviço social.

Contudo, em relação aos dados qualitativos, nos artigos analisados observou-se que, apesar de pouco detalhar e, por vezes, transitar entre uma e outra corrente teórico-metodológica nem sempre compatíveis, as discussões relacionadas aos fundamentos da questão socioambiental apresentam mais aprofundamento e criticidade, principalmente, se comparado com as reflexões relacionadas à ação profissional. Neste ínterim, observou-se também que tais pesquisas careciam de um aprofundamento no que diz respeito à articulação dos fundamentos da questão socioambiental e os rebatimentos dessa reflexão na ação profissional propriamente dita.

Considerando o exposto, destaca-se que ter clareza do avanço do capital, dos processos de geração de riqueza que, contraditoriamente intensificam

a pobreza e a degradação ambiental, é essencial para que os profissionais, entre eles, o(a) assistente social, identifiquem as possibilidades de atuação nesta área. Deste modo, defende-se que o serviço social, tendo como interlocução o marxismo, localize a questão socioambiental no interior da dinâmica do modo de produção capitalista e sua lógica predatória, bem como aprofunde e materialize esse debate na ação profissional, considerando, por exemplo, que a identidade profissional está fundamentalmente calcada na sua dimensão interventiva.

## REFERÊNCIAS


BAPTISTA, M.; BATTINI, O. **A Prática Profissional do Assistente Social:** teoria, ação, construção do conhecimento. São Paulo: Editora Veras, 2009.

BEZERRA, C. S. et al. **Relatório de Gestão do Grupo Temático de Pesquisa Questão Urbana, Agrária e Ambiental.** Gestão 2015-2016. ABEPSS, 2016, mimeo.

BOURCKHARDT, V. **Fundamentos da análise marxista sobre a temática ambiental e o Serviço Social.** 2010. 112f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010.

CORRÊA, D. C. **O debate ambiental no Serviço Social:** construindo novos caminhos ou reatualizando velhos paradigmas? 2010. 102f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), Juiz de Fora, 2010.

FORTI, V. **Prefácio.** In: BACKX, S.; GUERRA, Y.; SANTOS, C. M. **A dimensão técnico-operativa no Serviço Social:** desafios contemporâneos. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2012, p. 05-08.

GENTILLI, R. Desafios ao novo currículo de Serviço Social. In: **Serviço Social & Realidade**, v. 8, n. 1, p. 9-30, 1999.

GUERRA, Y. O conhecimento crítico na reconstrução das demandas profissionais contemporâneas. In: BAPTISTA, M.; BATTINI, O. **A Prática Profissional do Assistente Social:** teoria, ação, construção do conhecimento. São Paulo: Editora Veras, 2009, p. 79-106.

IAMAMOTO, M. V.; CARVALHO, R. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil:** Esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 29ª ed. São Paulo: Cortez, 2009.

IAMAMOTO, M. V. **Serviço Social em tempo de capital fetiche:** capital financeiro, trabalho e questão social. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2008.

_____. **Renovação e Conservadorismo o Serviço Social**. São Paulo, Cortez, 1992.

MARX, Karl. **O Capital:** Crítica da Economia Política. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

MONTAÑO, C. **A natureza do Serviço Social:** um ensaio sobre sua gênese, a "especificidade" e sua reprodução. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2009.

NUNES, L. S. A discussão da ação profissional na questão socioambiental. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM SERVIÇO SOCIAL, 15, 2016. **Anais...** São Paulo, 2016, p. 1-12.

SANTOS, C. M. **Na prática a teoria é outra?** Mitos e dilemas na relação entre teoria, prática, instrumentos e técnicas no Serviço Social. 3ª ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2013.

SANTOS, J. S.; ARAÚJO, N. M. S. O Serviço Social e a Gestão Pública do Meio Ambiente. In: ARAÚJO, N. M. S.; SANTOS, J. S.; SILVA, M. G. (Org.). **Educação Ambiental e Serviço Social:** O PEAC e o Licenciamento na gestão pública do meio ambiente. São Cristóvão: Editora UFS, 2012, p. 63-102.

SILVA, Maria das Graças e. **Questão Ambiental e Desenvolvimento Sustentável:** um desafio ético-político ao Serviço Social. São Paulo: Editora Cortez, 2010.

_____. Sustentabilidade socioambiental e a retórica neodesenvolvimentista: apontamentos sobre meio ambiente e saúde no Brasil. In: **Revista Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 123, p. 428-446, jul./set. 2015.

SILVEIRA, J. P. B. **Questão Ambiental e Sustentabilidade na produção de literatura do Serviço Social**, 2015. 319f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Programa de Pós-graduação em Serviço Social, Universidade Federal

de Santa Catarina, Florianópolis, 2015.

# O serviço social brasileiro e os desdobramentos da crise socioambiental

Lindsey Oliva Fontana Schmitz[1]
Tuany Lohn Cardoso[2]

## RESUMO

O presente trabalho decorre de uma revisão bibliográfica, buscou-se remontar ao processo de aproximação do serviço social junto à temática da questão socioambiental e aos desdobramentos da crise socioambiental. Ao se identificar os múltiplos determinantes da crise, ressalta-se a necessidade de uma abordagem interdisciplinar da problemática. Deste modo busca-se justificar a contribuição que o serviço social pode agregar a essas discussões, por possuir um caráter eminentemente interventivo e historicamente vinculado ao planejamento e execução de políticas públicas. Evidencia-se que esse potencial vem sendo pouco utilizado, a profissão intervém no âmbito das questões socioambientais, mas pouco produz teoricamente sobre o tema, omitindo-se frente ao debate, permitindo que especialistas de outras áreas monopolizem esse campo, de modo a difundir interpretações de senso comum, preconceituosas e antidemocráticas. Em decorrência do descrito, busca-se trazer a temática à tona e demonstrar que o processo interventivo em curso precisa ser alvo de reflexões.

**PALAVRAS-CHAVE:** Serviço Social; Exercício Profissional; Questão Sociombiental; Crise socioambiental; Desastre Socioambiental.



1 lindseyfontanas@gmail.com – Graduanda em Serviço Social na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

2 tuanylcardoso@gmail.com – Graduanda em Serviço Social na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

# 1. INTRODUÇÃO

Este trabalho decorre de uma revisão bibliográfica que teve por objetivo remontar ao processo de aproximação do serviço social junto à temática da questão socioambiental e aos desdobramentos da crise socioambiental.

São trazidas informações históricas que remontam ao surgimento da questão socioambiental enquanto uma problemática no cenário mundial, sua inserção no campo legislativo brasileiro e suas implicações na relação entre o mundo social e natural.

Entre as referidas alterações, dá-se enfoque à abertura de campos de intervenção para o serviço social e aos impactos desta inserção no processo interventivo da categoria. É ressaltada e justificada a atuação dos assistentes sociais no âmbito da questão socioambiental enquanto relevante.

O desastre socioambiental é tido, enquanto um reflexo da crise socioambiental, um elemento agravante de expressões da questão social já existentes e também um gerador de vulnerabilidades sociais. Um fenômeno que ocorre, aparentemente, de maneira indiscriminada, porém, enfatiza-se a relação existente entre a camada social, a qual os indivíduos pertencem, e a exposição aos riscos frente aos desastres. Essa prática de transferência desigual dos custos ambientais às camadas empobrecidas da população é problematizada através do não acesso à habitação.

Ao evidenciar o fenômeno do desastre enquanto um espaço socio-ocupacional de inserção do assistente social e um elemento que afeta as condições de vida da população usuária dos serviços socioassistenciais, defende-se a necessidade de que o serviço social se debruce sobre seu processo interventivo e sobre as ações veiculadas nesses espaços. Tornando necessário que a categoria construa um arcabouço teórico próprio sobre a temática, de modo a não reproduzir acriticamente os referenciais teóricos das ciências naturais e exatas.

São realizados apontamentos sobre: os processos interventivos; as perspectivas teóricas que balizam as ações, entre as quais às diferentes concepções sobre a origem da crise socioambiental; dificuldades e desafios para o processo interventivo, entre os quais, trabalhar necessidades imediatas sem perder a clareza das questões macroestruturais (VASCONCELOS, 2002 apud FREITAS; NUNES, 2014).

Por fim, ressalta-se o trabalho neste âmbito enquanto um campo fértil para o serviço social, de suma importância para inserção dos interesses da população na tomada de decisões.

## 2. O SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO E OS DESDOBRAMENTOS DA CRISE SOCIOAMBIENTAL

A temática do meio ambiente surge como um objeto de preocupação em 1950, inicialmente no campo científico (Leis e D'Amato, 1996 apud VÍGOLO, 2012). Em 1968 são publicados os relatórios do Clube de Roma, onde um conjunto de pesquisadores defendiam a limitação do crescimento demográfico como meio de evitar que o planeta atingisse seu limite (BRÜSEKE, 1998 apud VÍGOLO, 2012). Essa tese balizou as discussões travadas na *Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento*, realizada em Estocolmo/Suécia no ano de 1972. A referida Conferência colocou a problemática do meio ambiente na cena pública mundial, a partir de então, organizações vinculadas ao capital internacional passaram a preocupar-se com a temática, tendo em vista a possibilidade de inviabilização da reprodução das relações sociais capitalistas (VÍGOLO, 2012).

No Brasil, movimentos em prol do meio ambiente se fortalecem politicamente na década de 1980. Entre eles estão o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), Movimento Sem-Terra (MST), Associação Mineira de Defesa Ambiental (AMDA), dentre outros (RIBEIRO; SAUER, 2012).

A questão socioambiental[3] adentra o campo normativo brasileiro em 1981, através da lei n. 6938/1981, que dispõe sobre a criação do Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA). Este tinha por finalidade definir e implementar a Política Nacional de Meio Ambiente, visando alcançar o equilíbrio entre preservação ambiental e desenvolvimento socioeconômico (RIBEIRO; SAUER, 2012).

3 Neste ponto, faz-se necessário apontar a distinção, realizada por Nunes (2012) apud Freitas e Nunes (2014), entre as terminologias questão socioambiental e crise socioambiental. A crise socioambiental é, pela autora, considerada um dos vários aspectos da questão socioambiental, consiste em problemas decorrentes da escassez de recursos naturais, poluição e entre outros. Sendo consequência da crise do capitalismo e não uma crise de valores éticos, morais ou ignorância tecnológica da humanidade.

Esse caldo ambientalista que estava nascendo na sociedade, com envolvimento de ONGs, setor público e movimentos sociais, ajudou a conformar uma consciência ambiental que abarcava a noção de impacto, transcendendo as alterações no meio ambiente, considerando também seus desdobramentos na saúde, segurança e o bem-estar da população (RIBEIRO; SAUER, 2012).

A normatização desta esfera por parte do Estado brasileiro provoca alterações na relação entre sociedade e meio ambiente, pois o Estado, as empresas e os indivíduos passam a ter responsabilidades para com a natureza (BRASIL, 1988).

O setor privado passou, então, a demandar a intervenção dos assistentes sociais na área socioambiental, como meio de mitigar os impactos socioambientais gerados por grandes empreendimentos. Os profissionais eram solicitados a intervir em questões referentes ao diagnóstico socioeconômico, remanejamento da população atingida, educação ambiental, comunicação social e monitoramento. Realizavam então, atividades anteriores e posteriores ao empreendimento (RIBEIRO; SAUER, 2012).

Freitas e Nunes (2014) ressaltam a importância da atuação do assistente social nos desdobramentos da questão ambiental, justificam sua posição com base na premissa de que as situações de remanejamento comumente envolvem conflitos de interesses entre população afetada, governo e construtoras. Apontam que a presença do profissional de serviço social pode contribuir para viabilizar a participação da população na tomada de decisões.

No setor público a intervenção é recente, ocorre em 1990, a partir da consolidação da política urbana e implantação de programas habitacionais no país (RIBEIRO; SAUER, 2012). Como reflexo dessa aproximação, tem-se a atuação junto à ocorrência de desastres socioambientais. Neste trabalho, utiliza-se o termo desastres socioambientais como um posicionamento político e teórico, pois considera-se o desastre enquanto um fenômeno com múltiplos determinantes: biológicos, geográficos, físicos, sociais e econômicos. Sendo assim, entendido como decorrente não somente de fenômenos naturais, mas também enquanto expressão das relações sociais estabelecidas na sociedade capitalista. Compreende-se a relação entre homem e natureza como dialética, de mútua implicação (GONÇALVES; VARGAS, 2015).

A intervenção da categoria junto as situações de desastres é legitimada pela profissão, está contemplada no código de ética do Serviço Social de 1993 em seu art. 3º. Este dispõe sobre os deveres do assistente social, entre eles está a participação em "[...] programas de socorro à população em situação de calamidade pública, no atendimento e defesa de seus interesses" (CFESS, 2012, p. 27).

A ocorrência de desastres socioambientais é, à primeira vista, indiscriminada, pois afeta pessoas de diferentes classes sociais, principalmente em situações decorrentes do aumento de precipitações. Porém, ao se realizar uma análise mais aprofundada identifica-se que, a vivência das camadas empobrecidas da população brasileira é marcada, historicamente, pelo descaso do poder público. Este fato, aliado à ausência de condições financeiras e a especulação imobiliária, torna o acesso à moradia dificultoso, sendo assim necessária a procura por meios alternativos para suprir essa necessidade. Acabam por ocupar locais considerados de risco (terras irregulares, áreas de preservação, encostas de morros, de rios) que, portanto, não possuem valor para o mercado imobiliário, não entrando em conflito com interesses dos setores dominantes. Essas transgressões passam a ser toleradas pelo poder público, pois ocorrerem devido a sua incapacidade de garantir mínimos sociais (CARDOSO, 2003 apud VARGAS, 2009).

Há então, uma relação entre a camada social e a exposição aos riscos. De acordo com Gonçalves e Vargas (2015), determinados setores são mais vulneráveis às consequências de desastres, essa exposição desigual é, pelos autores, considerada uma expressão da questão social.

A transferência dos custos ambientais às populações marginalizadas é uma prática que ultrapassa o contexto brasileiro. O próprio conceito de *(in) justiça ambiental* foi cunhado em 1980 nos EUA, para evidenciar tais práticas. Mobilizações pela justiça ambiental, expressas através de lutas de caráter social, espacial, ambiental e por direitos civis, se contrapunham às noções que desconsideram a desigualdade na apropriação dos recursos e os interesses político-econômicos que ocasionam a distribuição desigual dos danos ambientais (ACSELRAD, 2009 apud GONÇAVES; VARGAS, 2015).

Identifica-se que o desastre, ao incidir sobre setores ditos vulneráveis que, portanto, não possuem condições para "defender-se" da situação de risco, atua como um agravante das expressões da questão social já existentes. Essas expressões, são então, denunciadas pelo desastre, adentram o deba-

te público por meio deste (VALENCIO, 2009). Compreende-se assim, a relação entre a questão socioambiental e a teoria social crítica. De acordo com Marques (2011), o sistema capitalista "marca uma trajetória de degradação ambiental e de contradições sociais [...]" (p.145).

Ao realizar pesquisa com os assistentes sociais que atuaram na situação de desastre ocorrida em Santa Catarina, no ano de 2008, Marques (2011) obteve discursos que apontam dificuldades para intervenção. Os profissionais destacam a ausência de preparo para lidar com as situações. O ocorrido exigiu deles conhecimentos técnicos e competências que não tinham, ao sentirem necessidade de buscá-los, recorreram ao conselho profissional e às universidades, mas não foram prontamente atendidos, sentindo-se, então, sem respaldo para atuar.

Marques (2011) ressalta a necessidade de realizar discussões sobre as atribuições dos assistentes sociais no âmbito dos desastres socioambientais, de modo a estabelecer uma base legal que direcione a ação.

O despreparo evidenciado não ocorreu apenas na execução das ações, mas também no processo de gerenciamento destas. Ao se identificar a necessidade de reconhecimento dos sujeitos atingidos, utilizou-se como instrumental os cadastros, porém, diversas áreas realizaram tal procedimento sem que houvesse uma articulação entre as informações. Com isso, gerou-se descrédito quanto à efetividade das ações executadas pela Prefeitura, pois não havia um trabalho articulado entre os profissionais a ela vinculados (MARQUES, 2011).

Portanto, o trabalho interdisciplinar foi, pelos assistentes sociais, apontado como um desafio, devido: à falta de clareza dos papéis dos profissionais envolvidos; a dificuldade em receber ordens; o desconhecimento do que cada área poderia fazer; dificuldade na comunicação entre as políticas, os setores e etc. Mas este mesmo elemento foi identificado enquanto uma potencialidade, um meio para superar as dificuldades existentes, pois à medida que esse trabalho integrado se torna rotineiro, os profissionais passam a conhecer as diversas áreas de intervenção e a compreender seus papéis. (MARQUES, 2011).

Há concordância, no meio acadêmico, de que a problemática socioambiental requer uma atitude de cooperação entre as diversas áreas do conhecimento (MARQUES, 2011). Freitas e Nunes (2014) destacam a necessidade de

uma abordagem interdisciplinar da temática. Pois, ao se considerar a crise socioambiental como materialização de processos exploratórios presentes desde a origem do capitalismo, evidencia-se a complexidade e o caráter multidimensional da crise.

Outro grande desafio para a intervenção junto às situações de emergência e calamidade pública, é trabalhar as necessidades imediatas, que são apresentadas aos profissionais, sem perder a clareza das questões macroestruturais que originam os desastres (VASCONCELOS, 2002 apud FREITAS; NUNES, 2014). Por vezes pode-se identificar um viés psicologizante nas ações dos assistentes sociais, estando focadas na adaptação e responsabilização dos indivíduos pela situação (FREITAS; NUNES, 2014).

Nesse sentido, Gonçalves e Vargas (2015), ressaltam que os profissionais têm, comumente, adentrado o âmbito dos desastres de maneira indireta, pois vinculam-se ao quadro técnico das Secretarias Municipais, não integram, portanto, instituições responsáveis pela gestão do desastre. Sendo assim, são acionados em caráter emergencial, esse fato condiciona as intervenções profissionais, limitando sua contribuição ao momento do pós-desastre. Os autores atentam para o risco de retomada de ações moralistas e higienistas, podendo desvirtuar a concepção da proteção social como direito, enfatizando a perspectiva humanitária.

No que concerne ao campo teórico, a temática dos desastres socioambientais, foi, historicamente, considerada uma área das ciências naturais e exatas, possui, portanto, um reduzido número de produções no campo das Ciências Sociais, embora internacionalmente a produção tenha iniciado ainda em 1970 (VÍGOLO, 2012). Valencio (2009) destaca que a omissão da sociologia brasileira frente à temática do desastre - aqui entendida enquanto uma omissão que se estende às ciências sociais - permitiu que especialistas de outras áreas monopolizassem esse campo de divulgação científica, de modo a difundir interpretações de senso comum, preconceituosas e antidemocráticas.

A visão da questão socioambiental desconectada das análises macrossocietárias, das relações sociais, contribuiu para o distanciamento das demais áreas de conhecimento dessa temática. Pois ao se desconsiderar suas múltiplas determinações, a questão passou a ser vista de forma fragmentada, de modo que cada profissão intervia em determinada expressão, desconsiderando a interrelação existente (MARQUES, 2011).

Para Freitas e Nunes (2014), é importante tecer considerações sobre a formação profissional e as pesquisas, pois o arcabouço teórico, prático e ético do profissional é que irá determinar seu exercício profissional. Consideram, portanto, que a questão socioambiental e seus reflexos devem ser alvo de atenção por parte de professores, estudantes e profissionais, de modo que reflitam sobre suas causas e consequências.

Nesse sentido, ressalta-se que à medida que o desastre socioambiental impacta no processo interventivo da profissão de serviço social, torna-se necessário que a temática passe por processos reflexivos. Para assim, gerar pesquisas empíricas que sejam tratadas teoricamente, visando evitar a construção de equívocos e a mera reprodução de discursos infundados (SANTOS, 2007 apud FREITAS; NUNES, 2014).

Entretanto, apesar da inserção profissional, em questões vinculadas ao meio ambiente, ocorrer desde a década de 1980, essas intervenções ficaram alheias ao meio acadêmico e às instâncias de representação da categoria (RIBEIRO; SAUTER, 2012).

Para exemplificar o que foi referido, faremos uso de autores que se debruçaram sobre as produções teóricas do serviço social no âmbito da questão socioambiental. Identificamos o trabalho de conclusão de curso de Carnevale (2009), no qual a autora realiza uma análise dos trabalhos aprovados no Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social (ENPESS), de 2000 a 2008, e no Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS), de 2001 a 2007. Tendo por objetivo verificar os títulos que sugeriam a discussão ambiental.

Referente aos trabalhos apresentados no ENPESS, Carnevale (2009) constatou que a produção sobre a temática ambiental não era expressiva. A inserção da questão socioambiental nos eixos temáticos só ocorreu em 2006, no X ENPESS, por meio do subeixo *"Questão Agrária, Questão Urbana e Sócio-ambiental"*. Entre as referências encontradas, identificou elementos contraditórios, ao mesmo tempo em que a questão socioambiental era afirmada como um espaço de intervenção para o serviço social, constatou a quase inexistência de relatos de experiência, os poucos que o faziam referiam-se ao exercício profissional na perspectiva de educação ambiental, sem adentrar a efetivação da ação ou apresentar propostas para a intervenção (CARNEVALE, 2009).

Referente aos trabalhos apresentados no CBAS, a temática ambiental é abordada com um enfoque maior na atuação do assistente social. O papel interventivo do profissional também é afirmado enquanto educador ambiental (CARNEVALE, 2009).

Sobre a inserção em ações de educação ambiental destaca-se a existência de diferentes concepções sobre o termo, que derivam de diferentes compreensões sobre a relação da crise ambiental com sistema de produção vigente (FREITAS; NUNES, 2014). Pode-se tomar a crise como decorrente de comportamentos danosos ao meio ambiente, gerados devido ao desconhecimento ecológico da população, deste modo, a educação ambiental incide sobre os comportamentos com vistas a alterá-los (SILVA, 2010 apud FREITAS; NUNES, 2014). Ou pode-se realizar intervenções pedagógicas voltadas a emancipação, através do ato de refletir sobre os desafios postos pela sociedade, tal qual está organizada, essas ações irão incidir sobre a formação cultural dos sujeitos.

A produção teórica também se divide entre essas duas tendências apontadas na intervenção: o pragmatismo ecológico e a dialética crítica (FREITAS; NUNES, 2014). Loureiro (2005 apud FREITAS; NUNES, 2014) caracteriza a primeira tendência enquanto uma naturalização das problemáticas e crença na superação através de ações de mudança comportamental. A outra compreende a crise ambiental enquanto decorrência da degradação advinda do modo de produção capitalista, compreendendo as ações paliativas como meios para manter e fortalecer esse mesmo sistema (FREITAS; NUNES, 2014).

No ambiente acadêmico, Freitas e Nunes (2014) - através de coleta de dados nas fichas de avaliação da Coordenação de Aperfeiçoamento e Pessoal de Nível Superior (CAPES) entre 2007 e 2009 - identificaram que a temática ambiental aparece como linha de pesquisa em três dos vinte e sete Programas de Pós-Graduação (PPG) em Serviço Social do país. Na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, na Universidade Federal da Amazônia e na Universidade Federal de Pernambuco (CAPES, 2010 apud FREITAS; NUNES, 2014).

As referidas autoras apontam que as demandas no âmbito da questão ambiental não tem recebido o devido enfoque da profissão, por meio de pesquisas e práticas, deixando escapar a potencial propositivo e crítico do assistente social no âmbito da “formação e pesquisa; socioinstitucional; sociopolítica; e sociopedagógica” (FREITAS; NUNES, 2014, p.134). Ressaltam então a necessidade de a intervenção do serviço social transcender as nor-

mativas que balizam as políticas sociais, indo de encontro a materialização de medidas preventivas, com vistas a ultrapassar os limites emergenciais e setoriais da ação nesse âmbito (FREITAS; NUNES, 2014).

## 3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do exposto, constata-se que a inserção dos profissionais de serviço social, no âmbito da questão ambiental, advém do processo de reconhecimento e compreensão da relação de causalidade estabelecida entre o meio natural e social, e, também, dos processos de normatização da questão por parte do Estado. Portanto, o trabalho neste espaço sócio-ocupacional não decorre de uma ação racionalizada e corporativista, visando à expansão do mercado de trabalho. Mas sim, do amadurecimento, por parte da sociedade, quanto à amplitude da questão ambiental e suas múltiplas frentes de intervenção.

A compreensão do fenômeno do desastre pode receber uma contribuição significativa das ciências sociais, cujas metodologias e enfoques teóricos permitem tratar do desastre sob uma perspectiva crítica e problematizadora da realidade, remontando aspectos históricos e os múltiplos determinantes do fenômeno. O serviço social, reconhecido entre as ciências sociais por possuir um caráter eminentemente interventivo, historicamente vinculado ao planejamento e execução de políticas públicas, possui, portanto, ampla trajetória e produção teórica sobre a temática. Este elemento interventivo é especialmente relevante nas situações de desastre, onde tais políticas públicas são acionadas.

A tendência de que desastres socioambientais se tornem mais frequentes (CLARO, 2012) exigirá mais atenção do poder público sobre a questão. Intervenções do órgão estatal serão cada vez mais necessárias, consequentemente, os assistentes sociais serão cada vez mais demandados a atuar nessas situações. Portanto, a categoria precisa estar preparada técnica e teoricamente.

Porém, ao longo da revisão bibliográfica, identificou-se que o caráter emergencial em que a intervenção do profissional vem sendo acionada, limita suas contribuições e dá margem a posturas moralistas e higienistas. Aponta-se, portanto, a necessidade de realizar discussões sobre as atribuições dos assistentes sociais no âmbito dos desastres, trazendo à tona as ações veiculadas para possibilitar a construção de propostas e de uma base legal

que direcione a ação. Pois a questão ambiental representa um campo fértil para o serviço social, para tanto sua intervenção necessita transcender as normativas que balizam as políticas sociais, indo de encontro à materialização de medidas preventivas.

Freitas e Nunes (2014) acreditam que uma intervenção profissional voltada à transformação dos múltiplos aspectos da questão ambiental precisa estar vinculada ao diálogo interdisciplinar e intersetorial e ao incentivo de mobilizações da sociedade civil. Através da identificação de políticas e serviços que possuem conexão com a questão ambiental, abrindo espaço para a participação da população na tomada de decisões.

## REFERÊNCIAS


BRASIL. **Constituição.** Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

CARNEVALE, Barbara Louise. **O tratamento dado pela categoria profissional à questão ambiental: um estudo dos encontros nacionais de pesquisadores em Serviço Social e congressos brasileiros de assistentes sociais.** 2009. 102 f. TCC (Graduação) - Curso de Serviço Social, Centro Socioeconômico, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009.

CLARO, Carolina de Abreu Batista. **Refugiados ambientais: mudanças climáticas, migrações internacionais e governança global.** 2012. 113 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Desenvolvimento Sustentável, Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, Brasília, 2012.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Código de ética do/a assistente social. Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão.** Brasília: rev. e atual, 2012. 10ª. Ed, p.60.

FREITAS, Rosana de Carvalho Martinelli; NUNES, Letícia Soares. Serviço Social e a questão ambiental: uma demanda emergente? In: FAGUNDES, Helenara Silveira; SAMPAIO, Simone Sobral (Org.). **Questão social e direitos humanos.** Florianópolis: Editora UFSC, 2014. p. 129-151.

GONÇALVES, Rafael Soares; VARGAS, Dora. Desastres e justiça ambiental: um desafio para o Serviço Social. **O Social em Questão.** Nº 33. 2015, p. 9-22.

MARQUES, Cristiane C. **Faces do Desastre Socioambiental do Vale do Itajaí: Análise sobre os desafios lançados ao Serviço Social,** Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, UFSC, Brasil, 2011.

RIBEIRO, Edaléa Maria; SAUER, Mariane. Meio ambiente e Serviço Social: desafios ao exercício profissional. Porto Alegre: **Textos & Contextos**, 2012. v. 11, n. 2, p. 390 – 398, ago./dez. 2012.

VALENCIO, Norma. O Sistema Nacional de Defesa Civil (Sindec) diante das mudanças climáticas: desafios e limitações da estrutura e dinâmica institucional. In: VALENCIO, Norma et al (Org.). **Sociologia dos desastres: construção, interfaces e perspectivas no Brasil.** São Carlos: Rima, 2009. v. I, p. 280.

VARGAS, Doria. "Eu fui embora de lá mas não fui": a construção social da moradia de risco. In: VALENCIO, Norma et al (Org.). **Sociologia dos desastres: construção, interfaces e perspectivas no Brasil.** São Carlos: Rima, 2009. v. I, p. 280.

VÍGOLO, Tamires Cristina. **Política de Assistência Social, prevenção e respostas aos desastres socioambientais.** 2013. 229 f. (Dissertação) - Curso de Serviço Social, Centro Socioeconômico Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Florianópolis, 2013.

# A ideologia em sua perspectiva categorial e o serviço social brasileiro: um debate necessário para a sustentação da intervenção profissional

Aline Justino
Leandro Nunes

## RESUMO

O artigo apresentado realizará análise preliminar da categoria ideologia, buscando compreender sua função social na intervenção profissional do/da assistente social. Apoiamo-nos na tese de György Lukács de que o complexo ideológico é mais do que uma "falsa consciência" do real, a ideologia possui a função específica de explicar as relações em sociedade. Partiremos dos escritos de Lukács, Eagleton, Löwy, Konder, Marx e Engels, entre outros. Analisaremos de forma introdutória a relação da ideologia enquanto função social e suas adições na intervenção profissional do/da assistente social. Concluímos que diante do contexto de agudização das contradições entre capital e trabalho, reafirmar a ideologia enquanto função social é necessário para que o profissional dê direção crítica e propositiva à sua intervenção com vistas a universalização dos direitos sociais e à emancipação humana.

**PALAVRAS CHAVES:** Ideologia, função social, serviço social.

# INTRODUÇÃO

O senso comum reduz o entendimento de ideologia com "conjunto de ideias", no entanto, não podemos reduzir uma categoria histórica e dialética a uma simples determinação passageira, é necessário que passemos a compreendê-la como um complexo da vida em sociedade que se funda a partir *do* e *no trabalho* que tem seus moldes na práxis humana, ou seja, a ideologia assume uma função específica: explicar as relações humanas em sociedade. Neste sentido, é necessário que busquemos sua apreensão a partir da teoria social marxiana. Para tal, retornaremos aos escritos de Marx e Engels e posteriormente a seus contemporâneos. Acreditamos que os diversos enfoques e concepções que circulam no "pantanoso terreno" sobre o tema em questão, justificam a relevância das análises contidas neste artigo.

É importante destacar que não estamos partindo do princípio de que o serviço social é ideologia, como afirma Costa (1999). Partimos do princípio de que, enquanto força de trabalho assalariada, a/o assistente social em suas mais variadas "formas" de intervenção profissional, pode sim vir a contribuir na consciência de seus sujeitos demandatários, em sua busca pela emancipação humana, acesso aos direitos, etc. Diante deste contexto, assumir essa posição ideo-política da ação profissional é a possibilidade de uma intervenção profissional que vá para além do acesso aos direitos. Há uma tarefa coletiva a cumprirmos enquanto profissionais e enquanto sujeitos históricos que é a de pensarmos junto aos sujeitos, possibilidades para nossa emancipação humana. Cabe aqui mencionar autores do interior do Serviço Social que se dedicaram ao estudo do complexo da ideologia, que são eles; Marilda Iamamoto, José Paulo Netto, Marcelo Braz, Gilmaísa Macedo da Costa, Vicente de Paula Faleiros, Laura Tavares, entre outros.

# 1. A IDEOLOGIA EM SUA PERSPECTIVA CATEGORIAL

De acordo com Eagleton (1997, p. 65), o termo "logia" deriva do estudo ou ciência de um determinado fenômeno, porém como nos adverte o autor, fruto de um processo de inversão, as palavras terminadas com "logia" se transformaram mais em estudar o próprio fenômeno em detrimento da investigação sobre ele. Nas análises seguintes Eagleton nos diz que o termo "ideologia" tem seu bojo na passagem do século XVIII ao XIX, com o filósofo francês Antoine Destutt de Tracy, ou mais precisamente nas ciências das ideias, como denominou Tracy, o autor se referia a uma parte do ramo da

zoologia que se destinava ao estudo do animal humano. Eagleton continua suas análises sobre o autor, Tracy era de linhagem nobre e renegou sua família ao se alistar e lutar junto aos representantes da burguesia na Revolução Francesa, Tracy se tornou "um caso clássico da transição gramsciana do intelectual 'tradicional' para o 'orgânico'" (EAGLETON, 1997, p. 67-8), e revela que: "A noção de ideologia nasceu, portanto em condições inteiramente ideológicas: a ideologia pertencia a uma política racional, contrária à barbárie irracionalista do Terror".

Tem-se a *Ideologia Alemã* como uma das principais obras em que Marx e Engels se dedicam ao estudo da ideologia, no texto Marx e Engels vão para além das críticas a Bruno Bauer e "terminam" por criticar a visão materialista de Ludwig Feuerbach, tal crítica se expressa com mais radicalidade nas 11 teses sobre Feuerbach, e em especial na última tese, na qual Marx e Engels combatem a visão abstrata de mundo e propõem a defesa da luta de classes, dizem eles na tese em questão: "Os filósofos apenas interpretam o mundo de diferentes maneiras; porém, o que importa é *transformá*-lo" (MARX; ENGELS, 2009, p. 126). De acordo com Konder (2002, p. 40), a ideologia para Marx "era a expressão da incapacidade de cotejar as ideias como o uso histórico delas, com a sua inserção prática no movimento da sociedade". Voltando às análises de Eagleton (1997), o surgimento do complexo da ideologia não "é um mero capítulo na história das idéias", ele está intrinsecamente relacionado a luta entre as classes e a possibilidade da emancipação humana, aqui se repousa a ideia da ideologia enquanto função social que "explica" e intervém nas relações em sociedade.

A este conjunto de modos particulares de se portar em sociedade é que se constitui o complexo da ideologia. Tal posição faz com que Konder (2015, p. 59), faça um importante questionamento: "Enquanto o homem era menos humano do que propriamente *animal*, o que é que acontecia?" Para responder ao questionamento de Konder pensamos que seja importante irmos até Lukács (2013, p. 478):

> ... o que nos interessa aqui é apenas mostrar que muitos elementos da ideologia de algum modo já estavam presentes nos estágios mais iniciais do desenvolvimento social, que o surgimento dos antagonismos sociais, que passaram a ser enfrentados e resolvidos ideologicamente, não precisou criar um instrumento totalmente novo para dar

> conta da nova necessidade, mas encontrou um rico legado de meios para isso, que ela obviamente reelaborou de modo a corresponder às novas tarefas. Na realidade, todavia, essa situação é ainda mais inequívoca. Com efeito, até os achados arqueológicos, particularmente os feitos nos túmulos, mostram que até mesmo a sociedade ainda não subdividida em classes era forçada a levantar e a resolver problemas especificamente ideológicos.

Sustentados pelos escritos de Eagleton (1997) e Konder (2002, 2015), podemos analisar que em Marx e Engels o entendimento do complexo da ideologia provém de seus estudos sobre a alienação, mais precisamente tratados nos *Manuscritos Econômicos e Filosóficos*. Entendendo que a alienação está "relacionada" (mas não só) ao processo de *reificação*, explicitamente estudado por Lukács em *História e Consciência de Classe* (2003), na obra em destaque o filósofo húngaro apresenta suas reflexões sobre reificação ao dissertar sobre o fetichismo da mercadoria, presente nos escritos d'*O Capital*. A reificação para o filósofo húngaro vai atingir seu mais elevado grau de manifestação com o desenvolver das relações de troca nas relações mercantis de intercâmbio de mercadorias, e mais precisamente, com maior veemência na relação de troca entre a força de trabalho (única capaz de criar mais-valia) com o possuidor dos meios de produção, e sendo assim, a classe trabalhadora vai de certa maneira, "entender" as mais variadas formas de sua relação com a natureza. O fenômeno da reificação irá aparecer também na teoria da pseudoconcreticidade de Karel Kosic (1976), no qual o ser toma a essência pelo fenômeno a mediação pelo imediatismo. No mundo da concentricidade em Kosic, a realidade social e as condições de existência do ser social estão "subjugadas" aos ditames de uma falsa consciência, analisadas, pois, sob o prisma científico, ou seja, o positivismo.

Parece-nos que há uma tendência tanto em Lukács como em Kosic a uma "superação das limitações filosóficas oficiais, como das duas correntes opostas que se aproximam do "*Existencialismo e do Neopositivismo*" (COSTA NETTO *apud* LIMA, 2011, p. 14). Neste sentido, ao escrever a sua grande ontologia, Lukács está relatando a sua apreensão do ser social e de seu movimento enquanto práxis humana, as formas de objetivação do ser social se situa em constante processo de transformação. Assim, ao se "assumir" enquanto ser humano alienado/estranhado, o ser social não mais vê os

fenômenos sociais enquanto produto de suas próprias ações e projetos. Lukács teve sua aproximação com os textos de Marx ainda em juventude, no entanto, é mais precisamente na *Ontologia do Ser Social*, no capítulo "O ideal e a ideologia" que ele vai se deter a estudar o complexo da ideologia. Conforme nos alerta Lessa (2015), em Lukács a problemática de se referir à ideologia enquanto falsa consciência do real, não é senão defender que a ciência é uma instância neutra, no que diz respeito as relações, conflitos e mediações sociais, e sendo assim, ao adotar este pensamento enquanto ideologia, estaríamos cada vez mais nos aproximando do método positivista de pensar as relações em sociedade.

No desenvolvimento dos escritos de sua grande obra, Lukács postula que o trabalho é a categoria fundante do ser social, é ele (o trabalho) quem permite a eterna e necessária relação do gênero humano com a natureza (transformação da natureza), ao passo que se desenvolve no e pelo trabalho o ser humano adquire capacidades de se relacionar uns com os outros, escolher entre alternativas, de incidir um sobre o outro, o pôr teleológico secundário (relação sujeito – sujeito), em Lukács. Sem as posições teleológicas primárias, as secundárias se quer existiriam, portanto, é neste complexo das posições teleológicas secundárias que se situa o campo da ideologia (LESSA, 2015, p. 55). Ao se referir diretamente a Lukács, Lessa defende sua posição devido ao fato de que em Lukács: A ideologia é sobretudo a forma de elaboração ideal da realidade que serve para tornar a práxis social humana consciente e capaz de agir. (LUKÁCS, 2013, p. 465, grifos nossos).

Neste sentido, a ideologia é para o filosofo húngaro o hic et nunc de suas relações em sociedade em determinado tempo histórico, e é por meio destas relações que o ser social desenvolve capacidades subjetivas e objetivas de dar respostas a eles demandadas. Não podemos nos esquecer, que o ser social em Lukács, é um ser que dá respostas necessárias ao seu desenvolvimento e desenvolvimento da sociabilidade dos homens e mulheres. Assim "podemos" refletir que a ideologia é um complexo da vida social fundada no trabalho – modelo da práxis humana –, e, sendo assim, a ideologia possui uma função social em específico, "explicar" as relações em sociedade, interesses individuais e/ou coletivos que podem ou não serem antagônicos, o que a grosso modo, propiciam o surgimento de ideologias. Sustentado por Lukács (2015, p. 45), revela que o que faz uma ideação tornar-se uma ideologia é sua capacidade de dar sentido às demandas postas pelas relações sociais em determinado contexto histórico. Lessa (2015) continua suas argumentações e nos explicita que pensar a ideologia enquanto função so-

cial operante e não enquanto falsa consciência não se limita a determinar uma "maior ou menor veracidade de uma ideologia", pelo contrário, é para que apreendamos a ideologia também enquanto um complexo da vida social que, possui uma função social, como já afirmado. Determinar a maior ou menor verdade de uma ideologia não é o ponto principal dos escritos de Lukács, uma vez que, a verdade não pode ser medida ou provada, é necessário que a entendamos enquanto o contínuo processo de conhecimento (SCHAFF, 1995), enquanto seres sociais inseridos em relações sociais históricas e mutáveis. Lukács (2013, p. 467-8; p. 480-1) sustenta os pressupostos acima levantados:

> Porém, verdade ou falsidade ainda não fazem de um ponto de vista uma ideologia. Nem um ponto de vista individualmente verdadeiro ou falso, nem uma hipótese, teoria etc., científica verdadeira ou falsa constituem em si e por si só uma ideologia: eles podem vir a tornar-se uma ideologia, como vimos. Eles podem se converter em ideologia só depois que tiverem se transformado em veículo teórico ou prático para enfrentar e resolver conflitos sociais, sejam estes de maior ou menor amplitude, determinantes dos destinos do mundo ou episódicos. Não é difícil perceber isso no plano histórico. A astronomia heliocêntrica ou a teoria do desenvolvimento no âmbito da vida orgânica são teorias científicas, podem ser verdadeiras ou falsas, mas nem elas próprias nem a sua afirmação ou negação constituem uma ideologia. Só quando, depois da atuação de Galileu ou Darwin, os posicionamentos relativos às suas concepções se converteram em meios para travar os combates em torno dos antagonismos sociais, elas se tornaram operantes – nesse contexto – como ideologias.

Diante deste contexto, concordamos com Lessa (2015, p.46): "Em suma, o fenômeno da ideologia corresponde a uma necessidade social concreta: a cada momento as sociedades necessitam ordenar a práxis coletiva dentro de parâmetros compatíveis com a sua reprodução". E ao defender tal posição, Lukács vai explicitar que existem formas específicas de ideologia (arte e filosofia) que não intervém imediatamente nos movimentos sociais, estas

possuem o gênero humano como “objeto” de estudo. No que se refere a arte, Lukács diz que é o campo de “evasão” da subjetividade humana, o campo da desfetichização do ser social, é através dela que o homem/mulher “cria” o não existente, “A arte propriamente dita, a arte autêntica visa desvelar como o homem, vivenciando o seu destino de gênero, alça (...)pode se tornar em longo prazo um elemento indispensável na construção do gênero concretamente humano. [...] (LUKÁCS, 2013, p. 545-6). Já em relação a filosofia “[...] aprofunda as generalizações das ciências, antes de tudo, por estabelecer uma relação inseparável com o nascimento histórico e o destino do gênero humano, com a essência, o ser e o devir humanos” (LUKÁCS, 2013, p. 540), esta está mais próxima da ciência e é indispensável para a reprodução do ser social, não obstante a filosofia questiona o indivíduo, o de onde? Para onde? Quais as origens do mundo? E do próprio ser? Entre outras indagações. Nas palavras do autor:

> O desenvolvimento da humanidade de fato produziu tais ideologias, sobretudo na filosofia e na arte. Estas são as formas mais puras da ideologia, na medida em que elas não têm a intenção nem a capacidade de exercer qualquer tipo de impacto imediato e real sobre a economia nem sobre as formações sociais a ela associadas, indispensáveis à sua reprodução social, sendo, contudo, insubstituíveis no que se refere à solução real dos problemas aqui propostos. (LUKÁCS, 2013, p. 538).

Assim como arte e filosofia são formas puras de ideologia, Lukács, diz que o direito e a política são formas específicas de ideologia. De acordo com Vaisman (2014, p. 101), o direito nasce a partir da necessidade de resolver e ordenar os conflitos gerados a partir da organização do processo de trabalho e derivados do processo produtivo, a origem do direito se dá ao passo que a divisão social do trabalho se complexifica e se diferencia ao longo do processo histórico das contradições geradas entre capital e trabalho, e ao passo que se complexifica, este complexo vai se tornando cada vez mais específico. Em relação ao complexo do direito, Hillesheim (2015) explica que o direito mascara a essência do fenômeno, sua função social constitui-se numa ideologia cujo objetivo é o de alcançar a sujeição de homens e mulheres à estrutura econômica vigente, e em consequência, o encobrimento da luta de classes. Neste sentido, é a partir da perspectiva de totalidade que se pode compreender o direito como ideologia, ou seja, na medida em

que o ser social busca respostas a necessidades que se coloca frente ao processo econômico-social, ele orienta sua práxis de tal forma que dessa orientação possa determinar sistemas ideológicos ou mais precisamente, formas específicas de ideologia. Com os escritos de Lukács (2013, p. 500), explicamos nossas análises sobre o complexo do direito:

> No tempo do seu surgimento, o direito tampouco se diferencia essencialmente dessas formas ideológicas. [...].
>
> Seria impossível que o direito se tornasse aquele meio importante para dirimir os conflitos sociais na vida cotidiana das pessoas se ele não pudesse apelar ininterruptamente para as convicções que surgem espontaneamente no plano social sobre os seus próprios conteúdos.

No que se refere a política, Vaisman (2014, p. 106) analisa que a práxis política é a forma pela qual são conscientizados e enfrentados os conflitos que concernem à sociedade como um todo. E por se referir ao contexto social, a política é uma posição teleológica na qual modifica todo um contexto fenomênico de mundo, na qual busca alternativas tanto para a modificação das estruturas sociais, bem como a transformação da sua própria essência. De acordo com Lukács (2013, p. 502), não existe uma sociedade sequer, em nenhum canto, por menor que seja, que não coexista com questões políticas. Diante deste contexto, o autor nos esclarece:

> A política é uma práxis que, em última análise, está direcionada para a totalidade da sociedade, contudo, de tal maneira que ela põe em marcha de modo imediato o mundo fenomênico social como terreno do ato de mudar, isto é, de conservar ou destruir o existente em cada caso; contudo, a práxis desencadeada desse modo inevitavelmente é acionada de modo mediado também pela essência e visa, de modo igualmente mediado, também à essência. A unidade contraditória de essência e fenômeno na sociedade ganha na práxis política uma figura explícita. (LUKÁCS, 2013, p. 502-3).

Tem-se aqui a sustentação ontológica da ideologia (LESSA, 2015, p. 137), por ter se fundado no e a partir do trabalho (relação homem-natureza) a ideologia enquanto posição teleológica secundária tem seu fundamento na transformação das relações entre os seres humanos que vivem em sociedade. E por assumir o caráter de função social operante nas relações sociais entre homens, o complexo da ideologia está fadada ao conflito de interesses e, não obstante, rodeada de alternativas válidas ou não, cabe ao ser social discernir entre quais alternativas seguir, neste sentido a escolha entre alternativas está intrinsecamente relacionada a ações teleologicamente objetivadas e as causalidades naturais, e nesta relação dialética, quer queiramos ou não, ocorrerão causalidades. Nos atentemos para o alerta de Lukács (2013, p. 520):

> A ideologia, mesmo sendo também uma forma de consciência, de modo algum é pura e simplesmente idêntica à consciência da realidade. A ideologia, enquanto meio de dirimir conflitos sociais, é algo eminentemente direcionado para a práxis e, desse modo, também compartilha, claro que no quadro de sua peculiaridade, a propriedade de toda práxis: o direcionamento para uma realidade a ser modificada (sendo que, como já foi demonstrado, a defesa da realidade dada contra tentativas de mudança evidencia a mesma estrutura prática).

Realizado este movimento de entender o complexo da ideologia em sua perspectiva categorial, passemos agora a analisar o complexo da ideologia no serviço social. Destaca-se neste tema, no interior do serviço social, os estudos de Iamamoto, Netto, Costa, Tavares, Faleiros, e sob os estudos dos/das autores/autoras supracitados que sustentaremos a análise que segue.

## 2. O COMPLEXO DA IDEOLOGIA E O SERVIÇO SOCIAL: UM DEBATE NECESSÁRIO PARA A SUSTENTAÇÃO DO PROJETO ÉTICO-POLÍTICO PROFISSIONAL

Nos escritos de Iamamoto (1985) está evidenciado que o serviço social é uma profissão que se estabelece vinculada a intervir junto aos interesses das classes que dão vida à sociedade capitalista (à classe trabalhadora), à

profissão do/da assistente social ao se afirmar enquanto uma especialização do trabalho coletivo tem sua intervenção sustentada nas contradições oriundas da relação *capital x trabalho*, ou mais precisamente de acordo com a autora, no enfrentamento da "questão social", que de acordo com Iamamoto (2014, p. 68), não é senão as expressões do contexto em que a classe trabalhadora se forma e se desenvolve no interior da sociedade capitalista, na qual demanda do Estado e da burguesia seu reconhecimento enquanto classe. A questão social se manifesta neste sentido ainda de acordo com a autora "no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção, mais além da caridade e repressão". Ainda nos escritos de Iamamoto (2014), o trabalho profissional tem seu significado a partir das relações que desenvolve com os sujeitos sociais que demandam seus serviços. "O significado social de seu processamento não é idêntico nas diferenciadas condições em que realiza esse trabalho porquanto envolvido em relações sociais distintas". (IAMAMOTO, 2014. p. 215).

O empregador, seja ele público ou privado, é quem "define" a que demandas o profissional terá de intervir, mesmo que o/a profissional queira atender a demandas mais emergentes ou a outras demandas que surjam no desenvolver de sua ação profissional, ainda esbarra nos trâmites burocráticos do Estado, falta de recursos, processo de contrarreformas nas políticas sociais, entre outros. Tais ditames interferem cada vez com maior veemência no fazer profissional destes/destas profissionais. Assim, a ação profissional sob os nortes institucionais torna-se mais uma convergência das classes demandatárias a um dito acesso as necessidades básicas de reprodução de sua vida, do que realmente uma intervenção profissional para além do acesso aos direitos. Nas palavras de Iamamoto (2014, p. 218), a por estarem na condição de assalariado, a/o assistente social:

> [...] seja como funcionário público ou assalariado de empregos privados, empresariais ou não – envolve, necessariamente, a incorporação de parâmetros institucionais e trabalhistas que regulam as relações de trabalho, consubstanciadas no contrato de trabalho, que estabelecem as condições em que esse trabalho se realiza: intensidade, jornada, salário, controle do trabalho, índices de produtividade e metas a serem cumpridas.

Em *Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica*, Iamamoto & Carvalho (1985), destinam dois itens em específico ao estudo da estrutura político-ideológica da profissão, o primeiro se refere ao serviço social e reprodução do controle da ideologia dominante, e um segundo intitulado como expansão da profissão e ideologia dominante, analisemos brevemente cada um deles. Quanto ao primeiro *Serviço Social e reprodução do controle da ideologia dominante,* as autoras relatam que algumas considerações devem ser dignas de estudo. O controle social e a difusão da ideologia dominante se expressam enquanto recursos essenciais para a manipulação e obtenção do consenso das classes dominadas socialmente, tendo assim de se adequar a ordem societária em curso. No entanto, é necessário que se explicite: várias são as ideologias e formas de ver o mundo, e tais convivem, reproduzem-se e se confrontam entre si. (IAMAMOTO & CARVALHO, 1985, p. 109). Iamamoto & Carvalho (1985, p. 111) nos chamam a atenção: mesmo que se ressalte que a ideologia seja portadora de tamanha força, a eficácia desta ainda se mostra de maneira limitada, "se encobre as contradições na e para a consciência, não as elimina". Após realizar uma análise concisa e didática da reprodução da ideologia dominante e suas referidas influências na ação profissional do/da assistente social, Iamamoto & Carvalho (1985, p. 117), chegam à seguinte conclusão:

> Essa ação controladora, no entanto, é esvanecida pelo discurso humanista e humanizador acoplado a esse tipo de intervenção, discurso esse mobilizado e incorporado pela própria burguesia e, ao mesmo tempo, sabotado na prática pela subordinação da atividade profissional a um projeto de classe.

Em outro subitem intitulado *expansão da profissão e a ideologia desenvolvimentista*, a autora vai definir desenvolvimentismo como o período em que se buscou a expansão econômica através de medidas continuadas e autossustentadas, era necessário para a ideologia dominante manter um ambiente de paz política, social e de segurança, assim, a ideologia desenvolvimentista definir-se-á a partir do momento em que "todo o esforço de elaboração política e trabalho são requeridos para eliminar o pauperismo, a miséria, elevando-se o nível de vida do povo como consequência do crescimento econômico atingido" (IAMAMOTO & CARVALHO, 1985, p. 347). No decorrer do processo histórico brasileiro, a profissão se institucionaliza no âmbito da implementação das políticas sociais, sejam elas públicas ou

privadas, e tais políticas se configuram enquanto formas instrumentalizadas de controle social, elas é quem imprimem a conduta com que os seres humanos devem se adequar "aos padrões legitimados de vida social, manipulando racionalmente os problemas sociais, prevenindo e canalizando a eclosão de tensões para os canais institucionalizados estabelecidos oficialmente" (IAMAMOTO & CARVALHO, 1985, p. 111). "Longe" de estarmos envolvidos desde o período de planejamento das políticas sociais ainda somos "agentes executores das políticas sociais" como nos lembra Netto (1992, p. 74), ou seja, o/a assistente social exerce sua profissão diretamente junto à população demandatária, ao "viabilizar" o seu acesso aos direitos.

José Paulo Netto (1992), em *Capitalismo Monopolista e Serviço Social,* vem a ser outra referência de peso ao analisar a dimensão ideo-política da profissão. Ao desenvolver seus escritos, Netto defende a tese de que estrutura social da profissão é sincrética: "o sincretismo nos parece ser o fio condutor da afirmação e do desenvolvimento do Serviço Social como profissão, seu núcleo organizativo e sua norma de atuação" (NETTO, 1992, p. 92). Ao se referir ainda sobre a tese do sincretismo, Netto (1992, p. 92) explicita que três são os fundamentos objetivos da estrutura sincrética do serviço social: "o universo problemático original que se lhe apresentou como eixo de demandas histórico-sociais, o horizonte do seu exercício profissional e sua modalidade específica de intervenção". Mais à frente no mesmo texto, Netto (1992, p. 108) vai deixar claro que a o sincretismo ideológico acompanhou toda evolução histórica do serviço social, desde "suas protoformas aos seus estágios profissionalizados mais desenvolvidos e especializados". De acordo com Iamamoto (2014, p. 273):

> Após caracterizar o sincretismo no Serviço Social nos termos antes assinalados, Netto (1992) desdobra-o nos níveis da 'prática indiferenciada', do 'sincretismo científico' e do 'sincretismo ideológico'. O acervo da produção especializada, que tem na profissão o objeto central de reflexão, as análises de Netto (1992) acerca do 'sincretismo ideológico' – focando a trajetória da influência conservadora europeia e norte-americana na cultura profissional – e acerca do 'sincretismo científico' – abordando o embate teórico-metodológico entre as ciências sociais e a teoria social – são, sem sombra de dúvidas.

Em sua dissertação de mestrado intitulada *Trabalho e Serviço Social: debate sobre a concepção de Serviço Social como processo de trabalho com base na Ontologia de Georg Lukács* (1999), Gilmaísa Costa entra no debate do complexo da ideologia e serviço social. A autora vai enfatizar que a ação profissional do/da assistente social possui uma materialidade distinta de outros profissionais, uma vez que sua intervenção incide sobre um elemento social e não natural, neste sentido a mesma retorna ao núcleo de fundamentos da formação profissional, e que o "objeto" da ação profissional, os problemas e respostas que se apresentam a este profissional emergem no interior das relações em sociedade. Costa (1999), sustentada pelos escritos de Sergio Lessa, defende a tese de que o serviço social deve ser entendido enquanto posição teleológica secundária, pois o "resultado" fim de seu processo de trabalho não cria uma mercadoria que podemos manipular, tocar, etc., ou seja, a ação profissional do/da assistente social não transforma a natureza.

Diante de tais argumentos, ao situar o trabalho profissional no âmbito das relações em sociedade, Costa (1999) define o serviço social enquanto manifestação da ideologia. Em suas sustentações, a autora assevera que:

> Numa primeira aproximação à problemática do Serviço Social como ideologia, o vínculo entre o Serviço Social e a questão social conduz a uma identificação desta profissão como uma ação voltada à resolução de conflitos de interesses entre os homens, que se expressam no cotidiano mais imediato.

Além disso, o aparecimento dessa profissão determinado pela complexificação de produção material e pela acentuação da divisão social do trabalho na formação social capitalista, vinculada à ações do Estado, são indícios muito fortes na caracterização do Serviço Social como complexo ideológico restrito. Entretanto, isso merece um tratamento cuidadoso para não incorremos em conclusões precipitadas. (COSTA, 1999, p. 103).

Nota-se na passagem acima um polêmico debate: situar o serviço social enquanto ideologia restrita. Em Costa (1999, p. 104), o campo dos complexos ideológicos restritos se situa na "barreira" entre as atividades econômicas e os mais variados interesses que emergem no seio da sociedade de classes, este vem a ser o motivo de Costa (1999) situar o serviço social enquanto ideologia, uma vez que sua ação profissional se

direciona a responder as demandas que emergem no bojo da relação entre capital e trabalho.

O processo de reestruturação produtiva ocorrido entre os anos de 1970/1980 não rebateram apenas sobre a organização do trabalho, mas também no Estado, implicando deste modo numa "nova" concepção de política, a política neoliberal. O Estado, sob este viés político "se torna" burocrático, ineficiente e ineficaz em suas ações de intervenção e regulação da sociedade. Tem-se neste contexto a evocação do setor privado como único possuidor de uma racionalidade capaz de proporcionar o crescimento econômico, obedecendo as normas impostas pela política em comento do "livre mercado". No campo da política, o ideal neoliberal induz a hegemonia e poder da burguesia ao reduzir a participação dos demais setores da sociedade a uma "mera" participação nos processos eleitorais burgueses. Tem-se neste contexto uma redução da concepção de democracia, a "liberdade" de todas e todos os cidadãos e cidadãs de votar e ser votado. Outro grande discurso que está na ordem do dia desde então, principalmente na atualidade brasileira pós aprovação da PEC 55,[1] é a chamada necessidade de cortes nos gastos públicos, sob a justificativa da crise fiscal do Estado. Para Soares (2002, p. 34):

> [...]. O ***ajuste neoliberal*** deve ser entendido não apenas como medidas de caráter exclusivamente econômico, mas também como um projeto global para a sociedade – com políticas articuladas em todos os âmbitos, inclusive o social.

Deste modo, joga-se a culpa de tal crise sob a proteção social, ou mais precisamente, sobre o Estado de bem-estar social (*Welfare State*), que nos países latino-americanos nunca veio a existir. Porém, como é sabido, este discurso não é senão uma forma de diminuir os gastos do Estado com as políticas sociais e favorecer o crescimento do setor privado nos setores da educação, saúde, previdência, habitação, transporte, etc. Em termos gerais, engendra-se um discurso onde a culpa pelo "fracasso" da situação em que se vive é única e exclusiva do indivíduo, e é ele quem deve buscar os

1 De acordo com matéria veiculada pela Carta Capital no dia 31/11/2016, a proposta limitará gastos drásticos no setor público nos próximos 20 anos e o efeito mais drástico "será uma redução significativa nos gastos com educação e saúde, os únicos da proposta que exigem uma mudança da Constituição. Haverá grande impacto sobre a parcela mais pobre da população e estímulo aos negócios privados nas duas áreas".

caminhos para tal superação, não importando os meios, e como podemos perceber os meios a serem ofertados se encontram no setor privado. Nas palavras de Soares (2002, p. 40), cabe lembrar que:

Um dos componentes ideológicos por trás desse tipo de proposta é a ideia de que o setor público caracteriza-se, por princípio, em qualquer circunstância, como ineficiente e ineficaz, ao contrário do setor privado, o único a possuir uma 'racionalidade' e uma 'vocação' capazes de levar ao crescimento econômico. As possibilidades de sucesso da proposta privatizante estariam assim garantidas desde que o Estado não interferisse.

Neste sentido, em tempos de privatização das políticas sociais, há uma tendência das ações profissionais do/da assistente social de se tornarem imediatistas e despolitizadas, caminhando para uma forma de assistencialização da pobreza. Concordamos com Netto (2015, p. 168) quando analisa que: o serviço social na atualidade se depara frente a um "caleidoscópio de propostas teórico-metodológicas", "imprimindo" práticas cada vez mais múltiplas, formações diferenciadas.

## 3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Acreditamos que no meio de tantas adversidades os princípios e deveres contidos em nosso Código de Ética de 1993 e Lei de Regulamentação da Profissão devem ser observados e defendidos, bem como a direção profissional do nosso projeto ético-político profissional, que nos "indica" caminhos ao exercício da profissão sob o prisma da teoria social crítica, com vistas não só na universalização do acesso aos direitos, mas também na construção de outro projeto de sociedade, onde a emancipação humana está no horizonte. O complexo da ideologia sob nortes neoliberais "não mais" se assume enquanto função social, mas sim, enquanto "falsa consciência" do real.

Estamos convencidos de que os/as assistentes sociais enquanto classe trabalhadora e em conjunto com os demais setores oprimidos da sociedade, devem atuar na luta contra quaisquer formas de regressão nos direitos sociais e políticos. ***"Nenhum direito a menos! Essa luta é nossa, é da classe trabalhadora!"***[2] É o grito que deve evocar e ganhar as ruas nesses tempos tempestuosos de governo neoliberal e golpista, que a cada novo raiar de sol



2 Campanha difundida pela gestão do CFESS 2014/2017 Tecendo a luta a manhã desejada. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/visualizar/noticia/cod/1236>. Acesso em: 15 fev. 2017.

busca retirar os direitos sociais há muito conquistados pelas mãos descarnadas de um povo que, mesmo com todas as dificuldades, jamais ousou se retrair na luta pela conquista de direitos.

## 4. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS


EAGLETON, T. **Ideologia. Uma introdução**/Terry Eagleton; tradução Silvana Vieira, Luís Carlos Borges. - São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista: Editora Boitempo, 1997.

COSTA, G. **Trabalho e Serviço Social**: debate sobre a concepção de Serviço Social como processo de trabalho com base na Ontologia de Georg Lukács (1999). http://repositorio.ufpe.br/bitstream/handle/123456789/10015/arquivo9337/1.pdf?sequence=1&isAllowed=y.

IAMAMOTO, V.; CARVALHO, R. **Relações sociais e Serviço Social no Brasil**: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 8. ed. São Paulo: Cortez, 1985.

_____. **O Serviço Social na contemporaneidade**: trabalho e formação profissional. São Paulo: Cortez, 1998.

_____. **Serviço Social em tempo de capital fetiche**. São Paulo: Cortez, 2007.

HILLESHEIM, J. Conciliação trabalhista: ofensiva sobre os direitos dos trabalhadores na periferia do capitalismo. 693 p. Tese de doutorado- Universidade Federal de Santa Catarina – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social. Florianópolis. 2015.

KONDER. L. **A questão da ideologia**. São Paulo: Companhia das letras, 2002.

_____. **Marx**: vida e obra. 3 ed. – São Paulo: Expressão Popular, 2015.

LESSA, S. **Para compreender a ontologia de Lukács**. 4ª Edição. São Paulo: Instituto Lukács, 2015.

LUKÁCS, G. **História e consciência de classe***: Estudos sobre a dialética marxista.* São Paulo: Martins Fontes, 2003.

_____. **Para uma ontologia do ser social** II. Tradução: Nélio Schneider, Ivo

Tonet, Ronaldo Vielmi Fortes, São Paulo: Boitempo, 2013.

NETTO, J. P. Transformações societárias e Serviço Social: notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, ano 17, n. 50, p. 87-132, abr. 1996.

_____. **Capitalismo monopolista e Serviço Social**. 6ª ed. – São Paulo: Cortez, 2007.

_____. **Ditadura e Serviço Social**: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64. 17ª ed. São Paulo: Cortez, 2015.

MARX. K. **Manifesto comunista**. Org. de Osvaldo Coggiola. 4a reimpressão. São Paulo: Boitempo, 2005.

_____**A ideologia Alemã**. Trad. Álvaro Pina. 1ª ed. – São Paulo: Expressão Popular, 2009.

SOARES, L. T. **Os custos do ajuste neoliberal na América Latina**. 2 ed. – São Paulo: Cortez, 2002 (Col. Questões da nossa época; v. 78).

VAISMAN. E. A ideologia e sua determinação ontológica. In: ALCANTÂRA, N. e COSTA, G. (Org.). **Anuário Lukács 2014**. São Paulo: Instituto Lukács, 2014.

# A formação da/o docente na pós-graduação stricto sensu em serviço social

Sabrina Aparecida Freitas

## RESUMO

O presente artigo apresentará o importante tema da formação docente na pós-graduação *stricto sensu*[3] em serviço social com base em uma pesquisa sobre o tema. Partimos do ponto de que a pós-graduação *stricto sensu* é responsável por conceder o título para a execução de trabalho docente, sendo um objeto interessante de pesquisa. Os espaços nas grades curriculares dos programas de pós-graduação para disciplinas voltadas à formação docente são fundamentais. No entanto, pressupõe-se que a maioria das pós-graduações não disponibiliza disciplinas voltadas para didática, metodologias pedagógicas e/ou formação docente. Assim, a pós-graduação em serviço social tem maior foco na pesquisa do que na formação docente.

**PALAVRAS-CHAVE:** Formação docente. Pós-graduação *stricto sensu*. Serviço Social.

3 Compreendem programas de mestrado e doutorado abertos a candidatos diplomados em cursos superiores de graduação.

# INTRODUÇÃO

Este artigo tem como objetivo problematizar a formação pedagógica docente na pós-graduação *stricto sensu* em serviço social do Brasil ao conhecer os quadros de disciplinas das pós-graduações *stricto sensu* em serviço social e analisar os planos de ensino voltados para a didática, metodologias pedagógicas e/ou formação docente.

Este artigo é parte de uma pesquisa que teve como metodologia a forma qualitativa com procedimento documental[4] dada a particularidade do objeto e a viabilidade da pesquisa. Dessa forma, foram consultados os sites das 24 universidades brasileiras que segundo a Plataforma Sucupira[5] possuem programa de pós-graduação em serviço social no modo *stricto sensu*, na busca por disciplinas de didática, metodologias pedagógicas e/ou formação docente nas grades curriculares.

Dessa forma, apresentamos no primeiro ponto o debate acerca do serviço social e da educação. E no segundo, estão expostos os resultados da pesquisa e por fim as considerações finais.

# 1. SERVIÇO SOCIAL E EDUCAÇÃO

A profissão de assistente social defende um novo projeto societário, e a educação é um meio importante para essa mudança. A educação por si só não transforma o mundo, é nesse sentido que a profissão atua juntamente com todos os mecanismos possíveis para garantir, em meio a tanta desigualdade, direitos para a classe trabalhadora, tão explorada pela classe dominante no sistema capitalista.

> O Assistente Social é um intelectual que intervém na realidade social, habilitado a operar em área particular, mas para isso precisa considerá-la com competência, o que significa entender que o particular é parte da totalidade. Assim, cabe exercitar

4 "[...] a pesquisa documental vale-se de materiais que não receberam ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetos da pesquisa" (GIL, 2002, p. 45).

5 Plataforma Federal disponível na internet desenvolvida pela CAPES (Comissão de Aperfeiçoamento de Pessoal do Nível Superior) para coletar informações, realizar análises e avaliações e ser a base de referência do Sistema Nacional de Pós-Graduação (SNPG).

> o tempo todo a sua capacidade de captar criticamente essa realidade social que é contraditória e dinâmica, o que pressupõe busca constante de sustentação teórica, política e ética. Essa é a condição — o requisito imprescindível — do seu trabalho profissional (FORTI; GUERRA, 2010, p. 8).

É nessa relação do profissional de serviço social entender o particular como parte da totalidade, que precisa persistir no assistente social que é professor. A educação tem-se construído historicamente numa linha individual e individualizante. Da mesma forma como com as políticas de expansão do ensino superior,[6] dos recursos pontuais, a competitividade acadêmica, tanto na graduação, como na pós-graduação. É com essa experiência histórica e com os condicionantes da estrutura da universidade, que ainda se mantém a cultura individualista e competitiva, própria do sistema capitalista, na educação e principalmente na aprendizagem.

Com o propósito de iniciar o debate acerca da atuação das/os assistentes sociais docentes, questionamos a formação na pós-graduação *stricto sensu* em serviço social. As faculdades de serviço social são mais um campo de atuação e devem ser consideradas como tal, no entanto, devem atuar na intenção de articular o projeto ético-político da profissão com as ações de educador. Segundo Libâneo (1994, p. 27), a formação do professor deve abranger duas dimensões:

> A ***formação teórico-científica***, incluindo a formação acadêmica específica nas disciplinas em que o docente vai especializar-se e a formação pedagógica, que envolve os conhecimentos da Filosofia, Sociologia, História da Educação e da própria Pedagogia que contribuem para o esclarecimento do fenômeno educativo no contexto histórico-social; a ***formação técnico prática*** visando à preparação profissional específica para a docência, incluindo a Didática, as metodologias específicas das matérias, a Psicologia da Educação, a pesquisa educacional e outras.

As disciplinas teórico-científicas se referem à prática na instituição de en-

6 Para o tema da expansão do ensino superior, leia: LIMA, Kátia. **Expansão da Educação Superior Brasileira na Primeira década do Novo Século**. In: Serviço Social e Educação. Orgs. PEREIRA, Larissa Dahmer; ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira. Coordenadoras Valeria Forti e Yolanda Guerra. Rio de Janeiro, Ed. Lumen Juris, 2012.

sino, de forma que os estudos específicos do âmbito da formação acadêmica sejam relacionados com os de formação pedagógica das finalidades da educação, condicionantes históricos, sociais e políticos do espaço institucional de aprendizagem. As disciplinas de formação técnico-prática não se resumem a técnicas e regras, implicam no aspecto teórico, na relação com os desafios da prática. Uma relação intensa e constante da teoria com a prática (LIBÂNEO, 1994).

No entanto, segundo Benedito (1995, p. 131 apud PIMENTA; ANASTASIOU, 2008, p. 36)

> [...] o professor universitário aprende a sê-lo mediante um processo de socialização em parte intuitiva, autodidata ou [...] seguindo a rotina dos "outros". Isso se explica, sem dúvida, devido à inexistência de uma formação específica como professor universitário. Nesse processo, joga um papel mais ou menos importante sua própria experiência como aluno, o modelo de ensino que predomina no sistema universitário e as reações de seus alunos, embora não há que se descartar a capacidade autodidata do professorado. Mas ela é insuficiente.

Assim como traz ainda Pimenta e Anastasiou (2008), o ensino em curso na universidade não passa de reproduções de minipalestras com registros que dão a nomenclatura "aula magistral local onde todos dormem e uma pessoa fala". Aponta que aí o ensinar está sendo utilizado com a desconsideração de seus elementos essenciais, no qual o ato de ensinar resume-se ao momento da aula expositiva, encerrando-se nele e desconsiderando a ação de ensinar, que se conduzida com os fins educacionais, resultaria a ação de aprender. Pois a relação professor e aluno em sala de aula, enquanto prática social complexa, engloba tanto a ação de ensinar quanto a ação de aprender.

Para tanto, na maioria das instituições de ensino superior, incluindo as universidades, embora seus professores possuam experiência significativa e mesmo anos de estudos em áreas específicas, predomina o despreparo e até um desconhecimento científico do que seja o processo de ensino e de aprendizagem, pelo qual são responsáveis (PIMENTA; ANASTASIOU, 2008).

Um tema importante dentro do debate quanto à formação docente é instituído pela Resolução nº 533 de 29 de setembro de 2008 do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) que regulamenta a supervisão direta de estágio, tanto de campo quanto acadêmica. Nas Diretrizes Gerais para os Cursos de Serviço Social da ABEPSS (1996), está, entre as "Atividades Indispensáveis Integradoras do Currículo", a supervisão de estágio por professor e por supervisor de campo. Defende em seus princípios a indissociabilidade entre estágio e supervisão acadêmica e profissional. Dessa forma, são elaboradas disciplinas de supervisão acadêmica de estágio na graduação em serviço social que visam essa articulação teórica com as práticas no estágio.

Um tema importante dentro do debate quanto à formação docente é instituído pela Portaria nº 76, de 14 de abril de 2010 da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), referente ao regulamento do programa de demanda social: o estágio docência é obrigatório para os pós-graduandos com bolsa CAPES, sendo supervisionados pelos orientadores e não obrigatório para o pós-graduando que tiver exercido atividade docente que atenda ao exigido na resolução.

É com todo esse processo de construção histórica da educação, do ensino superior, da pós-graduação no Brasil que se constroem não só os professores de serviço social, como os próprios assistentes sociais. É compromisso do projeto ético-político das/os assistentes sociais a formação profissional, presente nos documentos da ABEPSS (1996) e no Código de Ética (1993), arraigado ao compromisso da teoria social crítica junto ao projeto societário da profissão na busca pela superação do sistema capitalista. É acreditando nisso, na educação como meio transformador, na profissão como interventora das expressões da "questão social" que realizamos este artigo.

## 2. A PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU EM SERVIÇO SOCIAL: A FORMAÇÃO DOCENTE EM PERSPECTIVA

Os programas de pós-graduação *stricto sensu* em serviço social do Brasil tem como finalidade formar pesquisadores e docentes de serviço social. Ciente disso, a pesquisa se deu nas grades curriculares dos programas de pós-graduação *stricto sensu* em serviço social do Brasil, a fim de conhecer os quadros de disciplinas dos programas de pós-graduação e analisar os planos de ensino que apontem objetivo de formação docente. Inicialmente

visitamos a Plataforma Federal Sucupira a fim de identificar as universidades públicas que possuem programa de pós-graduação *stricto sensu* em serviço social. De acordo com a coleta em setembro de 2016, o Brasil dispõe de 33 programas de pós-graduação *stricto sensu* em serviço social em 32 universidades do país. Para critério de pesquisa foram selecionados os programas que continham no nome – (serviço social), já que alguns levam nomes como: política social ou política pública. Dessa forma, dos 33 programas o total de 24 atendiam ao critério da pesquisa. Foram visitados os sites dos 24 programas, sendo que, alguns sites não estavam disponíveis, dessa forma, utilizamos contato via correio eletrônico e telefone. Assim, dos 24 programas, quatro dispunham de disciplinas nas temáticas de formação docente, metodologia pedagógica e/ou didática. Nestes quatro programas identificamos cinco disciplinas com essa abordagem:  A) Ensino e Prática Docente no Serviço Social; B) Metodologia do Ensino Superior; C) Didática do Ensino Superior; D) Educação popular, ação política e transformação social e E) Formação Docente.

No quadro abaixo estão sistematizadas as ementas das disciplinas.

## QUADRO 1 – Ementa das Disciplinas

| | **Ementa** |
|---|---|
| **A** | A disciplina oferece um suporte analítico e crítico na formação e preparo para a carreira da docência. O caráter da disciplina privilegia dois tipos de enfoque: o teórico e o prático. No teórico visa o debate a respeito da Educação Superior, Formação do Serviço Social e o Cotidiano da Sala de aula (concepções de educação, aspecto didático-metodológico no processo ensino-aprendizagem). No prático, visa preparar os discentes para o estágio na docência, que ocorre nas disciplinas curriculares da Faculdade de Serviço Social. |
| **B** | Especificidades do Ensino Superior. Análise das funções e o papel da educação superior na sociedade. A questão do ensino e sua relação com a prática pedagógica. Formas de organização das atividades de ensino-aprendizagem. A relação professor-aluno. Os métodos e técnicas de ensino-aprendizagem aplicados ao ensino superior. |
| **C** | Estudo das características da universidade brasileira, principais problemas e estabelecimento do perfil do professor do ensino superior no Brasil. Referencial teórico e instrumentos metodológicos. Atividade docente enquanto ato político, científico e técnico. |
| **D** | As formas de enfrentamento das expressões da questão social na contemporaneidade: a gramática do cotidiano. Contribuições conceituais para o histórico processo de organização social: a análise da (re) produção da existência humana em Marx & Engels; a práxis política, a luta cultural e a formação humana em Gramsci; a educação como ato político e libertador em Paulo Freire. Educação popular, organização social e lutas políticas: desvelando caminhos trilhados no Brasil e na América Latina. |
| **E** | O cenário da sociedade brasileira hoje e as incidências na educação superior. As tendências pedagógicas brasileiras. Concepções de didática. Os fundamentos da prática pedagógica, seus determinantes e suas implicações teórico-metodológicas no processo ensino e aprendizagem. O processo de ensino aprendizagem no contexto das tendências pedagógicas brasileiras e o papel da Didática; importância e organização do trabalho pedagógico no ensino superior: planejamento de ensino e seus elementos básicos (objetivos, conteúdo, metodologia, recursos de ensino, avaliação). Os estudantes e o processo de formação. A necessária educação permanente do docente. Desafios do trabalho docente no ensino superior. |

Fonte: Arquivo da pesquisa. Autoria própria (2016)

De acordo com as ementas supracitadas, os temas propostos atendem a primeira intenção de debate acerca das práticas educativas das/os assistentes sociais que não só são pesquisadores como podem vir a ser docentes.

Estudar assuntos citados nas ementas como: o ensino superior, as universidades brasileiras, são base teórica e histórica para o início da atenção a formação docente. Visto que o percurso da educação e do ensino superior no Brasil sofre grandes influências político-econômicas dos interesses do sistema capitalista que condicionam o sistema de ensino da graduação e da pós-graduação em serviço social. A classe trabalhadora teve maior acesso à educação de ensino técnico considerada de terceiro grau quando a intenção era o aprimoramento da força de trabalho (LIMA, 2012). A/o profissional de serviço social atua meio às contradições do sistema capitalista, e garantir o direito a educação também implica não só o acesso às instituições, mas a uma educação que possibilite a consciência de classe.

A disciplina D é mais específica e aborda desde a "questão social" partindo da teoria crítica de Marx e Engels, passando pela dialética em Gramsci com a práxis política, a luta cultural e a formação humana, até Paulo Freire para abordagem da educação enquanto ato político e libertador da educação popular e dos caminhos trilhados no Brasil e na América Latina.

Outros temas importantes apontados nas ementas: prática pedagógica; ensino-aprendizagem; tendências pedagógicas brasileiras; concepções de didática e fundamentos da prática pedagógica. O estudo sobre as formas de ensinagem, a prática pedagógica são ferramentas para possibilitar e viabilizar que os discentes de pós-graduação quando docentes realizem um trabalho que garanta a formação qualificada de assistentes sociais. Existe toda uma ciência por trás da aprendizagem, visto que somente a exposição de conteúdos não garante aprendizagem.

Temas ainda mais importantes para o serviço social presentes nas ementas: a relação professor-aluno; planejamento de ensino e seus elementos básicos (objetivos, conteúdo, metodologia, recursos de ensino, avaliação); e estudantes e o processo de formação. A relação professor-aluno e o planejamento do ensino são instrumentos para o objetivo que é a formação dos assistentes sociais. É incontestável que o professor formado em serviço social não deixe de ser assistente social no espaço de ensino. A/o assisten-

te social docente precisa junto com o projeto ético-político da profissão exercer com as/os estudantes de serviço social a teoria social crítica partindo da compreensão das particularidades de cada estudante na relação com o todo social. O projeto da profissão considera que cada sujeito dessa sociedade tem suas particularidades, suas autonomias na relação com o todo social e as contradições do sistema capitalista. Cada estudante é mais um sujeito dessa sociedade e precisa ser reconhecido em suas particularidades, suas limitações e formas de aprendizagem. É preciso que os assistentes sociais professores qualifiquem os planos de ensino de forma a considerar tais particularidades. A memorização de conteúdos não garante formação profissional. Cada estudante precisa ser acompanhado no processo de aprendizado e formação, suas particularidades de aprendizagem devem ser respeitas, já existem muitas maneiras de aprender a mesma coisa. As provas individuais são mais um meio competitivo do que forma de aprendizagem. A aprendizagem acontece na relação coletiva com as experiências externas. O processo de internalização de conteúdos acontece na relação com os outros, com o todo social e não exclusivamente com o professor e os materiais disponíveis. Os planos de ensino e as formas de ensino precisam ser repensados para que a formação profissional ocorra.

A seguir, vamos discorrer quanto aos planos das disciplinas selecionadas. Vale observar que não existe um padrão de planos de ensino em relação ao conteúdo, já que existem as particularidades dos programas de pós-graduação.

Com a pesquisa nas grades curriculares dos programas de pós-graduação, foi possível perceber que as disciplinas de caráter obrigatório atendem a temas como: políticas sociais em geral ou políticas públicas, assim como políticas do tripé da seguridade social e fundamentos históricos e teóricos metodológicos. Alguns sites de programas de pós-graduação do Brasil estão disponíveis os objetivos do programa quanto à formação de docentes, apesar da grande maioria não disponibilizar disciplina que atenda a esse objetivo, os programas que viabilizam disciplinas de formação docente, não são obrigatórias. As disciplinas A, B, e C apontam em seus planos a necessidade do estudo quanto à construção do ensino superior no Brasil e o papel da universidade brasileira. Também objetivam estudar os planos de ensino.

As disciplinas A, B, C, e E, indicaram que são ou serão estudadas as tendên-

cias pedagógicas[1], sendo percebidas em diferentes nomenclaturas: correntes da educação, linhas pedagógicas ou concepção de educação.

O estudo sobre as tendências pedagógicas é fundamental para analisarmos o que já se tem, o que já vivenciamos e o que podemos conhecer enquanto práticas pedagógicas. É um primeiro passo para conhecer os avanços da educação e que ainda não se progrediu nas experiências de sala e no ideário dos estudantes de pós-graduação.

As disciplinas A, B, C, e E trazem o tema da didática para formação docente, como mecanismo metodológico no processo ensino-aprendizagem.

De acordo com Pimenta e Anastasiou (2008), a didática se constrói como teoria do ensino. Não a fim de criar regras e métodos, mas para ampliar a compreensão das demandas que a atividade de ensinar produz, com base nos saberes acumulados. A didática se refere às finalidades do ensinar dos pontos de vista político-ideológico da relação entre conhecimento e poder, conhecimento e formação das sociedades, éticos da relação entre conhecimento e formação humana, direitos, igualdade, cidadania, psicopedagógicos da relação entre conhecimentos e desenvolvimento das capacidades de pensar e sentir, dos hábitos, valores e atitudes e os propriamente didáticos na organização dos sistemas de ensino, de formação, da seleção de conteúdos de ensino, de currículos e organização dos percursos formativos, das aulas, dos modos de ensinar, da avaliação, da construção de conhecimentos.

> A Didática possibilita que os professores das áreas específicas "pedagogizem" as ciências, as artes, a filosofia. Isto é, convertem-nas em matéria de ensino, instituindo os parâmetros pedagógicos (da teoria da educação) e didáticos (da teoria do ensino) na docência das disciplinas e articulando-os aos elementos lógicos-científicos dos conhecimentos próprios de cada área. Aí será possível configurar e compreender o campo das didáticas específicas (PIMENTA e ANASTASIOU, 2008, p. 67).

1 Para tal aprofundamento, leia-se: LIBÂNEO, José Carlos. **Didática**. Coleção Magistério 2º grau. Série formação dos professores. Editora Cortez. São Paulo, 1994.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e democracia: teorias da educação, curvatura da vara, onze teses sobre educação e política!** Ed. 32. Campinas, SP. Editora Autores Associados. (Coleção polêmicas do nosso tempo; v.S) 1999.

Consideramos que os estudos sobre didática, tendências pedagógicas, o processo ensino-aprendizagem e o percurso histórico da educação são fundamentais para a formação docente. Partindo da compreensão já apontada por Pimenta e Anastasiou (2008) de que a educação enquanto prática é um fenômeno complexo, histórico que expressa às determinações das sociedades humanas.

A formação em serviço social tanto na graduação quanto na pós-graduação, apesar de balizar um conjunto de conhecimentos críticos sobre teorias e métodos, não se expressa na prática da/o assistente social docente. Visto que o modelo de ensino ainda é muito centrado nas tendências pedagógicas liberais, como a tradicional em que a didática é entendida como um conjunto de regras e preceitos entendendo a matéria como algo a ser ensinado. A própria educação popular ou pedagogia libertadora de Paulo Freire da tendência pedagógica progressista muito presente no processo de ruptura do serviço social vai contestar e apontar a aprendizagem como algo a ser construído coletivamente sem a autoridade e superioridade do professor.

É contraditório o serviço social ter como base do seu projeto ético-político a teoria social crítica e não se criticar e por vezes manter no âmbito da docência, práticas conservadoras. A ausência desse debate implica no que muito é relatado dentro dos debates da profissão, da dificuldade de uma formação profissional crítica e de atuações críticas junto às políticas e aos serviços. Na intenção de iniciarmos o debate acerca da formação docente das/os assistentes sociais professor/a realizamos este artigo.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo objetivou problematizar a formação pedagógica docente na pós-graduação *stricto sensu* de serviço social do Brasil.

Dos 24 programas de pós-graduação *stricto sensu* em serviço social do Brasil com disciplinas de formação docente, quatro possuem disciplinas relacionadas que não são obrigatórias. Nesse contexto, o estágio docência é tido como espaço para formação docente. No entanto, é obrigatório somente para bolsistas CAPES, e não se articula com a discussão teórica de ensino-aprendizagem, pois não tem disciplina para isso na grande maioria dos programas. Sendo que para a graduação, a Resolução nº 533 de 21 de setembro de 1993 e as Diretrizes da ABEPSS exigem indissociação de supervisão de campo e supervisão acadêmica.

Ainda que assistentes sociais assumam o campo da docência, este não é considerado como campo de trabalho dentro da profissão, pois não é tema de debates e de conferências.

Assim como a pós-graduação no país segue o modelo alemão, que tem como foco a pesquisa e dessa forma teoricamente se propõe a formar docente, mas confunde o estágio docência com momento de aprender a ser docente. Com a pesquisa nas grades curriculares, pelo número de disciplinas disponíveis no país e pelos planos de ensino evidenciamos que não existe uma grande ênfase na formação docente. Faz parte do projeto ético-político da profissão o compromisso com a formação profissional qualificada para atuar frente às expressões da "questão social". Nesse sentido, a formação docente qualificada, que garanta aprendizagem condizente com o projeto da profissão é mais uma forma de enfrentamento da "questão social". Para tanto, não são desconsideradas as contradições existentes no sistema capitalista dependente do Brasil no qual estudantes e professores são imersos. É preciso lutar contra a competitividade e o individualismo acadêmico. O serviço social precisa se dispor a discutir as suas formas de ensino e a relação com o projeto profissional.

Para atender ao projeto ético-político da profissão da formação de profissionais qualificados, é preciso, antes, questionar se os "formadores", as/os docentes estão capacitados para isso. A ação de ser professor não é inata, é necessário respeito com a profissão professor e também com os estudantes, que são sujeitos da sociedade de direitos e de condicionantes sociais e pessoais. A/o assistente social docente precisa atender as especificidades da educação e da aprendizagem de cada estudante, pois essa forma de ver os sujeitos está no cerne da profissão previsto pelo Código de Ética (1993) respeitando a pluralidade, as particularidades e analisando o todo social.

## REFERÊNCIAS

ABEPSS. **Diretrizes Gerais para os Cursos de Serviço Social**. Rio de Janeiro. 1996.

BRASIL. **Lei que Regulamenta a Profissão de Assistente Social**. Lei nº 8.662, de 7 de junho de 1993.

CAPES. **Regulamento do Programa de Demanda Social – DS**. Portaria nº - 76, de 14 de abril de 2010. Disponível em: <https://www.capes.gov.br/

images/stories/download/legislacao/Portaria/076/RegulamentoDS.pdf>. Acesso em: 10 de dez. 2016.

CFESS. **Código de Ética Profissional do/a Assistente Social**. Resolução nº 273 de 13 março de 1993.

CFESS. **Regulamenta a Supervisão Direta de Estágio no Serviço Social**. Resolução nº 533 de 29 de setembro de 2008.

FORTI, Valeria e GUERRA, Yolanda. **Na prática a teoria é outra?** FORTI, Valeria e GUERRA, Yolanda (org.). Serviço Social: temas, textos e contextos. RJ.: Ed. Lúmen Júris, 2010.p.3-22.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. - São Paulo: Atlas, 2002.

LIBÂNEO, José Carlos. **Didática**. Coleção Magistério 2º grau. Série formação dos professores. Editora Cortez. São Paulo, 1994.

LIMA, Kátia. **Expansão da Educação Superior Brasileira na Primeira década do Novo Século.** In: Serviço Social e Educação. Orgs. PEREIRA, Larissa Dahmer; ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira. Coordenadoras Valeria Forti e Yolanda Guerra. Rio de Janeiro, Ed. Lumen Juris, 2012.

PIMENTA, Selma Garrido; ANASTASIOU, Léa das Graças Camargos. **Docência no ensino superior**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

# Caracterização das bacharéis em serviço social da UFPR e a correlação educação superior e inserção profissional

Adriana Lucinda de Oliveira[2]
Emerson Joucoski[3]

## RESUMO

O trabalho apresenta dados parciais de uma pesquisa em andamento com egressos/as do curso de Serviço Social da Universidade Federal do Paraná Setor Litoral, que tem como objetivos analisar o processo de inserção profissional dos/as egressos/as da UFPR Setor Litoral; identificar a configuração dos espaços organizacionais/institucionais em que atuam os jovens egressos e mapear o acesso a formação continuada. Os resultados demonstram que o percurso de inserção profissional desses egressos tem sido marcado por transitoriedade no trabalho, pelo prolongamento dos estudos e pela dificuldade na estabilização no mercado de trabalho em um contexto de regressão dos direitos trabalhistas e sociais

**PALAVRAS-CHAVE:** egressos; inserção profissional; ensino superior.

2 Doutora em Políticas Públicas pela UFPR; Professora da UFPR Setor Litoral; adrilucinda@gmail.com

3 Doutor em Ensino de Ciências pela USP; Professor da UFPR Setor Litoral; joucoski@gmail.com

# 1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho aborda resultados parciais do projeto de pesquisa em desenvolvimento, que tem como sujeitos as egressas[4] do curso de Serviço Social da Universidade Federal do Paraná Setor Litoral e como objeto de análise o processo de inserção profissional dos mesmos. A investigação tem como objetivos: Analisar o processo de inserção profissional das egressas da UFPR Setor Litoral; Identificar a configuração dos espaços organizacionais/institucionais em que atuam as jovens egressas; mapear o acesso a formação continuada. A pesquisa está em desenvolvimento, através da aplicação de questionário on-line, utilizando o software livre Lime Survey. O universo compreende 99 sujeitos diplomados entre os anos 2010 e 2015, dos quais, 44,4% são respondentes até o momento (44 egressos/as).

Apresenta-se uma rápida caracterização do curso de serviço social, o perfil das diplomadas e na sequência dados referentes aos percursos de formação e inserção profissional.

# 2. O CURSO DE SERVIÇO SOCIAL DA UFPR SETOR LITORAL

O bacharelado em serviço social, criado em 2006, é ofertado na modalidade presencial e possui carga horária total de 3000 horas, sendo que 450 são destinadas ao estágio curricular obrigatório. O curso da UFPR segue as diretrizes curriculares propostas pela Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), as Diretrizes Curriculares aprovadas pelo conselho nacional de Educação (Resolução nº 15/CNE-CES/2002) e está em consonância com a Lei nº 8662/93, que regulamenta a profissão

A instalação do curso na UFPR Setor Litoral em 2006 no litoral paranaense teve como justificativa o objetivo institucional da UFPR de contribuir com o desenvolvimento da região. Assim, o curso de serviço social foi pensado de modo a atender científica e tecnicamente ao contexto de desigualdade social próprio da região, considerando que esse profissional tem uma formação eminentemente interventiva na realidade social.



4 Será usado o gênero feminino em todo o texto, pois a maioria dos sujeitos é desse gênero

# 3. PERFIL DAS EGRESSAS E OS PERCURSOS DE FORMAÇÃO E INSERÇÃO PROFISSIONAL

A pesquisa em andamento identifica as egressas quanto ao gênero, pertença étnico-racial, idade, número de filhos e estado civil. Há uma predominância do gênero feminino com 95,5%, quanto a pertença étnico-racial, há uma maioria de brancos (61,4%), seguida de pardos (31,8%), pretos (4,5%) e amarelos (2,3%). A faixa etária média das inquiridas no momento é de 34,5 ± 7,7 anos. Quanto ao estado civil 36,4% das inquiridas estão casadas, 31,8% solteiras, 22,7% declaram terem uma união estável e 6,8% são divorciadas. Dessas 40,9% não possuem filhos ou filhas, 36,4% possuem apenas uma filha ou filho, 20,5% dois filhos e 2,3% três filhos.

Esses dados apontam para a feminização[5] do ensino superior, bem como para a permanência de profissões marcadas pelo gênero, como é caso do serviço social. Graf e Diogo (2009) afirmam que o mercado de trabalho não é uma entidade sexualmente neutra. As relações de gênero estão na base da organização da esfera produtiva, sendo que a segmentação ocupacional é socialmente construída:

> A segmentação ocupacional ainda concentra as mulheres em alguns setores econômicos, de forma que trabalhos caracterizados como produtivos (produção de bens e serviços) são predominantemente voltados aos homens e, aqueles, caracterizados como reprodutivos (assemelhados ao fórum doméstico, como serviços educacionais e de saúde) são destinados às mulheres. Essas diferenciações são aceitas como naturais e desvalorizam o trabalho feminino sem qualquer reflexão histórica e de contexto. (2009, p. 74)

Os estudos que utilizam as variáveis raça, etnia, classe e gênero evidenciam que esses fatores interferem numa variada gama de fenômenos sociais, tais como acesso a escolaridade, emprego, renda, status social, entre outras. Por outro lado, há que se rejeitar conclusões mecanicistas sobre a herança

5 Segundo Mont'Alvão Neto (2014) as mulheres apresentam probabilidade muito maior que homens de fazer a transição para a educação superior no Brasil. Afirma também que esta vantagem já existia nos anos de 1980 e vem aumentando progressivamente. Assim, o Brasil segue a tendência mundial de vantagem feminina de acesso a este nível de ensino.

social e cultural dos sujeitos e ao mesmo tempo considerar que essas mesmas variáveis interferem nas escolhas e opções dos sujeitos, influenciando suas trajetórias escolares e profissionais.

Questionamos as egressas sobre o local de moradia antes de ingressarem na UFPR Setor Litoral e no momento da pesquisa. Objetivamos com isso identificar em que medida o Setor Litoral conseguiu absorver a população da região, bem como quantas das egressas se mantiveram residindo na região com inserção profissional. Constatamos que 79% (39 dos respondentes) residiam no litoral e permanecem na região.

Outro elemento que colabora nessa reflexão é a baixa escolaridade dos pais e mães dos/as egressos/as pesquisados/as, conforme Quadro 1, considerando que 56,8% dos respondentes são os primeiros da família a acessarem uma formação em nível superior.

## Quadro 1: Escolaridade dos pais e mães das bacharéis em Serviço Social

| | **Escolaridade do pai** | | **Escolaridade da mãe** | |
|---|---|---|---|---|
| **Alternativas** | **Respostas** | **% Respostas** | **Respostas** | **% Respostas** |
| Ensino Fundamental completo | 6 | 13,6 | 5 | 11,4 |
| Ensino Fundamental incompleto | 15 | 34,1 | 15 | 34,1 |
| Ensino Médio completo | 8 | 18,2 | 10 | 22,7 |
| Ensino Médio incompleto | 4 | 9,1 | 2 | 4,5 |
| Não sei informar | 4 | 9,1 | 0 | 0 |
| Pós-graduado | 1 | 2,3 | 4 | 9,1 |
| Sem escolaridade | 2 | 4,5 | 2 | 4,5 |
| Superior completo | 2 | 4,5 | 3 | 6,8 |
| Superior incompleto | 2 | 4,5 | 3 | 6,8 |
| **Total** | **44** | **100** | **44** | **100** |

Corseuil, Santos e Foguel (2001) fundamentam essa análise ao demonstrarem através de um modelo paramétrico do tipo logit multinomial, um estudo com foco nos fatores determinantes das escolhas dos jovens entre estudo e trabalho no Brasil, em comparação aos jovens de outros países da

América Latina. Os principais resultados foram: o grau de instrução dos pais dos jovens exerce forte influência sobre a alocação do tempo desses entre trabalho e estudo para todos os países analisados. Assim, quanto maior o nível de educação de seus pais, maior será a probabilidade[6] de dedicação aos estudos, independente do sexo do jovem. Outro estudo que analisa a relação entre escolaridade de pais e estudantes é o de Neto (2014), que utiliza a discussão de classe social como uma variável que permanece interferindo fortemente no acesso ao ensino superior, apesar da diminuição das desigualdades no acesso a escolaridade no Brasil dos últimos anos.

> Embora os pais com menor nível educacional tenham passado a incentivar mais os filhos a chegar ao nível superior, a estabilidade do efeito da classe indica a persistência das diferenças na capacidade das famílias bancarem na prática a educação dos filhos, independentemente do nível educacional dos pais. (NETO, 2014, p. 432)

O acesso ao ensino superior simboliza uma quebra de ciclo familiar, apontando para possibilidades não acessadas pelos genitores. Nesse sentido, a entrada na universidade vislumbra uma probabilidade de mobilidade social trazida pela escolaridade.

Essa afirmação ganha sustentação ao verificarmos as respostas das egressas quanto as principais razões que os levaram a ingressar no ensino superior. Em uma questão de múltipla escolha, as respostas relacionadas com as saídas profissionais ganharam evidência, seguidas dos fatores relacionados ao desenvolvimento intelectual e identificação pessoal com área social.

A participação em diferentes projetos aparecem como diferenciais no percurso de 52,3% das egressas pesquisadas, contribuindo para o desenvolvimento de habilidades comportamentais e instrumentais para o mundo do

6 No que concerne à educação dos pais, coeficientes indicam que estudantes cujos pais completaram apenas o ensino fundamental têm duas vezes mais chances de chegar ao ensino superior do que aqueles cujos pais não têm nenhum nível formal de escolaridade. Já aqueles cujos pais cursaram ensino médio têm quatro vezes mais chances, e aqueles cujos pais tiveram acesso ao ensino superior têm 16 vezes mais chances de chegar a esse nível de ensino. É possível interpretar esta enorme diferença a partir da ideia de que o nível educacional dos pais funciona como um piso mínimo de realização educacional para os filhos. (NETO, 2014, p. 430)

trabalho.

Tomlinson (2008), contribui com essa análise, ao analisar a empregabilidade de estudantes egressos do ensino superior, afirmando que o grau acadêmico não é suficiente para garantir uma vaga no mercado de trabalho. Refere-se a importância de credenciais que agem como diferenciais na competitividade pela empregabilidade. O acesso a diferenciadas propostas de aprendizagem em paralelo as atividades curriculares, por exemplo: a extensão, a pesquisa, a monitoria, a iniciação à docência, possibilitam uma aproximação com a dimensão teórico-prática das diferentes disciplinas.

Apesar de terem obtido o primeiro emprego na área de formação, o percurso de inserção profissional desses egressos tem sido marcado por transitoriedade no trabalho e dificuldade na estabilização no mercado de trabalho. Observamos que 13 (29,5%) egressas conseguiram uma colocação rápida no mercado de trabalho (desde nenhum tempo de espera até seis meses). Em contrapartida 13 (29,5%) tiveram mais dificuldade, compreendendo o tempo de espera de seis meses a mais de um ano e 18 (40,9%) até hoje não conseguiram atuar na área de formação. Ao serem questionadas sobre a situação profissional atual responderam conforme Quadro 2.

## Quadro 2: Situação Profissional no momento atual (jan.-março/2017).

| Resposta | Respondentes | % Respondentes |
|---|---|---|
| Estou trabalhando na área de formação | 20 | 45,5% |
| Estou desempregado | 7 | 15,9% |
| Estou trabalhando em outra área | 15 | 34,1% |
| Estou estudando com bolsa de estudos | 1 | 2,3% |
| Não respondeu | 1 | 2,3% |
| **Total** | **44** | **100%** |

Questionamos ainda sobre o tipo de contrato de trabalho a que estão submetidas, sendo que 25% possuem contrato por tempo determinado, 10% são celetistas e 65% estatutárias. Desses contratos 75,61% são com organizações de direito público e 24,39% com organizações de direito privado. Considerando a forte vinculação da atuação dos/as assistentes sociais nas políticas públicas, a busca por concursos públicos também marca a trajetória de trabalho desses sujeitos. Em pesquisa anterior junto aos assis-

tentes sociais que trabalham no litoral do Paraná, constatamos que os/as mesmos/as estão concentradas nas prefeituras nas políticas de saúde e assistência social, com atuação nas áreas de elaboração, execução, monitoramento e avaliação de políticas públicas (OLIVEIRA et al., 2013).

D`Avila (2014) identificou que os jovens profissionais aplicam seus esforços no sentido de conquistar uma vaga de trabalho na esfera pública ou em grandes empresas, capazes de lhes oferecer estabilidade, ou seja, uma "saída" para escapar da instabilidade observada no mercado de trabalho e também na experiência das gerações anteriores. Reitera ainda que os jovens profissionais experimentam as contradições engendradas no processo histórico de construção cultural da coletividade e dos processos de trabalho, sendo que seus vínculos laborais estão marcados pela precariedade e provisoriedade, numa sociedade delineada pela rapidez e efemeridade.

## Quadro 3: Renda em salários mínimos (R$880,00) no momento da pesquisa (jan.-março/2017)

| Resposta | Respondentes | % Respondentes |
|---|---|---|
| Abaixo de um salário mínimo de R$ 880,00 | 1 | 2,6 |
| De R$ 881,00 a R$ 2.640,00 | 15 | 39,5 |
| De R$ 2.641,00 a R$ 4.400,00 | 15 | 39,5 |
| De R$ 4.401,00 a R$ 6.160,00 | 5 | 13,2 |
| De R$ 6.161,00 a R$ 7.920,00 | 1 | 2,6 |
| Acima de 7.921,00 | 1 | 2,6 |
| **Total** | **38** | **100** |

As respondentes nos informaram também sobre a renda, conforme Quadro 3. Dos 38 respondentes com renda no momento da pesquisa, há uma concentração na faixa salarial de até três salários mínimos (42,1%), seguida pela média de três a cinco salários mínimos (39,5%). Essa média se reproduz ao selecionarmos apenas as que estão atuando na área de formação, sendo que 30% percebem até três salários mínimos e 20% de três a cinco salários mínimos. A profissão não possui um piso salarial, apesar de existirem projetos de lei tramitando (PL 4022/08 e PL 5278/2009) na câmara de deputados

que reivindicam piso salarial para a categoria. De acordo com o Salariômetro da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas, o salário médio inicial para a ocupação de assistente social, calculado com base nas contratações observadas entre outubro de 2016 e março de 2017, foi de R$2.324,00.

Neumann (2014) a partir de entrevista com o coordenador do Centro de Políticas Públicas do Insper (Instituto de Ensino e Pesquisa) Naércio Aquino Menezes Filho, considera que à medida que as pessoas avançam na escolaridade, há um aumento na renda. Por outro lado, o retorno salarial depende do curso superior feito, haja vista a democratização do ensino superior, infelizmente acompanhada pela deterioração da qualidade dos cursos.

Diante desse cenário o prolongamento dos percursos formativos sinaliza ser um mecanismo de enfrentamento, adotado pelos jovens, frente à incerteza quanto ao valor do diploma, promovendo a permanência do sujeito na universidade e caracterizando-se como uma estratégia para melhor colocação no mercado. Essa é a realidade de 30 (68%) respondentes, sendo que 23 (76,7) acessaram pós-graduação em nível de especialização, 3 (10%) mestrado, 1 (3,3) doutorado e 3 (10%)

A Professora Natália Alves (2004), da Universidade de Lisboa, diferencia inserção profissional de transição para o trabalho. Segundo a autora, a transição compreende o período que decorre entre a conclusão da formação e a obtenção do primeiro emprego. A inserção profissional compreende um processo, cada vez mais longo, até à obtenção de uma posição estabilizada no mercado de trabalho. O que está em causa é o tipo de emprego que se obtém. É por isso que o processo de inserção profissional não se confina ao acesso ao primeiro emprego. Nesta perspectiva, a inserção profissional é o termo que designa as dificuldades dos jovens em acessar a uma posição estável no mercado de trabalho, a pertencerem ao núcleo de relação salarial e a assumirem-se como cidadãos de pleno direito numa sociedade onde o emprego é a principal fonte de construção das identidades sociais e profissionais.

Esse processo tem se complexificado ainda mais diante dos retrocessos vividos no Brasil frente aos direitos trabalhistas, com a lei de terceirização, reforma trabalhista e previdenciária em curso. Esse processo tem demandado de toda a classe trabalhadora estratégias de resistência e luta pela manutenção dos direitos historicamente conquistados.

As assistentes sociais são parte desses trabalhadores e trabalhadoras. Especificamente os sujeitos de nossa pesquisa expressam que o processo de inserção profissional na atual conjuntura está circunscrito por vínculos frágeis, pela ameaça de perda da estabilidade conquistada através dos concursos públicos, pela precarização das condições de trabalho, pelos baixos salários, pelo prolongamento dos estudos como estratégia para manter-se ativo e atualizado.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho empírico que está na base deste artigo tem como referência a pesquisa em desenvolvimento junto aos/as egressos/as do Setor Litoral da UFPR. No presente texto focamos os/as bacharéis em serviço social diplomados/as entre os anos 2010 e 2015. Os resultados parciais do nosso estudo apontam para a compreensão da categoria inserção profissional como um processo multifacetário que envolve a obtenção de um emprego e de uma situação profissional e contratual, constituída e influenciada por uma série de outros elementos, como as características sociais, políticas e econômicas da região, as demandas do mercado de trabalho, as iniciativas de articulação das políticas de educação, juventude e trabalho, o acesso às instituições de ensino superior com as finalidades e modos de funcionamento que as distinguem, a trajetória educacional dos jovens, as experiências laborais, as habilidades desenvolvidas, a acessibilidade de familiares à escolaridade e à renda e as oportunidades de formação complementar acessadas pelo estudante universitário, como estágios, projetos de pesquisa, de monitoria, de iniciação à docência, entre outras.

As assistentes sociais, assim como os demais trabalhadores e trabalhadoras, têm sentido no cotidiano o processo de precarização das condições de trabalho e flexibilização dos direitos trabalhistas e sociais.

A análise está imbricada nas políticas de educação e trabalho e tem como sujeitos uma categoria profissional que tem sido demandada para o trabalho com as expressões da questão social, sendo que ao mesmo tempo que atua na defesa de direitos sociais para os usuários de seus serviços, sofre na pele a regressão dos direitos, manifestado aqui em um complexo e prolongado processo de inserção profissional, delineado por contratos frágeis, salários baixos, prolongamento dos estudos como estratégia na trajetória profissional, transitoriedade no trabalho e dificuldade na estabilização no mercado de trabalho.

Reforça-se a premência da luta social, da organização coletiva de uma contraposição frente a sequência de retrocessos e ameaças aos direitos historicamente conquistados.

## REFERÊNCIA


ALVES, M. G. A inserção profissional de diplomados de ensino superior: uma abordagem sociológica. In: Actas dos ateliers do Vo Congresso Português de Sociologia, Universidade do Minho. Anais... In: **Sociedades Contemporâneas**: Reflexividade e Acção. Universidade do Minho: Associação Portuguesa de Sociologia, 2004. Disponível em: <http://www.aps.pt/cms/docs/prv/docs/DPR4628c18994ee0/1.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2017.

CORSEUIL, C. H.; SANTOS, D. D.; FOGUEL, M. N. **Decisões Críticas em Idades Críticas**: A Escolha dos Jovens entre Estudo e Trabalho no Brasil e em outros Países da América Latina. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com/content&view=article&id=4029>. Acesso em: 27 jun. 2017.

D'AVILA, G. T. **Movimentos laborais e sentidos atribuídos ao trabalho por jovens profissionais**. 2014. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2014. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/128864>. Acesso em: 27 jun. 2017.

GRAF, L. P.; DIOGO, M. F. Projeções juvenis: Visões ocupacionais e marcas de gênero. **Revista Brasileira de Orientação Profissional**, v. 10, n. 1, p. 71–82, 2009. Disponível em: <http://www.redalyc.org/resumen.oa?id=203014934009>. Acesso em: 27 jun. 2017.

NETO, A. L. M. Tendências das desigualdades de acesso ao ensino superior no Brasil: 1982-2010. **Educação e Sociedade**, v. 35, n. 127, p. 417–441, jun. 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci/abstract&pid=S0101=73302014000200005-&lng=en&nrm=iso&tlng=pt>. Acesso em: 27 jun. 2017.

NEUMANN, D. **Aumento da escolaridade puxa alta da renda**. Disponível em: <http://www.valor.com.br/brasil/3749796/aumento-da-escolaridade-puxa-alta-da-renda>. Acesso em: 27 jun. 2017.

OLIVEIRA, A. L.; SCHUARTZ, A. S.; ARCHANJO, D. R.; BERTELLI, E.; TUMELERO, S. M. Projeto Fórum de Assistentes Sociais do Litoral do Paraná: problematiza-

ções da formação continuada via extensão. In: SULZBACH, M. T.; DENARDIN, V. F. (Ed.). **A Inclusão, a inserção, a interação e a investigação ...**: os (in)s da extensão no Litoral do Paraná. Matinhos - PR: UFPR Litoral, 2013. p. 106–126.

TOMLINSON, M. "The Degree Is Not Enough": Students' Perceptions of the Role of Higher Education Credentials for Graduate Work and Employability. **British Journal of Sociology of Education**, v. 29, n. 1, p. 49–61, jan. 2008. Disponível em: <http://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/01425690701737457>. Acesso em: 21 abr. 2017

# O (a) assistente social na construção de espaços escolares ausentes de violência institucional perpetrada pelo currículo

Divanir Candido Veloso Fagundes, (pedagoga)

Jaqueline Damiani Ricardo José (assistente social)

## RESUMO

Esse trabalho objetiva discorrer sobre o currículo desenvolvido em espaços escolares, o qual pode causar violência institucional e promover invisibilidade/negação do reconhecimento da pobreza no contexto dos direitos humanos. Situação que pode ser evitada com a participação de uma equipe pedagógica atuante em parceria com o profissional da área do serviço social. Para tanto, é imprescindível analisar e discorrer a relação que se estabelece entre o currículo, a pobreza e as violências institucionais. Embora implícita, a relação entre a educação e os direitos humanos também norteará as discussões. Espera-se compreender como o currículo produz violência institucional, ao passo que emperra os avanços para a autonomia cidadã e a produção de uma educação emancipatória, dialógica e politizada que reconhece a alteridade e respeita a diferença, e se compreenda que a pobreza é uma violação de direitos. Essa perspectiva será analisada com a participação efetiva da (o) assistente social no espaço escolar.

**PALAVRAS-CHAVE:** Assistente Social; Violência Institucional; Espaço Escolar.

# INTRODUÇÃO

O trabalho que segue visa discorrer sobre o currículo proposto nos espaços escolares, o qual pode causar violência institucional e promover a negação do reconhecimento da pobreza no contexto dos direitos humanos. Essa proposta emerge das experiências profissionais das pesquisadoras, oriundas dos contextos escolar e não-escolar e dos conhecimentos apropriados durante a realização do curso de Especialização Educação, Pobreza e Desigualdade Social em 2015/2016, realizado na UFSC por uma das pesquisadoras.

A origem dessa pesquisa foi o encontro das indagações advindas das experiências apropriadas pela pedagoga e pela assistente social, integrantes das equipes de referência do CREAS, uma instituição socioeducativa não-escolar. Essas experiências culminaram na motivação de pesquisar a ação do currículo desenvolvido nos espaços escolares acerca da garantia de direitos dos educandos e educandas, dos próprios docentes e da comunidade escolar. Todo esse cenário propiciou o desejo de pesquisar e perceber a tênue relação entre a pobreza e a permanente exclusão social, realidade que perpetua a extrema pobreza e o distanciamento da construção de uma educação para a cidadania e a democracia (s).

Espera-se que essa pesquisa possa trazer contribuições significativas a respeito do currículo que reconheça a alteridade e respeite a diferença, e, ainda, que se compreenda que a pobreza é uma violação de direitos e das dimensões que compõem o ser humano em sua plenitude. A escola não pode se omitir da sua responsabilidade social e histórica ao desenvolver currículos excludentes e desinteressados pela garantia de direitos. O currículo, então, poderá conviver sem violência institucional.

Diante da referida pesquisa alguns autores terão vozes no processo dialógico que se propõe, entre eles: MOREIRA & SILVA, 1995; SACRISTAN, 2013; ARROYO, 2015; BENEVIDES, 2012; MENDONÇA, 2015; BOURDIEU & PASSERON, 1990; PINZANI & REGO, 2015; SANTOMÉ, 2003 e outros.

Para fundamentar teoricamente essa pesquisa, optou-se por dividir essa etapa de fundamentação teórica em três capítulos.

# 1. COMO O CURRÍCULO PERCEBE A POBREZA

Compreender como o currículo desenvolvido em espaços escolares pode causar violência institucional e promover a negação do reconhecimento da pobreza no contexto dos direitos humanos poderá iniciar-se mediante a compreensão de como a pobreza é interpretada e contextualizada no âmbito escolar. Arroyo 2015 chama atenção para a questão da pobreza sobre o enfoque da visão reducionista e moralista e afirma que:

> O problema desse enfoque é que, se os (as) pobres são vistos (as) como carentes e inferiores em capacidades de atenção, esforço, aprendizagem e valores, acabam sendo responsabilizados (as) por sua própria condição. São, desse modo, constantemente inferiorizados (as), reprovados (as) e segregados (as). A insensibilidade dessa visão reducionista, espiritualista e moralista sobre os (as) pobres leva a pedagogia a ignorar os efeitos desumanizadores da vida na pobreza material, ou da falta de garantia de cobrir as necessidades básicas da vida como seres humanos. (ARROYO, 2015)

Esse contexto convida a pedagogia e o serviço social a compreender o enfoque que se dá às carências materiais da pobreza reduzindo-a à questão moral e à falta de valores, o que torna imprescindível a análise do currículo nas escolas. O currículo é conceituado nas palavras de Moreira e Silva (apud ARROYO, 2015, p. 11) como: "o conjunto de todas as experiências de conhecimento proporcionadas aos/às estudantes – que está no centro da atividade educacional. O currículo constitui o núcleo do processo institucionalizado da educação". Sendo assim, é inconcebível sua neutralidade e superficialidade em relação ao processo de violência institucional que desempenha, tanto quanto a insistente motivação da invisibilidade da pobreza e a estratégica manutenção da visão reducionista e moralista atribuídas a condição de estar e ser pobre.

A tendência moralista da pobreza que ainda persiste em comparecer nos contextos escolares. "A ênfase nessa interpretação moralista da pobreza traz consequências para a escolarização dos (as) pobres. Isso ocorre porque os esforços escolares não priorizam garantir seu direito ao conhecimento,

mas sua moralização" (ARROYO, 2015, p. 11).

O discurso sobre os currículos desenvolvidos para as escolas está condicionado a reproduzir as práticas moralizantes, acompanhadas de um aprendizado que justifica e incentiva a construção de conhecimentos capazes de acionar processos de culpabilização pela condição em que o sujeito se encontra.

A superação das condições de vulnerabilidade social e violação de direitos que a pobreza solidifica e perpetua nas relações sociais será sempre invisível, inoperante, incapaz de ultrapassar a linha da educação para a moralidade. Enquanto o currículo se desenvolver para alguns como massa de manobra, como imposição daquilo que pode ou deve aprender, fortalecerá a manutenção da culpa pela condição de ser pobre, de não ter acesso aos bens materiais e a uma vida digna.

> Logo, os (as) estudantes não receberão aprendizados sobre as ciências e tecnologias que possam vir a libertá-los (as) do ciclo vicioso da pobreza, mas apenas lhes será dado o domínio de habilidades mais elementares de ciências e a alfabetização na idade determinada como "certa" pelo sistema educacional. Enquanto a pobreza for pensada como uma questão moral, os currículos para os (as) pobres continuarão sendo pensados para moralizá-los (as), não para garantir o direito deles (as) ao conhecimento, às ciências e às tecnologias. Serão currículos pobres de conhecimentos e repletos de bons conselhos morais de esforço, trabalho, dedicação e disciplina (ARROYO, 2015, p.11).

A aceitação social da naturalização da pobreza enquanto condição articulada à moralidade, ao desempenho individual fortalecia antes e agora o conceito de pobreza como resultado das ações individuais. Traduzidas para o contexto escolar, a pobreza material é atribuída à pobreza moral dos sujeitos em situação de pobreza.



> Podemos observar que a pedagogia e a docência tendem a considerar, sobretudo, supostas carências intelectuais e morais que os (as) estudantes

> pobres carregariam para as escolas. Essas são carências de conhecimentos, de valores, de hábitos de estudo, de disciplina, de moralidade. Desse modo, reforça-se uma concepção moralista sobre os(as) pobres que se encontra há muito tempo em nossa cultura política e pedagógica: a pobreza moral dos(as) pobres produzindo a sua pobreza material. (ARROYO, 2015, p. 8).

Para compreender como se dá este processo de reprodução a partir da escola, da visão moralizante da pobreza e da culpabilização do sujeito pobre, se faz necessário recorrer ao conceito de pobreza e, consequentemente, ao conceito de currículo (s), para então percebê-lo (s) como instrumento que pode romper com a violação de direitos e a invisibilidade da pobreza e da desigualdade social.

Antes de avançar, é oportuno recorrer ao conceito de violência institucional, a qual é conceituada na LEI Nº 13.431, DE 4 DE ABRIL DE 2017, que estabelece o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência e altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente). No Inciso IV, do Art. 4º, "violência institucional é entendida como a praticada por instituição pública ou conveniada, inclusive quando gerar revitimização". A violência institucional pode ser comparada aos milhos e à palmatória atuais, porém em um nível muito mais nocivo, corporificada em violência simbólica, a qual será discutida adiante.

## 2. O CURRÍCULO E A POBREZA: UMA CONSTRUÇÃO HISTÓRICA, SOCIAL E POLÍTICA

Compreendendo que a pobreza se origina pelas condições de desigualdades sociais e políticas, é necessário avançar para a compreensão da desumanidade que acompanha esse sistema de empobrecimento e naturalização da pobreza, bem como de seus efeitos para os sujeitos que vivenciam as fragilidades das relações injustas e preconceituosas dos contextos empobrecidos. Ao ter seus direitos violados, direito à vida digna, à alimentação diária, à educação, enfim, aos direitos humanos, indissociáveis à cidadania de cada ser humano, se estabelece a subalternização e o emudecimento das vozes, incapacitando, assim, as reivindicações aos patamares de humanização e hominização, e ainda a superação das violações de direitos. Por

consequência, se concretiza a naturalização dos crimes contra os indivíduos em situação de pobreza.

Trazer Chauí para conceituar o autoritarismo social, corrobora com a compreensão da ação de naturalização da pobreza.

> O autoritarismo social opera pela naturalização das desigualdades econômicas e sociais, do mesmo modo que há naturalização das diferenças étnicas, postas como desigualdades raciais entre superiores e inferiores, das diferenças religiosas e de gênero, bem como naturalização de todas as formas visíveis de violência; as diferenças são postas como desigualdades e, estas, como inferioridade natural ou como uma monstruosidade (CHAUÍ, 2001, p.15)

Até aqui, mesmo que minimamente, se buscou compreender a pobreza e suas origens e ainda algumas consequências de sua manutenção, pois se faz essencial para a continuidade dessa explanação. Compreender o currículo e sua essência na dinâmica escolar é imprescindível para um maior conhecimento sobre a prática de violência institucional. Silva e Moreira trazem contribuições significativas acerca da compreensão do seu conceito.

> [...] o currículo é considerado um artefato social e cultural. Isso significa que ele é colocado na moldura mais ampla de suas determinações sociais, de sua história, de sua produção contextual. O currículo não é um elemento inocente e neutro de transmissão desinteressada do conhecimento social. O currículo está implicado em relações de poder, o currículo transmite visões sociais particulares e interessadas, o currículo produz identidades individuais e sociais particulares. (MOREIRA & SILVA, 1995, p. 08)

Tendo em vista o quanto o currículo é responsável por promover a peculiaridade das manifestações humanas sócio históricas e culturais em contexto escolar, há de se compreender que as ações desenvolvidas pelo currículo extravasam aos muros escolares e refletem nas relações individuais e coletivas. Nessa perspectiva se admite que o currículo poderá implicar na valorização do outro e de suas singularidades, na desnaturalização da pobreza

e na construção de conhecimentos embasados na garantia de direitos e na valorização da vida, e sendo assim, não haverá espaço para a violência institucional e o caminhar para sua extinção poderá iniciar.

## 3. EVIDENCIANDO A VIOLÊNCIA INSTITUCIONAL: O ASSISTENTE SOCIAL E SUA INFLUÊNCIA PARA A GARANTIA DE DIREITOS HUMANOS NO CONTEXTO ESCOLAR

Ao retroceder na história do Brasil se compreende como iniciou a trajetória da escolarização e da construção de currículos no país, a qual esteve acompanhada pela violação e a banalização dos direitos humanos. O currículo desbravador da educação sistematizada no Brasil conhecido como Ratio Studiorum foi o método de ensino utilizado pelos jesuítas para organizar e desenvolver todas as ações destinadas à prática educativa dos objetivos da coroa portuguesa à época.

O início da educação sistematizada no Brasil dispensou os direitos humanos de seu currículo, e as consequências são sentidas ainda hoje. Mas, aliado ao currículo segregador e adepto das violações de direitos, observa-se a história narrada e construída pelos recortes heroicos de personagens que protagonizaram uma história construída para a submissão, a estigmatização e a permanência de um cenário ausente de direitos humanos. Para Mendonça (2015, p.09), "a escola é historicamente um espaço de reprodução da limitação dos direitos dos sujeitos, seja pelos conhecimentos que privilegia seja pelas vivências que cerceia, portanto, ela deve ser considerada como um espaço a ser repensado e transformado para tornar-se um espaço de direitos".

A escola, historicamente, se constituiu como um espaço de reprodução das violações dos direitos dos sujeitos, de mantenedora de heróis contestáveis, por vezes segrega, humilha, naturaliza a violência e a pobreza, porém, ainda pode ser considerada como um espaço a ser repensado e transformado para tornar-se um espaço de respeito aos direitos humanos.

Esse espaço de direito poderá iniciar sua concretização com a introdução do estudo e da prática dos direitos humanos nos espaços escolares e não-

-escolares. Currículos comprometidos com uma educação para todos, não podem se furtar ao estudo e à prática dos direitos humanos. Para Benevides (APUD MENDONÇA, 2015, p.10) “Os direitos do cidadão não são direitos naturais, são direitos criados e devem necessariamente estar especificados num determinado ordenamento jurídico” Em relação aos Direitos Humanos esclarece:

> Já os Direitos Humanos são universais no sentido de que aquilo que é considerado um direito humano no Brasil, também deverá sê-lo com o mesmo nível de exigência, de respeitabilidade e de garantia em qualquer país do mundo, porque eles não se referem a um membro de uma sociedade política; a um membro de um Estado; eles se referem à pessoa humana na sua universalidade. Por isso são chamados de direitos naturais, porque dizem respeito à dignidade da natureza humana. São naturais, também, porque existem antes de qualquer lei, e não precisam ser especificados numa lei, para serem exigidos, reconhecidos, protegidos e promovidos. (BENEVIDES, 2012, APUD MENDONÇA, 2015, p. 10).

A escola pode se configurar no espaço de estudo e análise dos direitos humanos, os quais poderão e deverão estar inclusos nos currículos em seus momentos de articulação. Toda a estrutura educacional sistematizada, principalmente os sistemas de ensino e as escolas necessariamente devem promover e articular a promoção e a defesa dos direitos humanos. “Educar em direitos humanos é um imperativo para a construção de uma sociedade fraterna, onde as diferenças sejam respeitadas porque são parte da riqueza humana, onde a atenção incondicional é oferecida a todos (as), reconhecendo-os(as) como diferentes e semelhantes” (MENDONÇA, 2015, p. 37).

Respeitar os direitos humanos é compreender que a construção, ou a omissão de conhecimentos sobre determinadas histórias ou acontecimentos, ou ainda a diversidade de culturas, etnias, da arte, foi e continua sendo uma das formas de violar direitos, de manter a violência institucional praticada pelas escolas e validada pelo currículo.

# II Seminário Nacional de Serviço Social, Trabalho e Política Social - 2017

Número ISBN: 978-85-64093-50-8

ENDEREÇOS e CONTATOS

http://seminarioservicosocial2017.ufsc.br

Email: seminariossoufsc_gmail.com

ANAIS DO II SEMINÁRIO NACIONAL – 2017

https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/179860

ANAIS DO I SEMINÁRIO NACIONAL – 2015

https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/179859